

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

NAIARA SANDI DE ALMEIDA ALCANTARA

Casa nova e problemas antigos: análise do pós-implantação do Programa
Minha Casa Minha Vida (PMCMV) no período de 2009 a 2013

MARINGÁ
2019

NAIARA SANDI DE ALMEIDA ALCANTARA

**Casa nova e problemas antigos: análise do pós-implementação do programa
MCMV no período de 2009 a 2013**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Sociologia Urbana

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Lúcia Rodrigues

MARINGÁ
2019

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

Alcantara, Naiara Sandi de Almeida

A347c Casa nova e problemas antigos: análise do pós-
implementação do programas MCMV no período de 2009 a
2013/ Naiara Sandi de Almeida Alcantara . --
Maringá, 2019.

122 f. : il., figs., tabs.

Orientadora: Prof.a. Dr.a. Ana Lúcia Rodrigues.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, 2019.

1. Programa minha casa minha vida - MCMV. 2.
Sociologia urbana. 3. Qualidade de vida urbana. 4.
Política habitacional. 5. Déficit habitacional. I.
Rodrigues, Ana Lúcia, orient. II. Universidade
Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas,
Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais. III. Título.

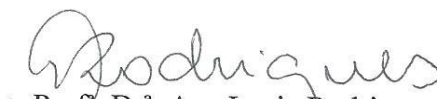
CDD 22. ED.307.76
Jane Lessa Monção CRB 1173/97

NAIARA SANDI DE ALMEIDA ALCANTARA

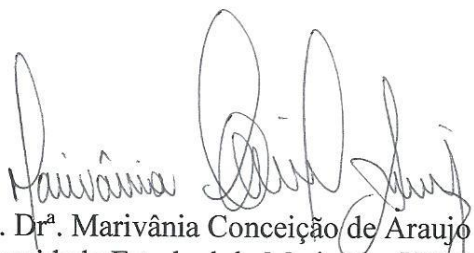
**Casa nova e problemas antigos: análise do pós implementação do programa
MCMV no período de 2009 a 2013**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA



Prof.ª. Dr.ª. Ana Lucia Rodrigues
Universidade Estadual de Maringá – UEM (Presidente)



Prof.ª. Dr.ª. Marivânia Conceição de Araujo
Universidade Estadual de Maringá – UEM



Prof.ª. Dr.ª. Madianita Nunes da Silva
Universidade Federal do Paraná – UFPR

Aprovada em: 15 de fevereiro de 2019

Local de defesa: Bloco H-12, sala 014 *campus* da Universidade Estadual de Maringá

Casa nova e problemas antigos: análise do pós-implementação do programa MCMV no período de 2009 a 2013

RESUMO

Neste trabalho realizou-se uma análise quantitativa do pós-ocupação da política pública habitacional Minha Casa Minha Vida (MCMV), entre 2009 e 2013, por intermédio da manipulação do banco de dado gerados através da *Pesquisa de Satisfação dos Beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida*, realizada e financiada pelo Ministério das Cidades (MCIDADES), Secretaria Nacional de Habitação (SNH) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com uma amostra composta por 7.252 Unidades Habitacionais (UH), que representam o universo de casas entregues até o período da pesquisa, em todo o país. As entrevistas foram compostas por questionários estruturados, aplicados no segundo semestre de 2013 e sua análise descritiva foi lançada em 2014. Sem embargo, todas as inferências realizadas são referentes aos beneficiários do MCMV no período que compreende meia década desde a criação do programa. Tendo em vista o tema proposto, o objetivo central dessa pesquisa é desenvolver uma análise sobre o MCMV em relação à manutenção das características de falta de qualidade de vida urbana e do déficit habitacional, através das variáveis de interesse. Para a análise da qualidade de vida urbana utilizou-se dos seguintes pontos: i) qualidade da habitação; ii) qualidade urbana e iii) vulnerabilidade social e para o estudo do déficit foi utilizado três, das quatro condições que o compõe. A dissertação está organizada em seções que tratam, num primeiro momento, do surgimento da cidade capitalista e o legado para a política habitacional, em que se aborda o inchamento das malhas urbanas, decorrente dos fluxos migratórios em curtos períodos temporais e da incipiente necessidade de políticas de efetivação dos dispositivos legais; além disso, também é apresentado o histórico das políticas públicas habitacionais no Brasil, a partir de 1930 até a política tema desse trabalho: o MCMV; na sequência se aborda o déficit habitacional e qualidade de vida urbana, quando se realiza uma análise a partir do banco de dados sobre satisfação dos beneficiários do MCMV, definindo os parâmetros de análise do objeto estudado e; por fim, se responde se são mantidas as características da qualidade de vida urbana e do déficit habitacional após a implementação do MCMV; por meio da realização de todos os cálculos e análises que constituíram os resultados finais desta dissertação.

Palavras-chave: Programa Minha Casa Minha Vida; Qualidade de Vida Urbana; Política Habitacional; Déficit Habitacional.

New house and old problems: analysis of the post-implementation of the mcmv program in the period from 2009 to 2013

ABSTRACT

In this work, it was realized a quantitative analysis of the post-occupation of the public housing policy Minha Casa Minha Vida (MCMV), implemented between 2009 and 2013, was carried out through manipulation of the database generated through the Satisfaction Survey of the Beneficiaries of the Minha Casa Minha Vida, carried out and financed by the Ministry of Cities (MCIDADES), National Secretariat of Housing (SNH) and Institute of Applied Economic Research (IPEA), with a sample composed by 7252 Housing Units (UH), representing the universe of houses delivered until the period of the research, all over the country. The interviews were composed of structured questionnaires, applied in the second half of 2013 and their descriptive analysis was launched in 2014. However, all the inferences made refer to the beneficiaries of the MCMV in the half-decade period since the program was created. In view of the proposed theme, the main objective of this research is to develop an analysis about the MCMV in relation to the maintenance of the characteristics of lack of urban quality of life and the housing deficit, through the variables of interest. For the analysis of urban quality of life, the following points were used: i) quality of housing; ii) urban quality and iii) social vulnerability and for the study of the deficit was used the three of the four variables that compose it. The dissertation is organized in sections that deal, in the first moment, with the emergence of the capitalist city and the legacy for housing policy, which addresses the swelling urban networks, due to migratory flows in short time periods and the incipient need for policies that ensure the effectiveness of legal provisions; Beyond that, is also presented the history of public housing policies in Brazil, from 1930 until the policy theme of this work; the MCMV; in the sequence, approaches the housing deficit and urban quality of life, when an analysis is made from the database on satisfaction of the beneficiaries of the MCMV, defining the parameters of analysis of the object studied and; Finally, it is answered if the characteristics of urban quality of life and the housing deficit are maintained after the implementation of the MCMV; by means of the accomplishment of all the calculations and analyzes that constituted the final results of this dissertation.

Key-words: Minha Casa Minha Vida Program; Urban Quality of Life; Housing Policy; Housing deficit.

DEDICATÓRIA

Dedico esse texto aos milhares de brasileiros e brasileiras que sonham em possuir a propriedade de um imóvel. A todos que residem em condições precárias, em casas autoconstruídas, coabitadas, sem ventilação, com infraestrutura ruim, sem conforto e distante daquilo que deveria lhes garantir a cidadania e o pertencimento social.

Dedico esse texto ao meu desejo imenso de que um dia as pesquisas acadêmicas sejam plenamente tomadas pelo poder público a fim de proporcionar igualdade aos despossuídos, através da educação e da participação a quem hoje se tenta emudecer.

AGRADECIMENTOS

À minha professora Maria Ap. da Silva Frazato, por seu olhar carinhoso e árdua insistência para me ensinar a ler e escrever as primeiras palavras. Foi quem primeiro me incentivou a estudar. A todos os professores que tive no Ensino Fundamental e Médio, que acreditavam verdadeiramente no ensino público e de qualidade, especialmente a professora Paola Victor Amaral, que despertou em mim o interesse e curiosidade pela sociologia.

E àquela que me conduziu durante todo meu ensino superior, a professora Ana Lúcia Rodrigues que, com altruísmo e generosidade, me orientou e ensinou mais do que conteúdos pertinentes a pesquisa, me auxiliando a amadurecer enquanto estudante e indivíduo, e por ter sido orientadora presente, atenta e prestativa dos meus 17 aos 23 anos, construído comigo uma série de textos, similarmemente cativou em mim um espaço permanente de muito carinho e respeito, assim como seu companheiro Luiz Donadon Leal.

Ao Observatório das Metrópole-UEM/RMM, núcleo ao qual eu sou tão orgulhosamente vinculada e grata pelas oportunidades profissionais ao longo dos últimos anos. Aos grupos aos quais fui vinculada: Núcleo de Estudos de Gênero (NEG) e Núcleo de Pesquisa e Diversidade Sexual (Nudisex).

Aos meus professores da graduação e pós-graduação, pois são de suma importância na trajetória acadêmica que estou iniciando, Marivânia C. De Araujo, Antônio Ozai, Walter Praxedes, Carla Almeida, Ednaldo Ap. Ribeiro, Hilton Costa, Eliane Sebeika, Fábio Viana Ribeiro, Fagner Carniel, Meire Mathias, Pedro Jorge, Zuleika Bueno, Simone Dourado, Thomas Meira, Celene Tonella, Fagner Carniel e Rafael Silva. Possuo uma história carinhosa para cada nome citado e a eles devo grande parte da minha formação enquanto cientista social.

As professoras Beatriz Fleury, Madianita Nunes da Silva e Marivânia, por terem composto a banca de qualificação e defesa, pela leitura atenta do texto e comentários pertinentes que me auxiliaram na construção da versão finalizada da dissertação. Faço um agradecimento especial a professora Marivânia que além de estar presente nas bancas descritas, participou ativamente da minha formação acadêmica. Ao meu amigo e estatístico Wesley Oliveira Furriel, por sua imprescindível contribuição para a pesquisa quantitativa e ao olhar atento e paciente para a revisão dos gráficos e tabelas da estatística Carla Franciele Höring.

À Universidade Estadual de Maringá pela oportunidade de realização do curso de graduação e pós-graduação de excelente qualidade, ao Departamento de Ciências Sociais (DCS) e a Pós-graduação em Ciências Sociais (PGC) e seus respectivos secretários, Denise Montanher e Fernando Santiago, sempre prestativos a auxiliar nas questões administrativas e anseios cotidianos dos alunos. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo auxílio financeiro, e ao grupo do Facebook “Bolsistas CAPES” pelo auxílio psicológico prestado até o tão aguardado 5º dia útil de cada mês.

À minha família, os Alcantara e os Almeida, que pouco estudo possuem, mas sempre me incentivam a estudar, especialmente os meus pais, Geraldo e Silvia, presentes em todos os momentos e, ainda que não sejam capazes de compreender a esfera acadêmica, respeitam e valorizam o ofício que pretendo exercer. A minha irmã Beatryz de A. Alcantara que também está compenetrada na vida universitária.

À minha companheira/namorada que está comigo em todos os momentos da vida pessoal e acadêmica, me ajudando, lendo, escrevendo, traduzindo, Gabriela Catarina Canal, que acredita piamente que sou capaz. O que ela não sabe é que somente sou capaz porque tenho ao meu lado uma pessoa tão inteligente e capacitada, por isso sinto-me fortalecida diariamente.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Tempo dos entrevistados residindo nas UH.....	64
Gráfico 2 - Idade dos entrevistados (%)	65
Gráfico 3 - Relação entre homens e mulheres entrevistados.....	65
Gráfico 4 - Sexo dos entrevistados por condição no domicílio: nesta casa, você é?.....	66
Gráfico 5 - Cor dos entrevistados	68
Gráfico 6 - Escolaridade dos entrevistados	70
Gráfico 7 - Escolaridade do pai do entrevistado.....	72
Gráfico 8 - Escolaridade da mãe do entrevistado	73
Gráfico 9 - Entrevistados que receberam o Bolsa Família ou PETI nos últimos meses	75
Gráfico 10 - Quantidade de cômodos servindo permanentemente como dormitório.....	78
Gráfico 11 - Os cômodos (peças) da casa são bem distribuídos	80
Gráfico 12 - Estamos muito satisfeitos com a nossa casa	83
Gráfico 13 - Relação entre as variáveis: É muito difícil conseguir uma vaga em escola próxima por nós demoramos muito tempo para ir e voltar do trabalho (ou escola).....	89
Gráfico 14 - Estamos muito satisfeitos com a localização da nossa casa.....	90
Gráfico 15 - Satisfação dos entrevistados com a localização por Região	91
Gráfico 16 - Entrevistados que estão muito satisfeitos com a nova moradia por região.....	94
Gráfico 17 - Entrevistados que acreditam que mudar para essa nova moradia fez nossa vida melhorar por região	95
Gráfico 18 - Coabitação familiar por UH.....	101
Gráfico 19 - Quantidade de moradores por UH	106

LISTA DE TABELAS, FIGURAS E QUADROS

Tabela 1 - Tipologia da UH (%).....	64
Tabela 2 - Faixa escolaridade por renda individual.....	71
Tabela 3 - Qual o número de moradores no domicílio (parentes e agregados), pelos entrevistados que acreditam que a casa é muito pequena.....	79
Tabela 4 - Tamanho da casa por região (%) -V060 A nossa casa é muito pequena.....	80
Tabela 5 - Região do domicílio por quantidade de cômodos (peças) da casa são bem distribuídos (%)	81
Tabela 6 - Percepção dos moradores sobre a iluminação a umidade e a temperatura da UH (%)	81
Tabela 7 - Entrevistados que concordam com as variáveis (%) por região.....	82
Tabela 8 - Relação entre a variável estamos muito satisfeitos com a nossa casa (061) por região (%)	84
Tabela 9 - Relações boa com os vizinhos; problema com violência; trabalho social; satisfação com a vizinhança (%) mantenha um padrão de formatação para todos os títulos das tabelas .	85
Tabela 10 - Percepção dos entrevistados acerca da vizinhança por Região (%).....	86
Tabela 11 - Parques; posto de saúde ou hospital; transporte público (%).....	87
Tabela 12 - Equipamentos públicos por Região (%).....	88
Tabela 13 - Acesso dos entrevistados a equipamentos públicos por Região (%).....	90
Tabela 14 - Gastos com transporte, aluguel, outras contas, satisfação com a moradia, melhora na condição de vida (%)	92
Tabela 15 - Contas mensais dos entrevistados por Região (%).....	93
Tabela 16 - Relação entre as variáveis - Quantas famílias residem no seu domicílio atual? Por nós pretendemos mudar dessa moradia nos próximos meses.....	101
Tabela 17 - Renda bruta mensal por família.....	102
Tabela 18 - Qual o número de moradores no domicílio (parentes e agregados): por renda bruta familiar	103
Tabela 19 - Gastos familiares com aluguel mensalmente	104
Tabela 20 - Gastos familiares com água, luz e condomínio mensal.....	104
Tabela 21 - Gastos mensais com água, luz e condomínio por gastos com aluguel	105
Figura 1- Representação ilustrativa da questão proposta	55
Quadro 1 - Questões sobre a percepção dos moradores em 4 grandes grupos	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BF	Bolsa Família
BNH	Banco Nacional de Habitação
CadÚnico	Cadastro Único do Governo Federal
CEF	Caixa Econômica Federal
CF	Constituição Federal
COHAB-SP	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo
DPP	Domicílio de Propriedade Permanente
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EF	Ensino Fundamental
EM	Ensino Médio
EUA	Estados Unidos da América
FCP	Fundação Casa Popular
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FJP	Fundação João Pinheiro
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
IAPs	Institutos de Aposentadoria e Pensão
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDO	Leis de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Leis Orçamentárias Anuais
MCIDADES	Ministério das Cidades
MCM	Meios de Comunicação de Massa
MP	Medida Provisória
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAR	Programa de Arrendamento Residencial
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Projeto de Lei
PLANHAP	Plano Nacional de Habitação Popular
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNH	Plano Nacional de Habitação
PP	Políticas Públicas
PPA	Plano Plurianual
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SIFHAP	Sistema Financeiro de Habitação
SNH	Secretaria Nacional de Habitação
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
UBS	Unidade Básica de Saúde
UF	Unidade Federativa
UH	Unidade Habitacional
V	Variável

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. O SURGIMENTO DA CIDADE CAPITALISTA E O LEGADO PARA A POLÍTICA HABITACIONAL.....	17
2.1 SURGIMENTO DAS CIDADES A PARTIR DOS AUTORES DA ESCOLA DE CHICAGO E ALEMÃ	18
2.2 HISTÓRICO DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS NO BRASIL DAS DÉCADAS 1930 A 1990	32
2.3 O COLAPSO NO AMBIENTE URBANO.....	42
2.4 O PROGRAMA MCMV E A CRISE DO <i>SUBPRIMES</i>	46
2.5 O <i>ACCOUNTABILITY</i> NA CONSTRUÇÃO DAS UH DO PMCMV	51
3. DÉFICIT HABITACIONAL E QUALIDADE DE VIDA URBANA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO BANCO DE DADOS SOBRE SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO MCMV	54
3.1 DEFINIÇÃO TEÓRICA DO PROGRAMA.....	54
3.1.1 Conceituação de Déficit Habitacional e Qualidade de Vida urbana	57
3.2 UMA ANÁLISE DA PESQUISA DE SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO PMCMV	60
3.3 PERFIL DOS ENTREVISTADOS	64
3.4 OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS ASSOCIADAS AO MCMV	74
4. SÃO MANTIDAS AS CARACTERÍSTICAS DA QUALIDADE DE VIDA URBANA E DO DÉFICIT HABITACIONAL?	76
4.1 ANÁLISES SOBRE A PERCEPÇÃO DOS MORADORES.....	77
4.1.1 Unidade habitacional	78
4.1.2 Vizinhança.....	84
4.1.3 Localização.....	86
4.1.4 Gastos mensais e percepções gerais	92
4.1.5 Algumas conclusões sobre as percepções dos moradores	95
4.2 CONDIÇÕES QUE COMPÕE O DÉFICIT	99
4.2.1 Coabitação familiar.....	99
4.2.2 Renda e gastos mensais	102
4.2.3 Adensamento excessivo.....	106
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS	113
ANEXO 1	118

1. INTRODUÇÃO

A partir de uma série de processos religiosos e econômicos no século XIX, a classe burguesa passa por um processo de ascensão, tornando-se detentora de grande poder econômico e, conseqüentemente, político no sistema capitalista liberal. Concomitantemente a esse processo, surgem outros que incidem diretamente sobre o êxodo do campo para as cidades como a II Revolução Industrial (1850), causando um inchamento das malhas urbanas, as quais não possuíam estrutura para receber grandes contingentes populacionais. A cidade constituiu-se então por relações de dependência, ocorridas de maneira acelerada, superficial e impessoal, diferentemente do que ocorria no campo onde as relações não eram reguladas pelo frenesi urbano (WIRTH, 1937; PARK, 1967).

No sistema econômico liberal o Estado exerce o protagonismo, em atendimento e aliança com o mercado, esse por sua vez adquire o papel de regulador de uma série de questões primárias, como o uso da terra urbana. O setor privado mercantiliza a terra, lhe atribuindo preço a partir de características que não são intrínsecas ao solo, mas impostas segundo estratégias do setor imobiliário. Esse sistema também é caracterizado pela desigualdade social, sendo que a maior parte da população tende a ser pobre e, por isso, não possui formas de adquirir habitação através de àquelas impostas pelo mercado. Assim sendo, a terra deixa de servir a função social de moradia e a desigualdade econômica passa a ser expressa na divisão geográfica da cidade (WIRTH, 1937; PARK, 1967).

Tendo em vista a formação do espaço das cidades no ocidente, desde sua organização inicial, verifica-se que esse espaço constitui-se por uma população heterogênea. Em seu interior, formam-se grupos com alguma característica de semelhança, contudo, fez-se necessário um método de contenção social que submetesse a coletividade a um regulador comum, qual seja, o Estado, por meio das normas emanadas por suas leis.

No Brasil se compõe um cenário de larga desigualdade social e de difícil acesso a necessidades essenciais para a perpetuação da vida no ambiente urbano, que advêm da desigualdade econômica e reverbera na falta de acesso à moradia e de todos os outros equipamentos e serviços públicos como saúde, educação, mobilidade etc., trazendo a lume a iminente necessidade das políticas públicas como meio de efetivação dos direitos presentes nos dispositivos legais, especialmente a partir do início do século XX, período em que os processos de inchamento dos aglomerados urbanos tomam expressão e podem ser percebidos na divisão da área urbana (BONDUKI, 2004; MARICATO, 2000).

A desigualdade na forma de morar é expressa nos cortiços e casas construídas pelas próprias famílias, com materiais improvisados e em locais sem infraestrutura, ou seja, sem as condições mínimas de habitabilidade. Não era, neste contexto, de interesse do setor produtivo agir sobre a falta de moradia e precariedade das mesmas, porque o setor privado possuía um grande contingente de mão de obra disponível, dessa forma, não era necessário investir em manutenção da força de trabalho, já que ela podia ser facilmente substituída (MARICATO, 1987; BONDUKI, 2004).

O Estado somente passou a intervir quando começou a considerar as moradias comunitárias e sem infraestruturas como impróprias, porque se constituíram como focos de doenças contagiosas. A intervenção ocorria no sentido de higienizar os espaços, inclusive por meio da queima, mas não havia a pretensão de reposição das casas que fossem desabitadas. Foi somente após a verificação quantitativa do contingente de mão de obra que ficaria desabrigada e, portanto, sem meios de perpetuar sua força de trabalho, que surgem as primeiras vilas operárias, cumprindo os requisitos mínimos de higiene exigidos pelo Estado, construídas pelos próprios industriais, próximas às fábricas (BONDUKI, 2004).

Foi necessária uma remodelação do pensamento social, pois era preciso que os indivíduos passassem a conceber a ideia de que residir nos subúrbios em casas reguladas pelo Estado era mais benéfico e lhes proporcionaria mais vantagens que a permanência na cidade não regular, ainda que inserida nos centros urbanos. Alguns trabalhadores conseguiam comprar suas casas nas margens da cidade, mas aqueles que não tinham condições iniciam as construções precárias do que se tornou conhecido, posteriormente, como favelas.

O surgimento das favelas, próximo aos centros das cidades, causou grande espanto a população mais abastada que havia se acostumado com a pobreza menos evidente. Diante disso e da necessidade do poder público de movimentação de setores privados, como de construção civil, é que se cria a Lei do Inquilinato (1942), os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs) (1930), a Fundação Casa Popular (FCP) (1946), o Banco Nacional de Habitacional (BNH) (1964), o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) (1964), dentre outros mecanismos de política habitacional no país, que serão descritos detalhadamente na segunda seção desta dissertação. Essas leis, programas e propostas eram distintos entre si, surgiram em momentos diferentes, contudo, todos possuíam como finalidade facultar o acesso à habitação para a população mais pobre.

Os programas foram implementados de maneiras diferentes, cada qual com suas metas a serem cumpridas. À vista disso, apresentavam consequências também distintas, todavia alguns resultados eram comuns a todos, como as taxas de inadimplência dos aluguéis ou

prestações das casas, que variavam entre os programas, mas mantendo sempre a existência de moradores que não possuíam renda suficiente para permanecer na moradia. Além disso, os programas com menores taxas de inadimplência eram também aqueles que não contemplavam as camadas sociais mais baixas. Em todos se constatou que a população em maior vulnerabilidade social era a que recebia a menor quantidade de casas.

O crescente surgimento de habitações precárias, assim como a ineficiência das políticas criadas para a resolução do problema habitacional, desemboca no início do século XXI, em um elevado índice de Déficit Habitacional, com mais de 7 milhões de famílias residindo de maneira precária. Contudo, foi somente após a incidência da chamada crise do *subprimes*¹ que teve início nos Estados Unidos e que em 2008 começou a afetar a economia nacional que foi criado em 2009 o MCMV, um programa que possuía como meta inicial a construção de 1 milhão de Unidades Habitacionais (UH) e movimentaria diversos setores da economia nacional (AMORE, 2015).

Existem diversas interpretações sobre o momento em que a política do MCMV passou a fazer parte da agenda presidencial, mas é necessário salientar que a inserção do programa beneficiaria principalmente setores privados, pois no plano teórico, ainda que as famílias que possuem renda mensal de até 3 salários mínimos representem 90% do Déficit Habitacional, a previsão da primeira fase de construção do MCMV era de 400 mil casas para as famílias em maior vulnerabilidade social e 600 mil para as outras duas faixas de renda (3-6 salários mínimos e de 6-9 salários mínimos)².

A luz desse contexto, buscou-se dialogar com autores que discorrem sobre a democracia para pensar no contexto mais amplo de implementação do MCMV em um regime democrático, tendo em vista que a população tem pouco poder de decisão e não participa dos processos de construção de suas moradias, presentes somente no momento de recebimento das casas prontas, que podem não sanar suas expectativas nos mais diversos aspectos como, localização, quantidade de cômodos, tamanho da UH, equipamentos públicos nas

¹ Desde agosto de 2007, com o início da crise imobiliária no segmento subprime nos EUA, houve um aumento da aversão ao risco no mercado financeiro internacional, com a concomitante deterioração das condições de crédito em escala global. A ampla liquidez existente nos EUA, fruto, em boa medida, da condução de sua política monetária desde 2001, foi responsável por gerar uma forte onda de valorização dos ativos imobiliários, que adquiriu contornos de uma bolha especulativa. A continuidade desse processo foi viabilizada pela atuação das instituições financeiras privadas mediante a utilização de produtos financeiros estruturados de derivativos de crédito. A despeito de os Bancos Centrais das economias desenvolvidas terem realizado inúmeras intervenções nos mercados desde o início da turbulência financeira, a falência do Lehman Brothers, em meados de setembro, agravou profundamente o andamento da crise (BORÇA; TORRES, 2008, p. 129).

² Leia mais em: EXMAN, Fernando. Programa habitacional de Lula prevê subsídio e Crédito. O Globo: Economia, 2009. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/programa-habitacional-de-lula-preve-subsidio-credito-3135104>. Último acesso em: 03 de novembro de 2018.

proximidades, vizinhança e outros, que farão parte da prática cotidiana das famílias beneficiadas.

A partir das considerações realizadas sobre o MCMV, sua inserção na agenda pública e implementação em 2009, esse trabalho busca verificar se o programa está modificando a vida da população ou se, após o recebimento das casas elas permanecem em situação semelhante à que se encontravam antes, através da análise das condições que compõe o índice do déficit habitacional e, ainda, se os moradores acessaram à qualidade de vida urbana, através da análise da: i) qualidade de habitação; ii) qualidade urbana e iii) vulnerabilidade social.

Através da utilização da pesquisa quantitativa de interpretação e manipulação de dados secundários do banco de dados da *Pesquisa de Satisfação dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida (2014)*³, trata-se de uma pesquisa de amostragem nacional, aplicada em todo o país no segundo semestre de 2013 a famílias que residiam há pelo menos seis meses nas Unidades Habitacionais (UH) do faixa 1 do programa. A pesquisa foi financiada e os questionários aplicados por profissionais do Ministério das Cidades (MCIDADES), Secretaria Nacional de Habitação (SNH) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Utilizou-se como parâmetro de análise o índice de déficit habitacional porque, apesar das críticas que podem ser levantadas, tais como, se tratar de um mecanismo ineficiente de identificação de famílias residindo em situação de precariedade, compõe-se de um instrumento utilizado pelos órgãos públicos para a criação de políticas habitacionais e, além disso, o indicador expressa a necessidade de habitação de grande parte da população. Sua definição será mais pormenorizada ao longo da dissertação.

Em relação às condições que compõe o déficit habitacional, elas podem ser sintetizadas pela identificação de: a) Domicílios precários (rústicos ou improvisados); b) Coabitação forçada, aquela na qual a família convivente deseja constituir novo domicílio, mas não possui condições necessárias para tal; c) Famílias que residem em imóveis locados, com valores que comprometem 30% da renda familiar; d) Adensamento excessivo em imóveis locados, onde existem 3 ou mais moradores utilizando um cômodo como dormitório permanente. Como a condição “a” enquadra-se em reposição de estoque, a análise do banco de dados, 2014, (ANEXO 1) irá repousar somente sobre as 3 últimas condições. Para responder a cada uma dessas condições, serão selecionadas todas as variáveis de interesse.

³ Agradecemos a coordenadora executiva da pesquisa da Secretaria Nacional de Habitação, Angélica Amélia Soares Faddoul, pelo fornecimento do banco de dados da pesquisa utilizada, sem essa colaboração a realização desse trabalho não teria sido viável.

2. O SURGIMENTO DA CIDADE CAPITALISTA E O LEGADO PARA A POLÍTICA HABITACIONAL

Pretende-se por meio de alguns dos principais autores da Escola de Chicago e da Escola Alemã, bem como, de dois comentadores Freitag (2012) e Oliven (2010), descrever o surgimento e a forma como se organizam as cidades que posteriormente irão apresentar a iminente necessidade de criação de políticas públicas habitacionais. Assim, essa primeira seção ancora-se em dois dos principais autores da Escola de Chicago, Park (1967) e Wirth (1967), para discorrer sobre a organização dessas cidades que começam a surgir no final da Idade Média e início da Industrialização com uma incipiente burguesia protestante. Além disso, com Freitag (2012) analisou-se uma diminuta parte da obra de dois importantes autores da Escola Alemã, Simmel (1950) e Weber (1967), cujos textos escolhidos discorrem somente sobre questões ligadas ao surgimento e organização das cidades ocidentais. Por fim, partindo das discussões sobre o surgimento das cidades, demonstrou-se como vem a lume a iminente necessidade de criação de políticas habitacionais.

Nas quatro subseções seguintes desse capítulo, foram realizadas análises sobre o MCMV com a finalidade de responder em que momento o programa passou a fazer parte da agenda presidencial e como isso se dá. Foi destinado um item específico na 2ª subseção a uma recapitulação dos acontecimentos históricos no que tange às políticas públicas voltadas a construção de habitação popular, ou seja, destinadas às camadas mais pobres, a partir do momento em que se intensificam os fluxos migratórios do campo para a cidade. Para esse fim se adotaram os autores Maricato (2000; 1987), Bonduki (2004), Sergio Azevedo (1988), Roberto Azevedo (2002) e Carvalho (1991), que discorrem sobre os seguintes processos: inchamento das malhas urbanas que ainda não haviam passado por processos de adequação para receber o grande contingente populacional que passou a habitar os centros urbanos; programas criados para a resolução dos problemas habitacionais; resultados e consequências dos mesmos.

A terceira subseção apoiou-se em autores como Ribeiro (1997), Andersen (1991) e Amore (2015), para discutir sobre a questão da urbanização no Brasil, o Estado de bem-estar social que se pretende atingir, por intermédio de políticas públicas e a crise do *subprimes*, respectivamente. Já no item seguinte se partiu de autores como Souza (2006), Inácio (2006), Arantes e Fix, (2009), Magnani (2002) e outros, para responder quais foram as soluções apresentadas à crise do *subprimes*; o que a adoção de uma política pública acarretou no cenário econômico de um país com dimensões continentais como o Brasil e; qual a exposição

da precariedade em relação a habitações (Déficit Habitacional⁴) em um programa que possui como prerrogativa a construção de moradias populares. Também, construiu-se uma discussão sobre a criação do MCMV e suas metas iniciais, bem como, os resultados esperados desta política pública.

O último item desta seção descreveu por que o *accountability*⁵ democrático não é contrário à eficiência que se espera que a democracia possua, a partir de Abrucio e Loureiro (2005) e Sallum Jr (1999). Será realizada uma explanação sobre o que é o *accountability*, quando surge no Brasil, por fim, porque e como o *accountability* é necessário para tornar a democracia ainda mais eficiente, e assim, pensar sobre o MCMV em um regime democrático mais transparente e com maior participação popular.

2.1 SURGIMENTO DAS CIDADES A PARTIR DOS AUTORES DA ESCOLA DE CHICAGO E ALEMÃ

Com a Reforma Protestante, o fim da Idade Média e o surgimento do capitalismo, as cidades modernas começam a aglutinar todos os serviços e equipamentos dos quais a população necessitava para a manutenção da vida urbana. Segundo Wirth (1967) no século XX o mundo tornou-se mais urbano que rural, ainda assim, era possível encontrar traços rurais dentro do ambiente citadino, já que grande parte da população era migrante do campo (WIRTH, 1967, p. 2-3).

Esse autor ainda enuncia que não é somente porque as pessoas passam a morar majoritariamente na cidade, que esta pode ser assim denominada, mas porque quem antes morava na roça e começa a deixar aos poucos seus hábitos, mudar seu estilo de vida, passa a ser um “homem da cidade”, na medida em que começa a viver segundo os hábitos urbanos, não somente porque mudou de residência. Logo, as cidades podem ser definidas como polos aglutinadores de homens e mulheres, mas esse critério não se encerra em si mesmo, afinal, quando acontecem as contagens da população é possível que alguns espaços sejam considerados como rurais, somente porque tem uma baixa população, mas não se pode desconsiderar que existem cidades que não oferecem trabalho e, por isso, todos os dias as pessoas viajam para trabalhar e, a noite retornam às suas casas e acabam não sendo, naquele período, contadas durante a pesquisa (WIRTH, 1967, p. 5).

⁴ Os dados utilizados para medir os índices de déficit de habitação são os seguintes: (a) domicílios precários, ou seja, construções rústicas, improvisadas com a utilização de materiais provisórios; (b) coabitação forçada (aquela na qual a família convivente deseja constituir novo domicílio, mas não possui condições necessárias para tal); (c) famílias que residem em imóveis locados, com valores que comprometem mais de 30% da renda familiar; e (d) o adensamento excessivo em imóveis locados (mais de 3 residentes em cômodos utilizados permanentemente como dormitório).

⁵ Prestação de contas em um regime democrático.

Wirth (1967) trabalha com uma grande descrição de diferentes tipos de cidades para demonstrar que a tarefa para definir esse espaço é árdua, além do que, para o autor, nenhuma descrição irá contemplar todos os tipos de cidade que existem, afinal, cada uma surge em um período diferente, para um propósito, com uma população distinta e voltada a um fim. Assim, é possível que todas as cidades do Ocidente tenham surgido sobre a égide do capitalismo, mas de maneiras distintas. Wirth (1967) diz que: “Para fins sociológicos, uma cidade pode ser definida como um núcleo relativamente grande, denso e permanente, de indivíduos socialmente heterogêneos” (WIRTH, 1967, p.7).

Mas o autor explica, também, que não existe um conjunto de teorias sobre o urbanismo, somente alguns autores como Weber e Park que discorreram em parte de sua obra sobre esse assunto. Portanto Wirth (1967) pretende ao longo da obra aqui utilizada, escrever uma linha consistente que se apresente como teoria urbanística. Em relação à composição do espaço urbano é necessário levar em consideração que a população que compõe a cidade não se reproduz rapidamente aumentando a quantidade populacional como seria necessário, por isso são os migrantes que formam boa parte da população citadina. Quanto mais pessoas vierem compor o espaço, maior será a heterogeneidade populacional, formando o que Wirth chama de “novos híbridos biológicos e culturais” (WIRTH, 1967, p. 9).

Quando se observa a unidade é possível notar que ela inexiste no ambiente urbano, porque sua existência deve ser precedida de uma homogeneização cultural, e nas metrópoles são as diferenças individuais que se estendem por todos os âmbitos sociais, influenciando nos processos segregacionistas baseados nas distinções de descendência étnica e classe social, principalmente. Em função disso, outros controles sociais se fazem necessários para a manutenção de uma unidade mínima. Baseando-se em Weber, Wirth (1967) expõe que, quanto mais pessoas compuserem o grupo urbano, menor será a relação social, pois o anonimato irá vigorar nas relações que diariamente são compostas por uma infinidade de indivíduos distintos.

Wirth (1967), também cita Simmel para demonstrar que no ambiente urbano as relações não ocorrem de forma idêntica às do campo, porque não é viável conhecer todos os indivíduos com os quais cada homem e mulher interage diariamente. Já no campo, as relações ocorrem de forma profunda, pois as interações diárias contemplam uma pequena quantidade de pessoas e, por isso, é possível criar uma rede de contatos maior e mais sólida, com vastas informações sobre cada habitante. Ainda pensando a relação entre cidade e campo, é possível inferir que os camponeses possuem certa autonomia que não é alcançada pelo indivíduo citadino, pois este necessita de uma série de serviços que são produzidos por outros. Mas

apesar de os moradores da cidade dependerem de serviços alheios, eles os adquirem por meio de relações secundárias, ou seja, através de contatos rápidos, “[...] impessoais, superficiais, transitórios e segmentários” (WIRTH, 1967, p.12). Essas características são responsáveis por lhes conferir o que o autor denomina como *ar blasé*.

De acordo com Boulos “As grandes cidades são também, cada vez mais, multidões de solitários. Nunca estivemos tão isolados no meio de tanta gente.” (BOULOS, 2015, p.61). Toda essa forma de sociabilidade urbana e, ainda mais, a metropolitana possui dois polos opostos, um pode ser entendido como positivo: a liberdade conferida pelo anonimato, em que as pessoas não precisam estar relacionadas intimamente umas com as outras no dia-a-dia e podem realizar suas tarefas cotidianas sem grande preocupação em relação ao outro; e o negativo: perda da condição de pertencimento, que a partir de Durkheim, Wirth (1967), denomina como “vazio social”. Isto é, não existe mais um conjunto de concepção de mundo/entendimento que perpassa todo o grupo. Cada indivíduo possui um conjunto de ideologias individuais e, por isso, são necessárias regras, leis e regulamentos para minimizar a desorganização acarretada pelas diferenças.

Cidades que se constroem em um imenso mosaico em que se expressa e se desenvolve um conflito de interesses secundários e antagônicos que lutam por sua apropriação, definindo sua estruturação socioespacial nessa dinâmica. Os grandes traços dessa estruturação são essencialmente definidos pelos interesses econômicos dominantes, ligados e dependentes do capital financeiro internacional (JEIFETZ, 2001, p. 111- tradução livre)⁶.

Outra característica das grandes cidades é a impossibilidade da participação política direta de todos os indivíduos, sendo que cada um possui sua demanda específica, mas não é possível que todos se comuniquem ou possuam espaços públicos de fala, é necessário que haja representatividade. Quanto maior for o número de habitantes, maiores serão as diferenças específicas entre todos, pois há uma grande heterogeneidade que só reforça as divisões e torna mais complexa a estrutura social, haja vista que a densidade “[...] reforça o efeito que os números exercem sobre a diversificação dos homens e suas atividades e sobre o aumento da complexidade da estrutura social” (WIRTH, 1967, p. 13).

O local (físico) destinado a cada indivíduo, dentro do ambiente urbano, será estabelecido através de sua classe social e outras características individuais, pois é através das individualidades que serão formados os grupos relativamente homogêneos e, cada um, terá

⁶ Original: Ciudades que se construyen en un imenso mosaico sobre el cual se expresa y desarrolla un conflicto de intereses secundarios y antagónicos que luchan por su apropiación, definiendo en esa dinámica su estructuración socioespacial. Los grandes trazos de ésta estructuración son esencialmente definidos por los intereses económicos dominantes, vinculados y dependientes del capital financeiro internacional.

um espaço específico na cidade. Além dessa divisão baseada nas individualidades, a cidade também será organizada/separada de acordo com as funções que desenvolve, como: industrial, de moradia, comércio e afins e, dessa forma, os agrupamentos de indivíduos serão dispostos pela malha urbana segundo a importância que lhes é atribuída socialmente. Destarte, os que carregam o status de menor importância irão compor os lugares menos privilegiados.

Essa colcha de retalhos que os diversos grupos formam no ambiente citadino frequentemente ocasionam animosidades acarretadas pelas distâncias sociais, desigualdades financeiras, sentimentos de inferioridade. Por isso os neutralizadores são necessários, quais sejam, as regras e normas que regulam a sociabilidade no ambiente urbano. Wirth (1967) diz que “O relógio e o sinal de trânsito simbolizam a base de nossa ordem social no mundo urbano” (WIRTH, 1967, p. 15). Então, toda a coletividade deverá se submeter a essas leis e normas, essas por sua vez deverão ser criadas para atender a vontade média da população, porque não é possível atender a todas as demandas.

É comum que nas cidades as relações sejam regidas pela ordem secundária (impessoalidade), pois há um enfraquecimento de quaisquer tipos de laços sociais. Wirth (1967) demonstra que isso é visível até mesmo quando observados os dados quantitativos acerca da formação familiar no ambiente urbano, pois eles demonstram que há uma diminuta formação familiar em relação ao campo, por exemplo, as mulheres casavam-se cedo, engravidavam e continuavam procriando durante toda a idade fértil. Na cidade, a situação ocorre de forma contrária, menos pessoas constituem família, e as que são formadas geralmente são compostas por pessoas não tão jovens. As mulheres passaram a engravidar menos, por isso, as taxas de natalidade são baixas e diminuem cada vez mais, ou seja, as famílias⁷ “[...] são menores e mais frequentemente sem filhos do que as famílias do campo” (WIRTH, 1967, p. 20). Por conseguinte, infere-se que algumas instituições consideradas conservadoras, como a familiar, com o tempo, acabam perdendo o prestígio no ambiente citadino.

Outra característica da cidade são os tipos de comércio. Todas as necessidades podem ser sanadas dentro do ambiente urbano e muitas delas são criadas por esse ambiente. As necessidades humanas são exploradas e comercializadas nesse espaço, assim sendo, por mais que os grupos estejam enfraquecidos, esse mesmo sistema que os enfraquece os recria, mas de forma mais frágil e em prol da obtenção de algum fim banal. Decorre disso, também,

⁷ Para maiores informações: Universidade Federal de Juiz de Fora. Censo 2010: taxa de fecundidade da brasileira cai de 1,9 filhos por mulher, 2012. Sítio online:< <http://www.ufjf.br/ladem/2012/04/30/taxa-de-fecundidade-da-brasileira-cai-a-19-filho-por-mulher-diz-censo/> >.

o crescente número de conflitos, “[...] desorganização pessoal, o esgotamento nervoso, o suicídio, a delinquência, o crime, a corrupção e a desordem [...]” (WIRTH, 1967, p. 22). Todos esses índices são numericamente superiores aos do campo, já que existe uma infinidade de grupos distintos residindo no mesmo espaço e período temporal e, cada um defende individualmente seus interesses, independente da vontade dos demais, segregando os diferentes.

Wirth (1967) ainda diz que a sociologia urbana não conseguiu definir teoricamente o que é cidade e mesmo que isso fosse feito, não seria possível que o sociólogo solucionasse todos os problemas que foram apontados no ambiente citadino, mas que é necessário um aprofundamento da teoria associada aos dados, porque mesmo que os profissionais não possam apontar soluções prontas, existem caminhos que podem ser seguidos.

Robert Ezra Park (1967), assim como Simmel (1950), realiza uma leitura da cidade mais próxima das ciências biológicas. Park (1967) afirma que se trata de um composto orgânico, porque é mais que somente estruturas físicas e aglomerado populacional: “Antes, a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos surgimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição” (PARK, 1967, p. 1). Tudo que existe na cidade perpetua-se porque existe uma linha de tradição que é perpassada aos indivíduos pelas diversas instituições que a integram.

Park (1967) diz que existe uma ecologia humana que perpassa a cidade, ramo da ciência que se propôs a realizar estudos sobre os aspectos que compõe esse ambiente. Mas desse núcleo de concentração de humanos, coisas e infinitas relações em que todos estão em constantes trocas, à cidade é primordialmente, segundo esse autor, o centro da organização econômica que está baseada na “divisão do trabalho” (PARK, 1967, p. 2).

Absolutamente tudo na cidade ocorre por intermédio das tradições culturais, posto que todos os costumes sejam perpassados entre as gerações, cujo cerne regulador é a economia. O citado autor diz que a cidade “[...] é o habitat natural do homem civilizado” (PARK, 1967, p. 2), aquele que está predestinado à moradia urbana, porque por milhões de anos viveu disperso pelo planeta e só no menor período temporal que se aglutinou em espaços específicos, que em pouco tempo tornaram-se essenciais para sua sobrevivência. Ele diz ainda que a análise física das cidades demonstra uma organização completamente artificial, na verdade trata-se de uma unidade formada por organicidade e cultura, que são próprias dos seres humanos que compõe o espaço citadino. Esse, por sua vez delimita como os indivíduos serão distribuídos por toda a área urbana, sendo assim, impreterivelmente um ou outro grupo será segregado no espaço a partir de suas características individuais e grupais e cada um dos

espaços da cidade se restringirá a obedecer mais a uma função que outra, como: comercial, voltado à saúde, habitacional, e outros, essa separação ocorre de forma a impedir a mobilidade dos indivíduos pela malha urbana.

Isso transcorre porque o mercado passou a ditar o valor da terra, a sociedade foi submetida aos preços que advém do setor privado, e os indivíduos começaram a estabelecer suas moradias somente nos espaços que conseguiam adquirir por meio da compra. Assim sendo, começaram a perceber aqueles que compartilham da mesma localidade como seus semelhantes em certa medida, mas não se identificam com os homens e mulheres que estão localizados em áreas mais distantes de suas casas. A vizinhança é o primeiro núcleo associativo do qual as pessoas fazem parte, porque constroem como grupo uma relação cotidiana que é reforçada pelos ensejos compartilhados em relação ao local. Apesar desse sentimento de auxílio mútuo ainda existir ele é abalado nas grandes metrópoles que tendem a dispersar a população desfazendo assim os laços de intimidade, o que ainda mantêm as pessoas concentradas são questões individuais que tangenciam a vida de cada um e do coletivo ao mesmo tempo, como: cor, classe social, faixa etária e outros.

Park (1967) tece uma comparação entre a cidade antiga e a moderna, em que a primeira era espaço de abrigo das pessoas, mas a segunda modificou-se pelo capital e assim tornou-se espaço do comércio, primordialmente. Esse espaço de trocas monetárias liberta os homens, porque agora o patrão paga em dinheiro e esse é o laço de compromisso que os une ao emprego, não mais a servidão eterna. Nesse ambiente citadino o homem pode escolher qual função é mais rentável, podendo modificar inúmeras vezes, mas dentro de um contexto social maior que irá direcioná-lo.

Então, de acordo com Park (1967), existe liberdade dentro da cidade, mas trata-se da liberdade de competição entre os indivíduos que são livres para competirem uns contra os outros, no final cada um irá desempenhar socialmente a profissão que melhor lhe couber. E a diferença que existe entre os homens e suas habilidades não é natural, mas são construídas nos primeiros anos da infância, quando ainda eram iguais e começou-se, a partir da educação e da cultura, a diferenciá-los até o momento em que o fosso que separa as ocupações e distingue os indivíduos faz com que eles não se reconheçam enquanto iguais.

Tudo que compõe o ambiente citadino tende a separar e acentuar constantemente as diferenças entre as pessoas, como as escolas preparatórias e técnicas que educam as pessoas para o melhor desempenho no mercado de trabalho. Essa forma de organização distingue-se completamente de como ocorria na antiguidade em que grupos formavam-se a partir de associações familiares e cada núcleo desenvolvia um ramo produtivo diferente. A separação

entre os setores era fixa e imutável, ou seja, os homens não podiam transitar entre um trabalho e outro, mesmo que assim fosse mais rentável.

Park (1967), como Weber (1999), também discorre sobre a vocação na sociedade moderna. As pessoas passam a se aglutinar em associações de acordo com a vocação que possuem não necessariamente aquela que é conferida por Deus e está presente nos dogmas do luteranismo, mas aquela que o próprio homem escolhe porque lhe é mais rentável, aproximando-se do calvinismo. Todavia conforme o comércio e a indústria tornam-se predominante, a religião passa ocupar um lugar secundário. Park (1967) questiona: “Até que ponto a doutrina social ou o idealismo invadiram e substituíram a fé religiosa nas diferentes ocupações, e por quê?” (PARK, 1967, p. 14).

A religião não deixou de existir, mas deixou de ser o centro orientador da vida dos indivíduos, bem como os sentimentos de comunidade e partilha que predominava em certos grupos. Park afirma que o “dinheiro é o principal artifício pelo qual os valores foram racionalizados e os sentimentos substituídos pelos interesses” (PARK, 1967, p.15). As questões econômicas em uma sociedade capitalística assumem a direção das relações sociais. Estas, por sua vez, tornam-se mais rasas, pois os indivíduos relacionam-se menos intensamente no ambiente urbano, porque estão em constante mudança, tanto em relação à sua individualidade e capacidades cognitivas, quanto migrando entre as áreas físicas em busca de maior rentabilidade e benefício econômico.

O que auxiliou nos processos que levaram a migração de uma grande quantidade de indivíduos foram os meios de transporte e tecnologias que se desenvolveram rapidamente em um curto espaço de tempo, e quanto mais as cidades cresceram mais o contato entre as pessoas enfraqueceu, pois a grande quantidade populacional impede o desenvolvimento de relações mais demoradas e profundas. Os indivíduos estão constantemente de passagem e, dessa forma, as relações tornaram-se secundárias, os relacionamentos presenciais ocorrem com menor frequência e muitas vezes são superficiais. Com as migrações surgiram novos tipos de culturas que, ao se misturarem, deram ensejo para formações únicas. Ao mesmo tempo em que esses encontros permitiram a criação de algo novo, também esvaziaram de significações as relações que existiam anteriormente, porque por mais que as pessoas convivessem com muitas outras cotidianamente, essa convivência é majoritariamente episódica, com encontros rápidos e com fins específicos, que tem início e término já previstos (PARK, 1967).

Nas pequenas cidades havia demandas que eram compartilhadas por todas as pessoas do grupo, isso deixou de existir nas grandes metrópoles, porque cada indivíduo forma-se a

partir de núcleos familiares distintos que não se relacionam e compartilham experiências com outros núcleos familiares. Portanto, cada vez mais as relações tornam-se impessoais e distantes, e os indivíduos não compartilham dos mesmos desejos, ideologias e, o “Outro”, é sempre estranho a sua realidade. A escola é o segundo momento de sociabilização das crianças, por isso, muitas vezes tomam o papel da instituição familiar, dado que nesses espaços é onde pela primeira vez eles precisaram aprender a conviver com as individualidades dos colegas.

Park (1967, p.22) diz que desde as intervenções de Lutero na religião, a igreja vem perdendo muito de sua influência, mas ainda tenta constantemente se adaptar às modificações sociais e às novas formas de sociabilidade. Na cidade, muitos indivíduos vivem juntos e compartilham o mesmo espaço geográfico, mas não possuem relações íntimas. Apesar disso, todos estão em constante interdependência em relação aos serviços que produzem e necessitam. A igreja tenta demonstrar que ainda tem um papel preponderante agindo como mediadora nesse espaço aparentemente caótico e complexo em que todas as engrenagens precisam estar funcionando para que a vida se perpetue.

Em relações superficiais e de interdependência, as pessoas precisam conviver incessantemente umas com as outras em relações cada vez mais rápidas e superficiais, à vista disso é necessário que exista um conjunto de regras e normas de contenção e controle social, para além das normais morais impostas pela religião. Então, o Estado por meio dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, organiza toda a estrutura social com uma série de leis rígidas para contenção dos indivíduos. Mas mesmo com a construção de um grande aparato institucional que pretende impor modos básicos de civilidade e convivência, as desigualdades discrepantes fazem surgir fenômenos como crimes e inúmeros tipos de vícios, que se inter-relacionam.

Além disso, a maioria dos cidadãos tem pouca ou nenhuma participação na esfera pública que demanda toda essa organização da estrutura social. Park (1967) demonstra que não é dado às pessoas a possibilidade de pensar e escolher racionalmente os candidatos a cargos públicos, porque estão constantemente ocupados exercendo funções remuneradas que tem como fim sanar suas necessidades materiais. Assim sendo, não conseguem acompanhar os processos que ocorrem na esfera pública e são manipulados a votar em candidatos já escolhidos antes mesmo de os processos eleitorais, haja vista que as organizações que têm como pressuposto instruir os indivíduos levando informação com neutralidade desenvolve o papel contrário, realizando propagandas somente sobre os candidatos de interesse, por isso, a máquina política serve somente para alcançar os fins já planejados (PARK, 1967, p. 32).

Somam-se, aos argumentos acima alinhavados, outras questões problemáticas que compõem o espaço citadino, como a substituição dos contatos primários (pessoal) por secundários (impessoal) e a segregação espacial a que estão submetidos os grupos sociais com menor poder aquisitivo e político. Apesar dessas questões conflitantes e instáveis do ambiente já qualificado, ele ainda pode ser considerado como espaço de desenvolvimento das individualidades ao mesmo tempo em que cerceia essas mesmas individualidades, porque permite que os homens exerçam suas vocações desde que enquadradas nas normas e regras sociais que permeiam o ambiente urbano. Então seus “impulsos naturais” (PARK, 1967, p. 40) devem ser controlados ou sofrerá sanções, tanto morais quanto legais.

Oliven (2010) expõe que, apesar das cidades existirem há milhares de anos, foi em dois períodos da história que ela ganhou importância: no final da Idade Média e, depois, com a Revolução Industrial no século XVIII. Esse processo, como também demonstra Weber (1999), está associado ao surgimento do capitalismo. Oliven (2010) afirma que na cidade os homens são libertos para a competição econômica. Weber considera “[...] a cidade na civilização ocidental como um lugar de mercado” (OLIVEN, 2010, p.8; WEBER, 2004). Oliven (2010) demonstra que, apesar de Weber entender que houve sociedades que se organizavam em grupos, somente no Ocidente surgem as cidades com todas as características elencadas por ele na obra “Conceitos e categorias de Cidade” (1967).

Oliven (2010) explica que Weber entende que a cidade deve ser considerada como um centro com relativa autonomia sendo sua existência pré-condição para o posterior surgimento do capitalismo: “Para Weber, a cidade é pré-condição do capitalismo na medida em que é necessária para a existência do mesmo, mas mais tarde o desenvolvimento do capitalismo intensifica o crescimento das cidades” (OLIVEN, 2010, p. 9) e, mesmo com certa autonomia, rapidamente as cidades foram cooptadas a fazer parte de algo mais: o Estado-nação.

De acordo com Freitag (2012, p. 17), os autores da escola Alemã que se destacam são “Marx e Engels, Simmel, Weber e Sombart”. Esses pesquisadores deram início a diversas pesquisas na área da sociologia urbana. À vista disso, atualmente existe uma gama de autores alemães que tiveram suas pesquisas influenciadas por esses clássicos. Nada obstante eles também exerceram influência sobre as escolas Francesa e de Chicago, pois estas se desenvolveram concomitantemente.

Freitag (2012) discorre sobre os quatro autores citados, mas a análise desse trabalho irá recair sobre dois autores fundamentais para se compreender as discussões que foram estabelecidas nas sessões anteriores: Georg Simmel (1858-1918) e Max Weber (1864-1920).

Ambos dedicaram uma menor parcela de suas obras à questão das cidades. O primeiro abordou o assunto essencialmente em duas de suas obras, mas se tornou reconhecido por outros temas, assim como Weber, que dedicou uma diminuta parcela de sua obra a esse assunto, mas que foi extremamente valorosa para a área.

A principal obra em que Weber trata sobre a questão das cidades é “Economia e Sociedade” (1962), na qual discorre sobre a cidade em diversos períodos históricos, caracterizando-a como:

[...] *Ortschafts* (localidade), um assentamento (*Siedlung*) fechado de casas (não somente algumas, mas casas de forma concentrada), muitas vezes com uma encostada à outra (*Wand na Wand*). Trata-se de um assentamento grande e suas características são: tamanho, troca regular de bens e serviços, diversificação de funções (FREITAG, 2012, p. 25-grifos da autora).

Partindo desta definição, separou-se a cidade em quatro categorias com fins distintos entre si, são elas: cidade do príncipe, de consumo, produtora e comercial (FREITAG, 2012, p.25). Todavia, com o passar do tempo, surgem as grandes metrópoles que acumulam funções, ou seja, são cidades consumidoras, produtoras, de ávido comércio e sedes de governos.

Freitag (2012) discorre também sobre um assunto que será mais bem elaborado no decorrer do texto: a cidade ocidental na concepção de Weber. Segundo esse autor, as “verdadeiras cidades” (FREITAG, 2012, p.26), aquelas que detêm todos os critérios elencados pelo autor para constituir-se enquanto cidades surgiram somente na Europa ocidental. A autora ainda diz que os dois pensadores citados definem a cidade “como ‘sede do dinheiro’ e da racionalidade econômica (e política)” (FREITAG, 2012, p. 41).

Após a discussão traçada por Freitag (2012), a análise irá repousar sobre obras dos autores citados da Escola Alemã, que discorrem e definem o conceito de cidade: “A metrópole e a vida mental” de Georg Simmel (1950) e “Conceito e Categoria de Cidade” de Max Weber (1967). Simmel (1950) trata da cidade como um organismo vivo por meio de uma linguagem biologizante. O autor demonstra uma categorização do homem da cidade que se distancia e se distingue do homem do campo, como se fossem dois indivíduos distintos, com vidas, sentimentos e pensamentos diferentes. Enquanto o primeiro está em confronto direto com a vida rápida e repleta de informações, o segundo interpreta o mundo com maior lentidão.

Simmel (1950) diz que o homem do campo é mais emocional e o da cidade precisa ser racional para enfrentar a vida metropolitana que o atordoará se ele não se adaptar com eficiência. Deste modo, enquanto no campo existem relações que se formam nas diversas

esferas sociais, na cidade grande a relação é justamente a inversa, o anonimato é a moeda mais utilizada, por isso, o “Outro” é sempre alguém desconhecido a que se deve temer e, os erros na relação com o estranho são inaceitáveis. Para a vida metropolitana tornar-se possível, foi necessário que todo o tempo fosse racionalizado e contabilizado, tudo que constitui a vida na cidade precisou ser organizado, pois a sociabilidade nesse espaço é complexa e todos individualmente são partes integrantes da engrenagem que não pode falhar para garantir a perpetuidade do funcionamento. Ele fala sobre a cidade como sendo um organismo complexo que deve ser regulado pontualmente para que flua da forma esperada (SIMMEL, 1950, p.4).

De todos os eventos que ocorrem na metrópole é a economia pautada na troca monetária que mais extrai a humanidade dos indivíduos, pois todas as relações baseadas em dinheiro retiram os sentimentos e trazem a tona a atitude *blasé*, porque tudo está à venda e pode ser comprado pelo preço certo, inclusive as relações e sentimentos e, nesse espaço onde tudo se compra nada mais tem valor, nem mesmo as pessoas. Essas vivem no ambiente urbano e acostumaram-se ao tipo de sociabilidade que encontraram, por isso, viver dessa forma passou a ser normal, mas quem reside no ambiente rural entende essa sociabilidade citadina como devastadora e formada por pessoas frias e “desalmadas” e sentem, inclusive, repulsa a essa vivência estranha a eles (SIMMEL, 1950, p.7).

No ambiente citadino os moradores não constituem grupos de sociabilidade e intimidade, eles não se conhecem, afinal, as dimensões quantitativas impossibilitam esse tipo de interatividade. Assim, todos que estão em algum momento no ambiente da cidade fazem parte dela. Já nas cidades pequenas o grupo é fechado e todos se conhecem em alguma medida. Quem advém de outro lugar é o forasteiro, desconhecido, intruso, não é aceito. Conforme o grupo aumenta, mais se afrouxam as regras para a entrada de outras pessoas. Além da liberdade de competição, descrita anteriormente, na cidade, também, se encontra a liberdade do anonimato, o reconhecimento dos indivíduos não acontece em um espaço tão populoso e inconstante, tornando-se “sede do cosmopolitismo” (SIMMEL, 1950, p. 10).

Outra característica é a que ele considera mais importante sobre a cidade, é sua intensa “divisão econômica do trabalho”. Tudo ocorre em torno disso: as pessoas podem facilmente ser substituídas, para que isso não ocorra é necessário que o indivíduo se especialize, e a partir dessa especialização torne-se insubstituível. Esse processo alarga ainda mais as diferenças individuais. As relações nesse espaço são superficiais e breves, diferentes das cidades pequenas onde tudo perdura por um tempo maior, e existe um reconhecimento daqueles que fazem parte da cidade (SIMMEL, 1950, p.11).

No século XVIII, o homem que estava preso à vida no campo e a todas as amarras que a vida naquele espaço impusera começa a migrar para as metrópoles e lá pode se libertar de tudo que o prendia, afinal, a cidade é libertadora com uma rígida divisão econômica do trabalho, onde ou os indivíduos se adaptam e se especializam se houver essa possibilidade, a fim de tornarem-se insubstituíveis ou então não sobrevivem.

Weber (1967) define a cidade como um “estabelecimento compacto” em uma “*grande* localidade”. De acordo com essa definição, a cidade estaria em um extenso território completamente ocupado, onde todas as casas estivessem próximas sugerindo um alto índice populacional por metro quadrado. São muitas características que compõe a cidade, como o tamanho do território e uma das principais é a existência de um mercado e um intercâmbio constante de mercadorias, por isso Weber (1967) diz que toda cidade “é um local de mercado” e a população deve sanar suas demandas diárias com os produtos oferecidos no seu local de moradia, caso isso não ocorra então não pode ser considerado uma cidade (WEBER, 1967, p. 1-2 - grifo do autor).

Weber (1967) discorre sobre a constituição de diversos tipos de cidade, a “*cidade de principado*”, “*cidade de produtores*”, “*cidade industrial*”, “*cidade mercantil*” (WEBER, 1967, p.4-5 - grifos do autor). Algumas cidades eram constituídas e destinavam-se a um fim específico, mas outras eram mistas, possuindo mais de um tipo de especialidade. O autor ainda diz que as cidades que existiram na Antiguidade eram distintas do que se definia como cidade na década de 1920, pois eram cidades onde os cidadãos possuíam terras e delas retiravam seu próprio sustento por meio da agricultura e o excedente da produção poderia ser vendido.

Somente o conglomerado de unidades habitacionais, a extensão territorial e a questão econômica não classificam um espaço como cidade, pois uma aldeia pode contar com todas essas características. De acordo com Weber (1967), para que seja espaço citadino é necessário que exista um trabalho de regulamentações, estabelecido para organizar a vida urbana que o autor denomina como “política econômica urbana” (WEBER, 1967, p.8). Por meio desta os cidadãos teriam algumas garantias básicas asseguradas, mas esse tipo de regularização não foi uma característica universal que incidiu sobre todas as cidades.

Weber (1967) diz que, juridicamente, existiram algumas cidades durante a Idade Média e, também na Antiguidade, mas nem toda “cidade” no sentido econômico, nem toda fortaleza que, no sentido político-administrativo, supunha um direito particular dos habitantes, constituiu uma “comunidade”. A comunidade urbana, no sentido pleno da palavra existe como fenômeno extenso unicamente no Ocidente (WEBER, 1967, p.15). O Autor ainda expõe

todas as razões pelas quais no oriente não houve agrupamentos que podem ser denominados como cidades, porque não formaram conceitos essenciais como “cidadania”, “comunidade urbana”. Weber chama de cidade algumas associações que existiram no Oriente, mas logo aponta as questões faltantes para que sejam cidades como as que surgem no Ocidente.

Cada um dos autores citados define a cidade de uma forma distinta e a partir de um parâmetro diferente: Simmel (1950) utiliza uma linguagem biologizante, discorrendo sobre a cidade enquanto organismo vivo, em que todos os cidadãos compõem parte dessa engrenagem complexa, por isso nenhum pode faltar, para que o corpo continue funcionando corretamente. A cidade grande é tão complexa que as relações tornam-se apáticas e sem emoção, os indivíduos adquirem uma atitude *blasé*, porque foram tão bombardeados por uma quantidade tão grande e intensa de informações que chegaram a um estágio onde nada mais penetra o sistema nervoso com fins a chocar.

Weber parte de outras características para definir a cidade, mas também entende que ela deve estar assentada sobre um extenso território formado por um grande número de casas e um grande índice populacional. Entretanto, somente isso não constitui o que o autor entende por cidade, sendo que existiram alguns tipos de cidade no Oriente, mas de forma completa ou com todas as características que o autor diz ser necessário para compor uma cidade, só existiu no Ocidente. Ambos os autores discorrem sobre a questão econômica que deve compor o espaço para que seja definido como cidade, Simmel (1950) fala sobre “divisão econômica do trabalho” (SIMMEL, 1950, p.11) e Weber (1967) sobre “política econômica urbana” (WEBER, 1967, p.8), ambos consideram que a questão econômica é o cerne da composição do ambiente citadino.

As cidades, como demonstrou Park (1967), possuem liberdade, mas trata-se de uma liberdade de competição. Os homens são livres para competirem entre si e ocuparem as funções que melhor lhes couberem socialmente. Contudo cada indivíduo é dotado de um conjunto de individualidades que restringirá seu campo de ocupações, ocorre que essas individualidades não são natas do ser humano, trata-se de construções que se iniciam nos primeiros anos da infância, a partir de um conjunto de saberes que irá instrumentalizá-lo social e culturalmente, distanciando-o assim daqueles que forem instrumentalizados de maneiras distintas. Os mais instruídos serão aqueles que se tornaram possuidores dos conhecimentos instituídos como científicos e universais, eles serão os portadores majoritários dos privilégios, associados aos detentores de poder econômico, sendo que ambos os poderes, econômico e social, frequentemente incidem sobre os mesmos grupos. Em função da

existência dos possuidores existirão os despossuídos e a esses caberá um campo de escolha mais restrito e menos benquisto socialmente.

Essa cidade ocidental com organização capitalística ou capitalista é descrita pelos autores da escola da Chicago, como espaços heterogêneos em que os indivíduos são organizados enquanto grupos com critério homogeneizante, através de suas características individuais como, classe social, cor, religião, faixa etária e outros. Esses indivíduos organizados em grupos ocupam o mesmo espaço na organização geográfica da cidade, porque individualmente compartilham de algumas características semelhantes. Tendo em vista a inexistência da homogeneidade social os dispositivos legais fazem-se necessários, pois como Wirth (1967) define, eles agem como neutralizadores e reguladores sociais no espaço urbano.

Como demonstraram os autores da escola de Chicago, no momento em que a terra urbana passou a ter valor monetário imposto pelo setor privado, todos os espaços no ambiente citadino foram divididos e incumbidos de preço que variam segundo critérios impostos pelo setor imobiliário. Nesse contexto capitalista, ainda que as políticas públicas advenham do Estado, elas são diretamente submetidas à organização imposta pelo setor privado durante a delimitação dos espaços que serão destinados a construção de habitações para famílias que pelos meios convencionais da compra, não conseguiram adquirir o bem imóvel. “A indústria da construção é paradigmática ao mostrar o círculo de ferro que, pela sua estrutura de salários, impede a seus trabalhadores o acesso à moradia enquanto mercadoria” (MAUTNER, 1999, p.256).

Tendo em vista o baixo poder aquisitivo da maioria das famílias e, com a finalidade de diminuir os custos das casas os espaços escolhidos para a construção são sempre aqueles menos onerosos, que por sua vez localizam-se em espaços mais desprivilegiados da malha urbana. O desprivilegio encontra-se em residir em locais distantes de um conjunto de serviços importantes para o pleno desenvolvimento social, sendo que um dos critérios que confere preço a terra é o acesso aos equipamentos públicos existentes no espaço da cidade e importantes aos indivíduos. Então, a cidade descrita pelos autores escolhidos acaba por aferir aos beneficiários das políticas públicas habitacionais a situação de periferização, que ocorre em função da necessidade mercadológica de minimização de custos, para a construção de casas voltadas à população que não possui meios de comprar seu próprio imóvel no mercado privado. Tal processo consolida e se constitui por meio do que a literatura urbana chama de segregação residencial, social, socioespacial e que será aprofundado no próximo item.

2.2 HISTÓRICO DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS NO BRASIL DAS DÉCADAS 1930 A 1990

A formação das cidades no Brasil se constitui no processo da segregação social que começa a ser percebida no final do século XIX, pois em grandes cidades como São Paulo, antes desse período, o perímetro urbano era composto por poucos habitantes, portanto, todos residiam próximos, coabitando os mesmos espaços com densidade demográfica. Inicialmente não havia separação geográfica dos espaços da cidade, porque a distinção dava-se no âmbito econômico, e em conformidade ao crescimento populacional estava a criação dos novos bairros, divididos pelo planejamento público, ou ausência dele, entre operários e residenciais. Dessa forma, iniciava-se a separação dos indivíduos no território urbano (BONDUKI, 2004, p. 20-21).

É nesse período que se torna preeminente o que Maricato (2000) denomina como tragédia urbana, com o início da privatização das terras em 1850⁸, fim da escravidão em 1888 e a Proclamação da República no ano seguinte, tem-se início o inchamento da malha urbana, pois “A abolição lançou o restante de mão-de-obra escrava no mercado de trabalho livre [...]” (CARVALHO, 1987, p. 16). Nesse contexto a cidade não possuía estrutura para empregar o que se torna um grande exército de mão de obra relegado aos trabalhos informais (MARICATO, 2000, p. 4).

Surgem, então, as grandes aglomerações no espaço citadino. A cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, possuía majoritariamente uma população migrante, somente 45% das pessoas eram originárias da cidade. Como consequência tem-se o surgimento das primeiras moradias comunitárias, chamadas de cortiços⁹, e comumente conhecidas como cabeça de porco, estalagem, hospedaria e outros. Sua estrutura dava-se de forma horizontal em fundos de terrenos e construções destinadas a fins diversos. A característica geral desse tipo de moradia é a insalubridade em todos os aspectos de construção, como falta de ventilação, espaço insuficiente e higienização precária ou inexistente, dentre outras deficiências que tornavam esses espaços pouco habitáveis (BONDUKI, 2004; PICCINI, 2004).

Os moradores dessas habitações não tinham nenhum direito assegurado pelo Estado, porque as relações entre inquilino e locatário davam-se na ilegalidade, sem contrato de

⁸ Esse é o ano da criação de Lei de terras.

⁹ Os tipos mais comuns de cortiços eram: “Cortiços de quintal: ocupava o centro do quarteirão com acesso através de um pequeno corredor. De face para a rua, ao lado do portão de entrada, havia quase sempre um prédio de uso comercial; - Cortiço casinha: construção independente com frente para a rua, também chamada de pensão; - Casa de cômodo: sobrado com várias subdivisões internas; -Cortiços improvisados: ocupação precária de fundo de depósito, fundo de bares, armazéns, coqueiras e estábulos, sempre no centro do quarteirão; -Hotel cortiço: tinha uso de restaurante, de dia, e no mesmo local, à noite, as pessoas se reuniam para dormir” (PICCINI, 2004, p. 21-22, apud MOTTA, 1894, ANT, KOWARICK e VÉRAS, 1981; BONDUKI, 1994).

locação e praticamente não havia legislação que versasse sobre esse tipo de moradia (PICCINI, 2004). Essas ocupações, não regularizada pelo Estado, era uma das poucas maneiras que a classe menos abastada tinha de obter moradia, porque o Estado incumbiu à habitação “[...] um bem sujeito, como quase todos os demais, a regras de mercado” (AZEVEDO, 2002, p. 48).

Ter moradia era uma necessidade para o morador cidadão, contudo como não era possível adquirir por intermédio do trabalho os meios para a compra da casa no mercado, eles eram forçados a residir na ilegalidade. Esse modo de vida propiciou a criação de diferentes maneiras de socialização, nos cortiços, “[...] se trabalhava, se divertia, se festejava, se fornicava e, principalmente, se falava da vida alheia e se brigava.” (CARVALHO, 1987, p. 39). Os cortiços possuíam uma vida social bastante agitada e, conseqüentemente ficaram conhecidos como pequenas repúblicas, nesse espaço constituíam-se leis distintas daquelas praticadas no restante da cidade.

Simultaneamente ao surgimento dos cortiços criou-se também a polícia sanitária que fiscalizava os focos considerados propagadores de doenças. Através da utilização legal do uso da força, o poder público invadia os domicílios e a privacidade dos moradores, causando diversas revoltas, sendo uma das mais conhecidas a Revolta da Vacina (1904) e a reforma urbana de Pereira Passos que pretendia embelezar a área central da então capital da República, através da demolição de muitos cortiços, dessa forma, pretendia-se superar a cidade colonial que era considerada símbolo de atraso. Assim sendo, a intervenção do Estado se dava de dois modos: higienizar e extirpar, sendo a reposição da moradia um problema de última ordem. Pois as leis criadas depois da Proclamação da República, como o Código de Posturas Municipais entre do final o século XIX e início do XX, exigia modificações nas casas e hospedarias que os proprietários não conseguiam realizar¹⁰.

Dessa forma, aos pobres eram relegadas outras partes da cidade menos benquistas pelas elites. Os operários que podiam adquirir lotes não regulares nos subúrbios os compravam por preços menores do que aqueles solicitados pelo mercado imobiliário com a finalidade de dar início à autoconstrução de suas moradias, sozinhos ou com ajuda de amigos e familiares, surgem casas que comungam das mesmas precariedades que os cortiços. Não somente pela forma de construção, mas por ser parte do espaço cidadão que ainda não passou

¹⁰ “Por exemplo regulamentava-se que a área mínima de um cortiço deveria ser de 5,50m², com pé direito entre 4 e 5 m, que a cada cinco habitações deveria ser construído um poço de água e um tanque para lavar roupa e um sanitário com água a cada duas habitações, mas todas essas regras não valiam em zona comercial, ou seja, a zona central da cidade, onde era proibida a construção de cortiços” (PICCINI, 2004, p. 28, apud DIAS, 1989 e LEMOS, 1989).

pelo processo de urbanização, dessa forma, a localidade não oferecia ao morador as condições de habitabilidade no que tange aos equipamentos públicos e outros serviços de primeira necessidade. As formas de morar supracitadas dificultavam a reprodução do trabalhador e, portanto, tornavam precária a força de trabalho, todavia, ainda não estavam afetando o setor econômico (MARICATO, 1987, p. 20, 21).

A precarização da força de trabalho não causava prejuízos ao mercado porque existia uma grande massa populacional desempregada. Isto acarretava em duas consequências: o barateamento da força de trabalho, e a fácil substituição do trabalhador quando necessário. Questões que atualmente são regulamentadas pelo Estado até o início do século XX eram consideradas como restritas a esfera privada, então as relações trabalhistas recebiam intervenções estatais mínimas. Somente a partir da década de 1920 é que se iniciam as regulamentações. Em relação à habitação agiu-se diretamente sobre os cortiços que não significavam somente uma forma de morar “indigna e árdua”, na verdade, a “preocupação” do Estado repousava sobre as doenças que ameaçavam a todos e, se partia da premissa de que o foco de infestação encontrava-se nessas moradias compartilhadas, pois eram, de fato, ambientes propícios à incubação e disseminação de todo tipo de virose, devido à alta precariedade dos espaços e meios de higiene (BONDUKI, 2004).

Tendo em vista que o consenso entre os profissionais que realizavam a “higienização” da cidade era de que a causa das enfermidades eram os grupos sociais menos abastados, já que suas escolhas individuais por hábitos imorais e vícios tornavam os espaços perigosos a contaminações de toda espécie, mas não se discutiam outras modificações estruturais voltadas ao descarte dos resíduos inorgânicos e, principalmente orgânicos como fezes e urina que são grandes transmissores de doenças, além de saneamento básico e água encanada (BONDUKI, 2004; CARVALHO, 1987). Acreditava-se que os moradores dos cortiços estavam naquele espaço por escolhas individuais. Todavia era preferível ao indivíduo estar morando na parte da malha urbana onde se encontravam os serviços de “[...] educação, saúde, infra-estrutura-básica, como água, esgoto e eletricidade [...]” do que nos subúrbios com ainda mais precariedade, contudo, salienta-se que morar nos centros urbanos não suprimia a condição de segregação espacial (PICCINI, 2004, p. 26).

A cidade passava por um processo de urbanização descontrolado e sem fiscalização para a utilização do solo. Então, conjuntos sem as mínimas condições de habitabilidade sem saneamento básico com rede de esgoto e água tratada, eram construídos para abrigar centenas

de desempregados¹¹, trabalhadores empregados na informalidade ou mesmo aqueles contratados pelas indústrias que, todavia, não podiam custear outras formas de morar, visto que os salários não eram “[...] regulados pela necessidade de sua reprodução, com a inclusão dos gastos com moradia, por exemplo.” Era preferível a criação de formas insalubres de moradia do que a abertura do mercado imobiliário para a classe pobre (MARICATO, 2000, p. 10).

Diante desse cenário de propagação de doenças, os centros das grandes cidades foram submetidos ao processo de higienização que permitia ao Estado quaisquer medidas fossem tomadas para evitar a disseminação de doenças, à vista disso a destruição dos domicílios era prática aceitável. Com isso, grande parte da mão de obra que estava empregada nas indústrias podia ficar desabrigada e causar prejuízos ao setor privado, portanto, fez-se necessário que o poder público apresentasse como contrapartida alguma política que visasse à construção de casas. Como o momento político liberal permitia que a única medida adotada fosse o investimento no setor privado e isenção de impostos para que houvesse a construção de moradias para a classe trabalhadora, surgem no início do século XX as Vilas Operárias (BONDUKI, 2004).

Formadas por casas que seguiam o padrão de higiene mínima exigido pelo Estado, que abrigavam até uma família, as Vilas, se distanciavam dos cortiços por serem formadas por casas unifamiliares. Todavia, Piccini (2004) demonstra que havia trabalhadores que construía no fundo de suas casas outros cômodos para moradias comunitárias, ou seja, pessoas pobres que erguiam nos subúrbios cortiços para outros trabalhadores ainda mais pobres. Outra característica das casas geminadas das Vilas é de que elas evitavam a promiscuidade, pois os aposentos sanitários e áreas de serviços também eram separados por família (BONDUKI, 2004; PICCINI, 2004).

As Vilas Operárias eram construídas próximas ao local de trabalho, por isso os industriais destinavam-se a construção desse tipo de espaço, e dessa forma seus funcionários estariam sempre próximos. Os valores dos aluguéis eram descontados diretamente da folha de pagamento, além das isenções fiscais que recebiam para a construção. Essas vilas tornaram-se altamente lucrativas, contudo, para o proletariado a opção menos custosa financeiramente continuava sendo as moradias compartilhadas e os cortiços. A habitação somente passou a ser interpretada pelo poder público como essencial ao proletário, inclusive como estratégia de

¹¹ Os cortiços eram construídos para abrigar originalmente “[...] superlotação de até 7 pessoas por quarto, com serviços higiênicos e sanitários coletivos, alcançando uma média de 50 pessoas para cada 1 ou 2 banheiros e tanques” (PICCINI, 2004, p. 22-23).

aumento da produção industrial, a partir de governos nacionais desenvolvimentistas, que teve início na Era Vargas, pois é somente nesse período que se instaura a primeira crise de moradia. Esse governo pretendia modificar as ideologias que permeavam o imaginário popular, e a habitação social era uma forma de fazer surgir no trabalhador ideários políticos (BONDUKI, 2004).

Essa remodelação das políticas habitacionais deixou de ser pensada tão somente por um grupo de arquitetos e engenheiros e passou a ser assunto das mais diversas áreas que versavam sobre urbanismo e habitação. Entretanto, cada grupo de profissionais possuía sua própria ideologia e construía soluções segundo essas, não obstante era de concordância geral que o agente principal passaria a ser o Estado, retirando dessa forma o protagonismo do mercado. Sendo assim, a periferização das classes pobres ainda permanecia presente nos projetos, como maneira declarada de criar uma distinção na malha urbana que coincidissem com a social. Essa separação espacial ocorreu em conformidade com uma mudança ideológica, pois era necessário incutir no trabalhador a preferência por propriedades privadas e unifamiliares, ainda que localizadas na periferia (BONDUKI, 2004).

A primeira lei voltada à habitação foi a Lei do Inquilinato em 1942, que congelava todos os aluguéis, portanto até que ela fosse revogada não podia haver reajustes no valor pago mensalmente pelo trabalhador. Essa medida já havia sido adotada em outros países, mas no Brasil causou grande controvérsia, os argumentos utilizados demonstravam que os proprietários perdiam seus direitos, e esses eram adquiridos pelo inquilino. Essa lei, na forma original, perdurou porque não havia sido criada até então nenhuma política voltada à criação de habitação popular que houvesse gerado resultado, então o argumento do governo Vargas era de que o congelamento dos aluguéis se fazia necessário até que outras medidas fossem tomadas (BONDUKI, 2004).

A Lei do Inquilinato, além de não resolver o problema habitacional aumentou o déficit porque houve uma redução nos investimentos do excedente na construção do parque residencial, que foi deslocado para o investimento na industrialização, pois esse também era um dos objetivos de Vargas. Além disso, deu ensejo ao surgimento das favelas nas grandes cidades, especialmente em São Paulo. Os proprietários das casas, edifícios e cortiços, não podiam legalmente aumentar os preços dos aluguéis, contudo utilizavam de todo tipo de artimanha para cobrar outras taxas que gerassem lucro, quando não, simplesmente utilizavam uma ordem de despejo para reaver os domicílios. Inúmeros foram os desabrigados em um período de crise política e econômica e, sem ter novo lugar para residir, passaram a construir suas casas em perímetro central com materiais precários. Essa nova forma de morar causava

espanto às classes médias e altas que não estavam habituadas a conviver com tamanha pobreza, já que esta se restringia aos cortiços ou locais mais escondidos da cidade (BONDUKI, 2004).

Dentre as várias possibilidades para resolver a questão da habitação, possuir a propriedade da casa mostrava ser a opção que geraria maiores ganhos ao trabalhador que seria dono de sua moradia e, então poderia constituir uma família e criar com dignidade os filhos, distanciando-se assim, da realidade dos cortiços, e assim “[...] a casa salubre suburbana difunde-se como símbolo de bem-estar urbano [...]”. O planejamento dessa nova forma de morar adquirida por menores valores do que aquele imposto pelo mercado ocorreu somente distante dos centros e o principal problema era a falta de todo tipo de equipamentos públicos e serviços básicos, como o transporte, pois era importante para o setor privado que o trabalhador tivesse um espaço de renovação de suas forças e exercício das individualidades, todavia, era ainda mais importante que ele tivesse meios de ir trabalhar diariamente (BONDUKI, 2004; LAGO, 2017, p. 141).

A falta de equipamentos públicos em certas regiões da cidade acarreta o que Maricato (2000) denomina como efeitos “vizinhanças” ou “externalidades”, que ocorre quando a distribuição dos equipamentos se dá de forma desigual, beneficiando os proprietários de uma área em detrimento das outras, porque uma das formas de valorização do imóvel é o incremento de serviços primordiais aos indivíduos, como saúde, educação, lazer. Essa distribuição desigual, por sua vez, gera desunião entre proprietários de imóveis que de forma individual pretendem aumentar o valor de suas residências a fim de retirar renda das mesmas (MARICATO, 1987, p. 26).

Durante o governo Vargas, os primeiros órgãos que se destinaram a construção de casas populares foram os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs) de diversos setores como: bancários, marítimos, comerciários, industriários e outros. Os IAPs foram criados em 1930 e, através deles se iniciou a construção de casas populares, entretanto, a preocupação desse organismo não era a de solucionar o problema habitacional, por isso era uma política fragmentada que não atingiu a maior parte da população. Posteriormente, em 1946, surge pela primeira vez uma política que possuía como objetivo principal a construção de moradias populares: a Fundação Casa Popular (FCP). Tratava-se de uma política que dependia em grande parte do auxílio do governo federal e, por isso, conforme as gestões mudaram, modificavam-se também as verbas recebidas, portanto pouco do que a política previa teoricamente foi executado e a abrangência do FCP foi muito diminuta em relação ao que se esperava inicialmente (AZEVEDO, 1978).

Após a intervenção do governo Vargas através de leis que tiveram como consequência a aparição de moradias em morros e favelas, verificou-se que a maior parte dos indivíduos que passou a compor esses espaços não regulares da cidade era negra e parda, com baixa escolaridade, altos níveis de desemprego, afinal, após séculos de escravidão é a população negra que mais possui dificuldades para acessar a cidade legal, nas mais diversas esferas como habitação, mercado de trabalho e educação. Apesar dos altos índices de desemprego, os inativos ou inaptos ao trabalho não formam a maior parcela de moradores da favela. Atualmente, sabe-se que há um grande contingente populacional que está formalmente empregado, pois “Operários da indústria automobilística Volkswagen, pertencentes a um setor produtivo avançado, são encontrados residindo em favelas dos municípios de São Bernardo [...]”, e em diversas indústrias e empresas com suas carteiras assinadas (MARICATO, 1987, p. 20 apud KOWARICK, 1979).

O Golpe de Estado em 1964 assentou no poder um governo militar que tinha como objetivo a diminuição da inflação, por isso era necessário implantar medidas de diminuição de gastos, como a contenção salarial. Dessa forma tornou-se conveniente que o problema habitacional fosse o foco da política. Em função disso, é criado pelo Governo Federal o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), e tal criação faria com que o Brasil se assemelhasse aos países desenvolvidos, pois o país teria um sistema de crédito controlado pelo Estado que seria capaz de atender a toda a demanda por moradia (AZEVEDO E RIBEIRO, 1996).

O sistema era composto pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) e a Sociedade de Crédito Imobiliário. O objetivo do SFH era facilitar e promover a construção de habitações populares, enquanto o banco possuía como função a orientação disciplinar do SFH, e a sociedade de crédito era o agente financeiro do sistema em dependência do BNH. Juntamente com o sistema foi instituída a correção monetária que “Além de corrigir o valor da dívida do mutuário [...] estabelecida em portaria ministerial, era aplicada nos depósitos da caderneta de poupança, das letras hipotecárias e do FGTS” (CARNEIRO; VALPASSOS, 2003, p.26).

O BNH pretendia solucionar o problema habitacional, por meio da criação e acesso à moradia popular, que por sua vez está incumbida de dois principais simbolismos: um subjetivo de levar as pessoas a ascender financeiramente na sociedade capitalista e o objetivo de minimização dos gastos mensais em moradias alugadas. Através dos investimentos advindos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o BNH torna-se um dos maiores bancos do Brasil. Esse projeto de criação de casas populares surge no sentido de diminuir o impacto que as políticas de minimização de gastos causariam na vida da população mais pobre. Essa estratégia política pretendia, sobretudo, amenizar a insatisfação das massas,

para que essa camada social não se pusesse contra a gestão militar. Tendo isto em vista, o BNH inicia sua atuação urbanística investindo em habitação e, posteriormente em saneamento básico e outras infraestruturas de caráter básico (CARVALHO, 1991; BOLAFFI, 1979; MARICATO, 1987).

A construção de moradias populares poderia representar a diminuição da insatisfação popular, contudo no decorrer dos anos essa política demonstrou ser semelhante às anteriores, mesmo frente aos problemas habitacionais, foram políticas que na prática serviram para solucionar uma crise econômica, afinal, a política habitacional movimentaria diversos setores da economia. Já o SFH havia apresentado um comportamento crescente de auxílio no financiamento de imóveis, pelo menos até o ano de 1982, pois no ano seguinte o sistema entra em colapso, ocasionado pela abrupta inflação da década de 1980. Todavia ao final de seus 37 anos de atuação havia apresentado um total de 6,8 milhões de financiamentos em habitação (CARNEIRO; VALPASSOS, 2003, p.27-28). Segundo Bolaff (1975) até mesmo para questões econômicas o BHN foi pouco utilizado, tendo em vista que as indústrias mais movimentadas foram as de automobilística e de bens duráveis. “No Brasil, aliás, a habitação popular jamais recebeu qualquer prioridade além daquela que lhe pareciam dar os discursos eleitorais” (BOLAFF, 1975, p. 49).

De acordo com Maricato (2000) os arquitetos que participaram do Congresso do Instituto de Arquitetos do Brasil do ano de 1963, chegaram ao consenso de que o financiamento da terra poderia fazer com que mais pessoas tivessem acesso a casa própria, como ocorreu em diversos outros países, contudo não foi de interesse do mercado a construção de casas para a classe baixa. Por isso, após seis anos de criação do BNH, a política habitacional havia atendido somente 24% das famílias em situação de déficit habitacional, segundo Azevedo (2002) o BNH funcionou como um “Robin Hood” às avessas na medida em que o valor repassado ao banco era descontado do Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS) de todos os trabalhadores com carteira assinada, inclusive os mais pobres, entretanto as camadas sociais que mais receberam casas eram as médias e altas (AZEVEDO, 2002, p. 58; MARICATO, 2000, p.3).

De fato, as experiências pontuais de habitação subsidiadas entre 1965 e 1968 e, mais recentemente, a partir de 1976, redundaram em constantes fracassos além de representarem muito pouco quantitativamente diante das necessidades sociais (MARICATO, 1987, p.29).

Não ocorria com a política supracitada o atendimento às necessidades sociais, como as de acessar com facilidade equipamentos públicos, pois em decorrência do barateamento as

casas populares do BNH eram sempre construídas nos lugares mais afastados dos centros urbanos com infraestrutura precária (MARICATO, 1987, p.34).

Essa ineficiência se dá em decorrência da forma como a política foi instituída. Em 1986, o BNH foi extinto e incorporado a Caixa Econômica Federal (CEF), passando a funcionar como banco de segunda linha¹² a partir de 1971. Dessa forma, passa a se configurar como agente arrecadador dos recursos que são repassados a empresas privadas, essas por sua vez, devem concluir todas as outras etapas até a entrega da moradia. Como não é de interesse do mercado a produção de moradia de baixa rentabilidade financeira, as casas entregues possuem problemas, inclusive estruturais em função do barateamento do imóvel com a utilização de materiais de baixa qualidade (CARVALHO, 1991; BOLAFFI, 1979; MARICATO, 1987, p.32 e 33).

Em 1973, é criado o que Maricato considera como tentativas de recuperação do BNH e do SFH: o Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP) e o Sistema Financeiro de Habitação (SIFHAP). Ambos foram criados com a tentativa de, ao recapitular as premissas bases dos programas anteriores, ou seja, criação de moradia popular, combate ao Déficit Habitacional e, primordialmente o desenvolvimento econômico do país, por intermédio, do fomento da indústria de construção civil, não repetindo os erros dos projetos anteriores. Criou-se, também, a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB-SP), em 1965, para atender a camada populacional que possuísse renda de 0 a 3 salários mínimos, em uma década criou quase 10 mil Unidades Habitacionais (UH), contudo, mais de 50% das construções não foram concluídas e começaram a se deteriorar (MARICATO, 1987, p.43).

Entretanto, entre os anos de 1975 e 1983 a COHAB-SP começou a construir maior quantidade de casas a cada ano, chegando a atingir uma quantidade ainda não alcançada por outros programas de habitação popular, de 84 mil UH financiadas, beneficiando aproximadamente 150 mil moradores. Os conjuntos construídos possuíam o porte de cidades e, também a infraestrutura das mesmas. Os moradores conseguiam pagar as prestações, pois os dados demonstraram que os níveis de inadimplência eram baixos. No entanto, os indivíduos selecionados para o recebimento das casas deveriam estar devidamente empregados e, uma grande parcela encontrava-se na faixa salarial entre 4 a 5 salários mínimos. Alguns vícios na seleção dos beneficiários também foram constatados durante as pesquisas realizadas por Maricato (1987), como o que denomina de apadrinhamento, prática em que um agente político beneficia indivíduos que, de acordo, com as regras de seleção não

¹² Como um intermediário entre as transações entre o governo federal e sociedade civil/ entidades que auxiliam na construção das moradias populares.

seriam contemplados. Havia também famílias que recebiam mais do que cinco salários mínimos, mas deixavam de declarar parte ou o valor integral do salário de um dos membros para que fossem enquadrados nas faixas de maior vulnerabilidade social (MARICATO, 1987, p. 50-52).

Novamente, programas que em suas premissas iniciais previam a criação de habitação popular seguiram os caminhos já trilhados anteriormente pelas políticas de habitação: casas construídas muito distantes dos centros urbanos, infraestrutura precária “[...] falta de fiscalização de construção são alguns dos ‘enganos’ cometidos”. Além disso, a população de baixa renda não conseguia adquirir essas moradias, pois havia um descompasso entre os valores que a população dispunha para investir na moradia e o valor pelo qual o mercado imobiliário pretendia vender as casas, então, às camadas de renda que mais se beneficiavam com os programas eram as médias e altas. Mesmas as casas da COHAB que passaram a apresentar menores índices de inadimplência das prestações, não atingiam a população que mais necessitava. Além disso, durante as décadas que as famílias permaneciam pagando pela moradia a construção começava a apresentar problemas em decorrência da má qualidade dos materiais utilizados (MARICATO, 1987, p.45 e 52).

Durante as décadas de 1960 e 1970, houve o aprofundamento do processo de desigualdades sociais, em que um pequeno grupo passou a acumular mais riquezas, isso que gerou um empobrecimento generalizado nas classes já pobres. Em função disso, ainda durante a ditadura militar surgem novos movimentos sociais em prol de terras, casas, maiores salários, melhores condições de trabalho, liberdade para os sindicatos, urbanização de áreas já habitadas e infraestrutura. Os moradores das favelas que eram constantemente ameaçados com a retirada forçada passaram a lutar por processos de urbanização em seus locais de moradia. Os movimentos sociais auxiliavam os grupos a lutarem por demandas emergenciais como o acesso facilitado a equipamentos públicos. Algumas empresas de grande porte que possuíam interesse em construir um grande número de residências, também se puseram a favor das demandas por moradias da população mais pobre, quando havia como contrapartida as grandes concessões do Estado (MARICATO, 1987, p.57-58).

Segundo Aragão et. al. (2017) após um período sem inclusões de políticas públicas habitacionais no cenário político, Fernando Henrique Cardoso assume a presidência do país em 1995, tomando medidas de financiamentos habitacionais de baixa renda. Todavia as adversidades causadas pelo câmbio e queda do real influenciaram diretamente nos investimentos habitacionais, somados a isso o endividamento do setor público, acabaram levando a estagnação do programa que ainda estava em fase inicial, o Pró-moradia.

Como alternativa ao problema em 1999 é criado o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), que posteriormente será utilizado como base para a criação dos programas dos governos petistas de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff. O PAR era voltado ao atendimento de famílias que possuíam entre 3 e 6 salários mínimos, por isso criou-se, em 2001, o Programa de Subsídio Habitacional voltado a famílias com renda bruta mensal de 1 a 3 salários. Sem embargo, esses programas apresentaram baixo rendimento em relação as metas de iniciais, o PAR, por exemplo, havia construído 106 mil UH até o ano de 2003 (ARAGÃO, 2017, apud BONDUKI, 2008)

2.3 O COLAPSO NO AMBIENTE URBANO

O processo de urbanização brasileiro, segundo Ribeiro (1997), torna-se um problema na medida em que as cidades começam a crescer em grande proporção e descontroladamente. De acordo com o autor, é nos anos 70 que surgem as definições para o que se denominou como “vazios urbanos”¹³, sendo eles, um dos causadores da segregação socioespacial, devido a grande valorização econômica da terra (RIBEIRO, 1997, p. 28).

O Brasil [...] apresentou um intenso processo de urbanização, especialmente na segunda metade do século XX. Em 1940 a população urbana era de 26,3% do total. Em 2000 ela era de 81,2%. [...] Constatamos, portanto, que em 60 anos os assentamentos urbanos foram ampliados de forma a abrigar mais de 125 milhões de pessoas (MARICATO, 2000, p. 2).

Assim, a cidade precisou gerar formas de morar, ainda que a malha urbana não estivesse organizada para comportar a todos e promover os serviços públicos mínimos de habitação, todos passaram a residir no ambiente urbano, e majoritariamente em condições precárias. Iniciam-se então as discussões acerca da especulação imobiliária, ou seja, há um grande investimento advindo do poder público no entorno de áreas que pertencem a certos atores privados que, dessa forma, obtém lucro por intermédio da valorização financeira da terra.

Parta da explicação para o que foi dito, repousa no fato de que o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) foi utilizado nos anos 70 como meio de manutenção do processo de elevação pelo qual passava o Produto Interno Bruto (PIB), que se não fosse dessa maneira poderia entrar em declínio. O crescimento econômico do país não representava uma melhora nas condições de vida da população, mas ao contrário criava mais distinções sociais entre as classes, em decorrência disso surge uma nova classe média enquanto a maior parte da população não possuía acesso às modernidades do ambiente urbano. Entretanto, em uma

¹³ São espaços que não possuem construções ou suas construções não estão servindo para a função social da cidade, ou seja, áreas ociosas dentro do ambiente urbano.

década a situação econômica se modificou, e os anos 80 e 90 ficaram conhecidos como décadas perdidas para a população mais necessitada de moradias, pois se configuraram como um período de grandes recessões financeiras, já que o contingente populacional foi muito superior ao PIB por pessoa, isso significa que os índices tornaram-se negativos. Desta forma, não houve mais crescimento e a pobreza aumentou consideravelmente tornando-se homogênea (MARICATO, 2000, p.3 apud MARICATO, 1987).

De acordo com Maricato (2000) é nas “décadas perdidas” que o fenômeno da violência urbana acentua-se em razão dos níveis de desigualdade social e aumento da pobreza que, por sua vez, incidem diretamente sobre a elevação do número de homicídios. Além disso, outras mazelas ecológicas foram somadas as sociais, afinal toda a modificação do cenário urbano gerou altos custos para a natureza que sofreu com o desmatamento, uso em larga escala do solo, consumo impensado e grande geração de lixo, tudo isso desembocou em uma série de consequências naturais como enchentes, desmoronamento, poluição. Diante disso, há o surgimento de uma série de doenças humanas. Enfim, não foram somente os impactos sociais e políticos, mas também os ambientais que tornam as décadas de 80 e 90 bastante problemáticas (MARICATO, 2000).

Maricato evidencia a intervenção direta do Estado no surgimento da cidade ilegal, pois nos grandes centros urbanos as casas que estão irregulares constituem a maior parte dos domicílios, isso ocorreu porque o poder público consentiu com essa situação, hora provendo autorizações de acordo com a legislação, hora através do não impedimento para o surgimento dos conjuntos em áreas sem a mínima infraestrutura. Essa foi à maneira encontrada pelo Estado de se isentar da provisão das necessidades mais básicas de reprodução da força de trabalho. Apesar de as leis serem aplicáveis a todos os cidadãos, a falta de fiscalização tornou possível os novos assentamentos, no que popularmente tornou-se conhecido como “cidade real”. A medida que as pessoas conseguiam adquirir suas moradias, elas passavam a sentir-se como pertencentes a cidade (MARICATO, 1987, p. 31, PICCINI, 2004).

De acordo com Andersen (1991) alguns economistas, como Adam Smith, entendem que as classes sociais podem ser superadas por intermédio do mercado que iria regular a sociedade e extinguir as diferenças monetárias entre os grupos. Havia cisões entre as teorias econômicas, mas em geral todas convergiam para a máxima de que o Estado deveria intervir o mínimo necessário. Outras linhas, como grupos marxistas, apontavam para tendência contrária, quando observadas as classes sociais a partir do liberalismo econômico. Segundo essa linha, em um sistema que possui como fim a acumulação de capital, poucos seriam beneficiados, portanto, uma grande massa não teria acesso à propriedade.

De acordo com Ribeiro [...] o mercado de terras é o principal mecanismo gerador dos problemas urbanos: dispersão/hiperconcentração, Déficit Habitacional, crescimento periférico, alto custo dos equipamentos urbanos, etc. (RIBEIRO, 1997, p. 37). O mercado passa a regular uma grande parte de organização social dentro do ambiente urbano e o Estado deixa de ser o protagonista e torna-se auxiliar nos processos de precarização cidadina, quando na verdade ele deveria ser a instituição reguladora do uso do solo para que não houvesse um uso indevido do mesmo. Afinal, os rendimentos que o acúmulo de terras ocasiona não é fruto do trabalho do proprietário, pois esse depende somente do valor do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) que é irrisório frente à valorização financeira que eleva constantemente o valor da terra.

Para avaliar a valorização financeira do solo urbano, Ribeiro (1997), discorre sobre como são atribuídos os preços da terra, uma vez que não se trata de um produto que leva em consideração o valor gasto na produção. O mercado regula como deve ser e o Estado executa as modificações espaciais, tornando cada vez mais caro o espaço de moradia. Portanto, existe uma demanda que atribuirá valor a terra, entretanto, essa demanda não advém de indivíduos que farão uso do solo para moradia e sim, das organizações capitalísticas.

De acordo com Ribeiro, existe uma série de agentes que estão relacionados com solo urbano em diversos processos, são eles “incorporador, construtor, instituições de crédito imobiliário e proprietário rentista” (RIBEIRO, 1997, p.79). Todos esses agentes agem visando os próprios rendimentos auferidos a partir da compra, venda e uso da terra. Então a moradia não possui seu valor apenas por sua característica de abrigo, mas também, por uma série de outros fatores que se relacionam como, localização espacial, características do entorno e afins, de modo que os valores de cada espaço é que irão diferenciar quem comporá socialmente aquele local, bem como, os que estarão excluídos.

E porque esses setores não são capazes de realizar a construção de moradias para todas as pessoas? Essa é uma das questões apontadas na obra de Ribeiro (1997). Ele afirma que existe mais de uma maneira de respondê-la, mas o argumento central das respostas é de que a necessidade por moradia é muito variada de acordo com o período temporal, por isso o mercado não consegue responder a demanda. O Estado é que deveria ser o responsável por intermédio de programas habitacionais, de prover formas para que todos tivessem acesso à habitação.

Mas o que o Estado fez foi a iniciação de uma série de obras que tinham como pressuposto a higienização dos centros urbanos.

As reformas urbanas, realizadas em diversas cidades brasileiras entre o final do século XIX e início do século XX lançaram bases de um urbanismo moderno “à moda” da periferia. Em feitas obras de saneamento básico embelezamento paisagístico, implantavam-se as bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista, ao mesmo tempo em que a população excluída desse processo era expulsa para os morros e as franjas da cidade (MARICATO, 2000, p. 2).

A partir da eleição do presidente Luiz Inácio, em 2002, novas possibilidades para o setor de habitação pareciam surgir, afinal esse governo estava em diálogo direto com especialistas da área da urbanização, como Maricato, Bunduki, Rolnik dentre outros. Esses profissionais passaram a apresentar ao governo planos estratégicos para a questão habitacional, que se fossem implementados deveriam gerar o acesso em massa à moradia de qualidade. Dentre as propostas mais relevantes, aprovadas nesse período estavam a criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), e o financiamento voltado majoritariamente para as classes baixas (ARAGÃO, 2017).

Em 2003 com a criação do Ministério das Cidades, as propostas realizadas pelos arquitetos, urbanistas e cientistas sociais, demonstravam estar se encaminhando para a concretização:

Ao longo de 2003, a secretaria Nacional de Habitação desenvolveu as bases normativas e institucionais da nova política de habitação, propondo a estruturação do Sistema Nacional de Habitação, cuja primeira versão foi discutida e aprovada ainda no mesmo ano, durante a Primeira Conferência das Cidades (ARAGÃO, 2017, p.24).

Apesar de rápidas modificações ocorridas desde a posse do governo Lula, os entraves às políticas públicas de urbanização vieram a lume através das restrições de gastos implementadas no governo FHC, que permaneciam inalteradas, portanto até o ano de 2005 nada relativo a habitação foi implementado. Somente em 2005 foi aprovado o FNHIS, e a lei que instituiu o fundo também apresentava as bases para a criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), que demandava funções a serem exercidas pelos municípios, estados e União, sendo que o primeiro estaria imbuído de funções essenciais, tais como a apresentação do plano de habitação e interesse social que estabelecesse as diretrizes e prioridades a nível municipal (ARAGÃO, 2017).

O FNHIS começou a ser efetivado no ano de 2006, e deveria contar com recursos do governo federal que somassem o montante de 1 bilhão/ano, como consequência direta dos investimentos recebidos, esperava-se que as classes mais baixas iriam acessar mais facilmente a moradia. Nesse mesmo ano o governo passou por uma série de mudanças econômicas e, em decorrência das mesmas, é lançado em 2007 o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que previa, através do investimento em infraestrutura, um grande crescimento

econômico. Os investimentos deveriam ocorrer no sentido de urbanizar espaços com alta precariedade (ARAGÃO, 2017).

Ainda durante o ano de 2007 o PAC recebeu investimentos de aproximadamente “[...] 600 milhões de reais anuais e com uma produção média de 23.000 unidades habitacionais” (ARAGÃO, 2017, p.26). É de salutar importância destacar que muitas construtoras obtiveram altos rendimentos com os processos supramencionados, com expressivos aumentos de lucro, principalmente aquelas que se especializaram na construção de moradia para famílias de baixa renda (ARAGÃO, 2017).

De acordo com Amore (2015), aproximadamente 7,2 milhões¹⁴ de famílias estavam em condições precárias de moradias, sendo que 90% possuía uma renda de zero a três salários mínimos (AMORE, 2015). Diante disso, houve algumas ações voltadas à urbanização de favelas, a partir do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) construção, mas foi somente quando em 2008 em que a crise, que teve início em 2007 nos EUA, começou a causar impactos nas bolsas de valores de diversos países, como o Brasil, que sofreu uma diminuição da produção industrial e dos investimentos. Diante dessa crise, dentre as medidas tomadas pelo Brasil, estava o atendimento dos setores mais atingidos da recessão “[...] dentre outras, como o investimento no programa que seria lançado em 2009, o MCMV.” (ARAGÃO, 2007, p.29).

2.4 O PROGRAMA MCMV E A CRISE DO *SUBPRIMES*

Retomando o conteúdo tratado, observa-se que para combater essa crise, e o déficit habitacional surge em 2009 o PMCMV, como um programa que posteriormente, constitui-se como política habitacional movimentando diversos setores da economia e elevou o poder de consumo da classe baixa, fazendo com que o Produto Interno Bruto (PIB) voltasse a crescer. “[...] o Programa buscava claramente aquecer o mercado imobiliário de unidades novas e, assim, impactar a economia através dos efeitos multiplicadores gerados pela indústria de construção civil” (ARAGÃO, 2017, p. 29).

Além do programa MCMV criaram-se também outros subsídios para que as famílias mais pobres conseguissem comprar uma UH, como o aumento de crédito, do salário mínimo, a efetivação do Fundo Garantidor de Habitação (FGH), que funcionava como um

¹⁴ Segundo Carneiro e Valpassos (2003, p.74) “A estimativa do déficit para o ano de 2000 ficou em 6.656.526 novas moradias.” Essa análise está baseada nos dados do PNAD, sendo que a maior parte do déficit encontra-se na região sudeste e nordeste, pois essas áreas compõem 75% do total de domicílios em déficit. Ainda segundo Ribeiro e Azevedo (1996, p. 14), como o déficit varia a depender dos parâmetros utilizados para a realização do seu cálculo há algumas controvérsias sobre o número real de pessoas residindo de maneira precária, segundo os autores as organizações apresentam resultados entre 5 e 10 milhões.

seguro em alguma eventualidade (como a perda do emprego). Segundo Aragão (2017) agindo dessa maneira o MCMV retoma os mesmos princípios do BNH voltado ao crescimento econômico e geração de emprego (ARAGÃO, 2017).

Souza (2006), a partir da análise das políticas públicas, de mostra que a definição mais conhecida sobre o tema é do cientista político Harold Lasswell que sugere as seguintes questões: “quem ganha o quê, por quê e que diferença faz” (SOUZA, 2006, p. 24). Logo, um programa precisaria responder a essas três questões. No caso do MCMV, política voltada à habitação popular, surgida na incidência de uma crise que afetou agentes que estavam relacionados a instituições econômicas, é possível inferir que esses agentes podem não ser os responsáveis pela criação da política pública, mas a influenciaram em grande medida. Deste modo, existem várias formas de interpretar as políticas públicas criadas pelos governos a partir de linhas teóricas como a pluralista, a elitista, as estruturalistas e funcionalistas, e cada uma delas indica um grupo que tem mais poder de influência, mas que apesar dessas influências o governo ainda possui certa autonomia, mesmo com as coalizões que são formadas com as instituições governamentais.

As contradições do MCMV começam a se evidenciar quando o mercado assume o protagonismo do programa que, segundo o SFHIS, deveria pertencer ao Estado. Além disso, o FNHIS que deveria ser voltado à construção de novas UH passou a agir exclusivamente na urbanização de espaços com habitações precárias, seguindo as orientações do Ministério das Cidades e do Plano Nacional de Habitação (PNH). Ainda que as demandas por moradia sejam distintas em cada região do país, ou seja, algumas realmente necessitam de urbanização/reurbanização enquanto outras da inserção de novas unidades.

Amore (2015), diz que:

O Minha Casa Minha Vida é, na origem, um programa econômico. Foi concebido pelos ministérios de “primeira linha” – Casa Civil e Fazenda – em diálogo com o setor imobiliário e da construção civil, e lançado como Medida Provisória (MP 459) em março de 2009, como uma forma declarada de enfrentamento da chamada crise dos subprimes americanos que recentemente tinha provocado a quebra de bancos e impactado a economia financeirizada mundial (AMORE, 2015, p.15)

A demanda por um projeto que visasse à diminuição do déficit habitacional surge quando os índices de situação precária de moradia se apresentam elevados, entretanto, ele só passa a fazer parte da agenda presidencial no momento que se deflagrou a crise do *subprimes*. O detentor do poder de agenda é sempre aquele que possui capacidade de restringir e selecionar as alternativas que são consideradas mais relevantes, ou seja, o chefe executivo da União que é o responsável legal pela criação das MPs, de acordo com a regra contida no art.

84, inciso XXVI da Constituição Federal (CF) no qual consta como uma das suas atribuições “editar medidas provisórias com força de lei, nos termos do art. 62”.

De acordo com Souza (2006) uma política pública passa por um ciclo que é dinâmico e se constitui com os seguintes estágios: “definição da agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação”. Segundo a autora, a questão da definição da agenda pode ser respondida de três formas, em que a primeira pensaria as questões relacionadas ao problema a ser resolvido por intermédio da política pública; a segunda em qual política a ser implementada; e a terceira quem são os participantes da formulação. Ela também define o conceito de “arenas sociais” (SOUZA, 2006, p. 32), dizendo que algumas pessoas diretamente ligadas ao governo precisam ter ciência de que certos acontecimentos demandam políticas públicas e, existem três formas de chamar a atenção desses grupos governamentais, quais sejam: através de dados estatísticos; acontecimentos desastrosos que ocorrem frequentemente e problemas na gestão atual. Há também aqueles que realizam uma ponte intermediária para com esses agentes governamentais, que em geral são grupos que também irão ser beneficiados (SOUZA, 2006, p.29).

Foi somente com a CF/88 que as MPs passaram a ser regulamentadas, de forma que o legislador pudesse intervir no texto e sua aprovação dependesse da apreciação do legislativo para se tornar lei. Muito embora houvesse regulamentações, de acordo com Inácio (2006), esse dispositivo ainda era usado de forma crescente: “Essas iniciativas, no entanto, pouco contribuíram para inibir o uso intensivo do poder de decreto presidencial, potencializado pelo recurso à reedição de MPs não apreciadas” (INÁCIO, 2006, p.171). A questão que se coloca para o caso em análise é de que uma MP, como roga a CF/88, trata-se de um instrumento que deverá ser utilizado somente em caso de relevância e urgência. E, ao analisar a grande quantidade de indivíduos residindo em condições insalubres é possível inferir que havia a necessidade da criação da MP 459¹⁵. Contudo, é somente com a crise de 2008, partindo de demandas distintas daqueles setores diretamente afetados pela moradia precária que a MP é editada pelo presidente e, posteriormente, apreciada pelo legislativo.

Logo, o MCMV surge da iniciativa do setor privado da construção civil, que previa a geração de emprego em diversos setores, bem como, a movimentação das mais diversas indústrias, inclusive a de móveis e eletrodomésticos, após a entrega das UH. Os problemas relacionados ao programa começam a surgir desde o planejamento das metas iniciais, como

¹⁵ Para maiores informações acessar MEDIDA PROVISÓRIA Nº 459, DE 25 DE MARÇO DE 2009 em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/mpv/459.htm> Último acesso: 16 de julho de 2017

em relação à quantidade de casas destinadas a camada social que mais necessita de habitação, que são famílias que possuem renda de até 3 (três) salários mínimos, sendo que essa população compunha 90% do Déficit Habitacional. A previsão de construção era de 1 milhão de casas, sendo que somente 400 mil seriam destinadas a faixa 1 (um) (0-3 salários). Essa organização já demonstrava que não havia atenção voltada a redução do déficit, mas a solução dos problemas ocasionados pela crise, afinal, as duas outras faixas do programa não iriam precisar de tanto aporte do Governo Federal, além de movimentar ainda mais o setor de construção com moradias de valores maiores. Arantes e Fix (2009) pontuam que:

O problema da moradia é real e talvez seja um dos mais importantes no Brasil. Contudo o “Minha Casa, Minha Vida” o formula falsamente, não a partir das características intrínsecas ao problema, mas sim das necessidades impostas pelas estratégias de poder, dos negócios e das ideologias dominantes – como já afirmou o sociólogo Gabriel Bolaffi em sua interpretação certeira sobre o BNH (ARANTES E FIX, p. 24, 2009).

Esse excerto vem corroborar com a discussão que põe em dúvida a real motivação do programa, pois as famílias que mais precisam da política pública compõem o conjunto de 90% do Déficit Habitacional brasileiro, todavia, a previsão inicial de construção só destinava 40% das moradias para essa população. Aragão et.al. (2017) apresenta um cenário oposto, demonstrando que o programa resultou no auxílio da superação da crise, pois aumentou o poder de consumo popular, gerou empregos e, primordialmente, possibilitou o acesso a habitação a camada social que historicamente mais necessitava. Portanto, o segundo mandato do governo Lula se encerra bastante positivo, apesar dessa informação não ser de consenso geral (ARAGÃO, 2017, p. 30).

Tanto que outros autores inferem que a cidade é pensada por uma série de profissionais, dentre engenheiros, arquitetos, urbanistas e outros, com fins a atender as demandas dos “organismos multilaterais juntamente com instituições de consultoria internacional e corporações transnacionais e elites locais” (MAGNANI, 2002, p.13). Ou seja, a grande massa não é levada em conta no momento da criação do seu domicílio. A cidade não é construída com vistas a atender as necessidades da grande população, mas aos interesses do mercado imobiliário, das indústrias e elites financeiras, assim sendo, o solo urbano acaba servindo de mercadoria de troca.

Fix (2011) ainda demonstra que o MCMV não se propôs a enfrentar diretamente o problema fundiário e que nenhuma política pública habitacional seria eficaz no sentido de possibilitar moradia as camadas sociais que mais necessitam sem antes enfrentar a mercantilização da terra, pois o modelo do programa como foi implementado para o faixa 1 (0

a 3 salários mínimos) influenciaria a construção de Unidades Habitacionais (UH) nos locais mais distantes do centro ou nas áreas rurais que fariam a transição para o perímetro urbano, acarretando maior ônus ao poder público que teria que arcar com toda a infraestrutura.

Isto posto depreende-se que a construção das cidades ocorre com certo planejamento urbano, seguindo alguns critérios de organização que, todavia, não são aqueles que poderiam beneficiar os residentes das mais diversas classes sociais, pois a forma de organização possui outros critérios que são considerados mais relevantes, como a eficiência das políticas públicas. Souza (2006) diz que a política passou por uma série de mudanças com momentos de ruptura do equilíbrio, que fizeram com que a eficiência passasse a ser o ponto central para as políticas públicas.

A partir da influência do que se convencionou chamar de ‘novo gerencialismo público’ e da política fiscal restritiva de gastos, adotada por vários governos, novos formatos foram introduzidos nas políticas públicas, todos voltados para a busca de eficiência. Assim, a eficiência passou a ser vista como principal objetivo de qualquer política pública [...] (SOUZA, 2006, p.34).

Contrários a essa visão voltada à eficiência, as políticas que possuem como uma das ferramentas, de construção e execução, a participação popular, começaram a surgir, como o Conselho Comunitário e o Orçamento Participativo, que são espaços de participação de agentes da sociedade civil que passam a participar dos processos de decisão que afetam diretamente suas vidas, essa forma de política teria o mesmo peso que a eficiência. Mas não foi esse cenário que se verificou com o lançamento da 2ª fase¹⁶ do MCMV, no ano de 2011. Segundo Aragão (2017), a presidenta Dilma acreditava que essa era uma forma de ampliar “[...] e reforçar os bons índices de aprovação herdados [...]” de seu antecessor na presidência, e a terceira fase nunca chegou a ser lançada porque houve um crescente aumento no custo da produção de habitação, desde a 1ª fase do MCMV, e o governo que estava passando por um período de restrições de gastos não poderia arcar com os custos de mais uma fase (ARAGÃO, 2017, p. 33).

¹⁶ O último levantamento divulgado pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão indica que até junho de 2016 já tinham sido contratadas a construção de 4,36 milhões de unidades habitacionais em 96% dos municípios do país (com 2,9 milhões já entregues). Cerca de 35,5% delas estão concentradas na região sudeste, 28,4% na região nordeste, 18% na região sul, 11,3% na região centro-oeste e 6,8% na região norte; algo que corresponde a um investimento na ordem de R\$309,6 bilhões (ARAGÃO, 2017, p. 33).

2.5 O *ACCOUNTABILITY* NA CONSTRUÇÃO DAS UH DO PMCMV

De acordo com Abrucio e Loureiro (2005) *accountability*¹⁷ democrática é entendida por alguns estudiosos como o contrário do que se espera de uma democracia, ou seja, que ela represente eficiência e não que seja ética. Outros autores pretendem demonstrar o contrário, que quanto maior transparência existe no setor público para com os cidadãos, mais há desenvolvimento político, então mais eficiência existe.

Para discorrer sobre o conceito de *accountability*, para esses autores, é necessário que a democracia possua três características que tornem um Estado democrático de fato: Primeiramente, o povo deve ser soberano e o governo deve seguir a vontade popular; em segundo lugar tudo que ocorrer durante o período em que o agente está no poder será de interesse popular; e em terceiro lugar, o conjunto de cidadãos deve possuir alguns direitos básicos e inalienáveis.

Se o governo possuir esses itens então ele será considerado *accountability*, ou seja, responsivo por seus cidadãos, e cada um desses pontos é materializado de uma forma. E/ntão a soberania popular ocorre em uma democracia por intermédio dos processos eleitorais. O segundo ponto corresponde à prestação de contas que ocorre quando há mecanismos burocráticos para fiscalizar, e o terceiro discorre sobre direitos básicos, isto é, o povo deve possuir direitos atemporais que façam parte da estrutura social, ou seja, as conjunturas podem ser modificadas, não obstante esses direitos irão permanecer.

Por conseguinte, toda a democracia deverá partir do processo eleitoral, em que todos possam participar das votações, todavia, somente a participação por meio do voto não é suficiente, é preciso que ela se efetive, que a pessoas compreendam o que significa todo o conjunto do processo, detenham as informações necessárias para que votem com liberdade e consciência, por fim que possam se organizar e conversar sobre os processos. Os métodos eleitorais devem ser constituídos por regras transparentes que assegurem eleições sem fraudes, conquanto exista uma questão que não pode ser resolvida facilmente e dificulta o *accountability*, trata-se da ineficiência para fazer com que as promessas realizadas pelos candidatos sejam cumpridas nos casos em que eles são eleitos, porque por mais que haja fiscalização não existe nenhum mecanismo oficial que obrigue o cumprimento, somente a reeleição, já que de forma geral os políticos que possuem interesse em permanecer mais temporadas no poder costumam agir de acordo com as promessas de campanha com intenção de receber aprovação popular.

¹⁷ *Accountability* é um termo em inglês que traduzido significa responsabilidade ética, prestação de contas, significa ser responsivo eticamente pelo exercício do poder, prestando contas dos atos políticos.

Para que o *accountability* ocorra é necessário que existam formas de fiscalização institucional, atualmente existem algumas que possuem como função verificar os meios procedimentais e substantivos dos atos públicos. Há também formas de participação da sociedade civil, por exemplo, mediante plebiscitos populares. Todas as formas de participação e fiscalização são importantes, porque quando os candidatos se apresentam aos eleitores com suas propostas de campanha e durante o mandato agem na contramão dessas promessas a democracia é enfraquecida.

Outra questão que Abrucio e Loureiro (2005) discutem é a da informação. Essa deve ser uma facilitadora do processo eleitoral, mas não uma manipuladora que irá decidir os rumos das eleições, deste modo, os meios de comunicação devem comprimir a função de corroborar com o processo político, levando informação com responsabilidade e neutralidade a sociedade.

Abrucio e Loureiro (2005) externam que foi a partir da redemocratização que a *accountability* democrática passou a ser desenvolvida no Brasil e a causar reflexos no setor econômico. Sallum Jr (1999) diz que o Brasil, desde os anos 80, vem passando por profundas mudanças. Com a redemocratização do Estado brasileiro o empresariado volta a ganhar espaço, apropriando-se largamente dos meios de comunicação de massa (MCM), bem como, sobre dos setores públicos da economia que começam a ser privatizados. O Estado passa a intervir cada vez menos no mercado e as coalizões políticas começam a ocorrer.

Mas em contraposição a essa situação se iniciou a criação de formas de aumentar a transparência em relação aos gastos públicos. São criados o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e as Leis Orçamentárias Anuais (LOA), todas criações facilitadoras do *accountability* democrático, porque todas as decisões que forem tomadas em relação ao orçamento são criadas, apreciadas e são deferidas ou não.

Após a discussão em relação ao *accountability*, é possível pensar as políticas públicas habitacionais como o MCMV, que como já se demonstrou tornou-se parte da agenda pública somente quando uma crise financeira incidiu sobre o País, portanto, o MCMV desde sua concepção teórica não responde a demanda da população que compõe o maior Déficit Habitacional. Apesar disso, foi por meio dele que inúmeras famílias adquiriram e ainda adquiriram casa própria, então a questão recai sobre a qualidade de vida urbana dessas famílias que hoje possuem a escritura de uma UH, essa por sua vez foi criada para receber um grupo de pessoas, mas sempre de forma padronizada, então não responde a todas as demandas do núcleo familiar. Em uma forma de organização *accountability* democrática, essa política pública seria criada de forma mais transparente para que todas as pessoas pudessem

acompanhar os processos, desde o momento de criação da planta até a construção das casas e a sociedade civil poderia opinar em relação ao tamanho das UH, local de construção, forma, tipo do material, cores e afins.

Atualmente as pessoas que recebem as moradias do faixa um (0-3 salários mínimos) só participam no momento de recebimento da casa que são entregues semiacabadas, ainda sem muro e calçada em muitos casos, segundo Andrade e Demartini (2017, p. 288), em relação à estrutura arquitetônica, é necessário que ela seja repensada, pois não atende as necessidades da população de baixa renda.

3. DÉFICTI HABITACIONAL E QUALIDADE DE VIDA URBANA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO BANCO DE DADOS SOBRE SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO MCMV

3.1 DEFINIÇÃO TEÓRICA DO PROGRAMA

Como exposto no capítulo anterior o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) foi implantado para responder a uma crise que começava a afetar o setor de produção brasileiro e para combater o déficit habitacional. Pois, de acordo com Carneiro e Valpassos (2003) “[...] um programa de financiamento para habitação se apresenta como um mecanismo importante para alavancar o crescimento econômico e promover a melhoria das condições socioeconômicas dos brasileiros” (CARNEIRO; VALPASSOS, 2003, p. 87).

Segundo o Manual da Caixa Econômica Federal (CEF) o público alvo dessa política deveria ser as famílias com renda de até R\$ 1.600,00, ou seja, aquelas que compõem a maior parte do índice de moradias em alguma condição do déficit. Além de a própria definição de déficit habitacional, de acordo com a Nota Técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) lançada em 2013, ter como objetivo “orientar os agentes públicos responsáveis pela política habitacional na construção de programas capazes de suprir a demanda” (IPEA, 2013).

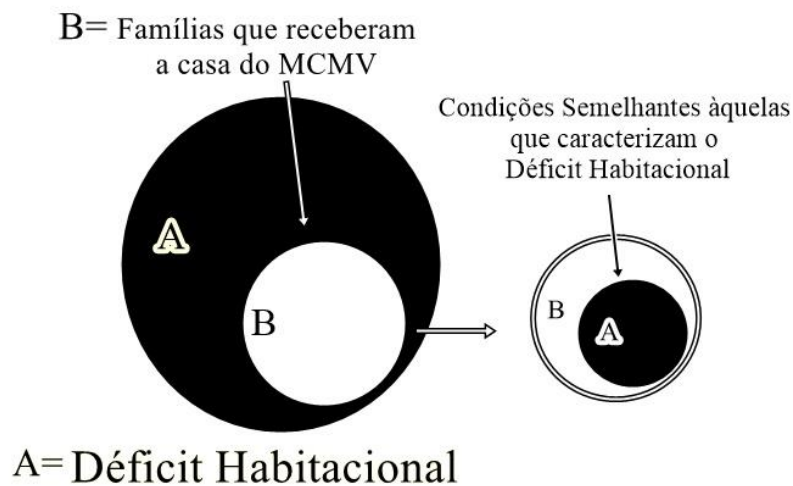
Partindo dessa definição, o objetivo principal dessa dissertação é desenvolver uma análise sobre o MCMV em relação à manutenção das características de déficit habitacional e de qualidade de vida urbana, por meio dos resultados que compõem o banco de dados da *Pesquisa de Satisfação dos beneficiários do MCMV*¹⁸. Sua descrição pormenorizada será feita a seguir, para verificar se existe uma porcentagem significativa de famílias beneficiárias do PMCMV que permanecem em situação análoga a no mínimo uma das condições que compõe o déficit habitacional, e para analisar a qualidade de vida urbana na nova casa¹⁹. Para cumprir esses objetivos foram analisadas as variáveis da aludida pesquisa que medem exclusivamente a percepção dos moradores, através dos seguintes pontos: i) qualidade da habitação; ii) qualidade urbana e iii) vulnerabilidade social.

¹⁸ Realizada pelo Ministério das Cidades (MCIDADES), Secretaria Nacional de Habitação (SNH) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

¹⁹ Escolheu-se trabalhar com o conceito de qualidade de vida urbana, pois apesar de ser um termo bastante abstrato, acredita-se que é possível selecionar variáveis que possam ser utilizadas para definir e corporificar o termo, portanto foram escolhidas variáveis que se enquadram na qualidade da habitação, urbana e vulnerabilidade social. Foram utilizadas todas as variáveis do banco que acreditava-se dar densidade a qualidade de vida.

Tendo em vista que estar compondo o índice de déficit habitacional é um dos critérios exigidos pelas regras do MCMV para o recebimento da Unidade Habitacional (UH). Ou seja, os indivíduos recebem a moradia do programa e, por isso, deixam de fazer parte do índice de déficit habitacional. Dessa forma, o índice diminui, entretanto, a condição de vida da família pode permanecer precária. Utilizou-se para análise da qualidade de vida urbana dos beneficiários a qualidade da habitação que está relacionado à estrutura física da casa e tempo gasto de locomoção diário; a qualidade urbana ao acesso à infraestrutura e equipamentos públicos e serviços básicos; e vulnerabilidade à violência no local de moradia.

Figura 1 - Representação ilustrativa da questão proposta



Fonte: Autora, 2018

A análise ocorreu no sentido de verificar se a situação ilustrada acima ocorre a partir dos resultados apresentados no Banco de Dados utilizado, ou seja, se da população que recebe a UH do PMCMV existe uma porcentagem que permanece em situação semelhante àquela que vivia antes de adquirir a nova residência.

Primeiro realizou-se uma análise sobre o Déficit Habitacional, por meio da definição oferecida pelo IPEA, que demonstra que o conceito supracitado é representado por cálculo de subtração entre a quantidade de famílias²⁰ pela quantidade de casas, quando o resultado é um

²⁰ A partir do censo de 2010 passou-se a utilizar um novo termo para conceituar as famílias brasileiras como unidades domésticas, pessoas que convivem no mesmo domicílio em interdependência financeira e/ou outra. E as variáveis utilizadas são categorizadas de três formas: famílias formadas por um indivíduo, famílias formadas por dois ou mais indivíduos com laços de parentesco e famílias formadas por dois ou mais indivíduos sem laços de parentesco.

número negativo tem-se o déficit habitacional. A partir de alguns aspectos teóricos será possível discorrer sobre os itens que compõe esse cálculo, como situação de moradia e formação familiar.

A questão habitacional resolvia-se inicialmente através do mandonismo de quem possuía poder dentro do ambiente urbano, e somente passou a ser questão de pesquisa dos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir de 1940, quando agentes públicos precisaram utilizar algum meio para apaziguar os ânimos populares frente ao demasiado inchamento da malha urbana. Contudo, foi somente quando a população citadina se tornou numericamente superior à do campo que na década de 1970 implantou-se a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). Tendo como pressuposto os dados dessas pesquisas, o Banco Nacional de Habitação (BNH) verificaria quais domicílios se encontravam em condição de déficit, utilizando como parâmetro as condições mínimas de habitabilidade e salubridade, estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Além disso, essas pesquisas também estabeleceram as bases estatísticas que seriam utilizadas pela Fundação João Pinheiro (FJP) em 1995, essa instituição avalia as condições de moradia levando em consideração as heterogeneidades de cada região do país (CARNEIRO; VALPASSOS, 2003 RUSSO, 2017).

Bolaffi no artigo *Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema* (1979) ressalta que fez parte da conjuntura política adotada a criação de um falso problema que fora articulado pelos dominantes, e denominado como déficit habitacional. Então os problemas sociais e a resolução dos mesmos variam de acordo com o grupo político que está no poder. Isso não significa que não houvesse reais problemas de moradias precárias e carência de habitação, mas que havia manipulação da forma como eram tratados, sob a justificativa de manutenção no poder. Por isso, durante uma crise econômica criou-se um plano de construção voltado à habitação popular que se torna o objetivo principal durante o período de ditadura militar.

Estudando sobre a forma como se formula falsamente o problema habitacional é possível indagar o papel do conceito, formulado pelo Estado, chamado de déficit habitacional²¹ elaborado pela Fundação João Pinheiro (FJP) a partir de uma demanda do

²¹ A fundação João Pinheiro (2015, p.18) define o Déficit Habitacional da seguinte forma:

O conceito de déficit habitacional utilizado está ligado diretamente às deficiências do estoque de moradias. Engloba aquelas sem condições de serem habitadas em razão da precariedade das construções ou do desgaste da estrutura física e que por isso devem ser repostas. Inclui ainda a necessidade de incremento do estoque em função da coabitação familiar forçada (famílias que pretendem constituir um domicílio unifamiliar), dos moradores de baixa renda com dificuldades de pagar aluguel e dos que vivem em casas e apartamentos alugados com grande densidade. Inclui-se ainda nessa rubrica a moradia em imóveis e locais com fins não residenciais. O

Governo Federal em meados da década de 1990 (ARAGÃO et. al., 2017). Segundo Bolaffi (1979) esse termo pode ser definido como “[...] um conceito totalmente espúrio e destituído de significado [...]” (p. 52), interpretado dessa forma, quando utilizado como argumento para a criação de uma política pública de habitação, mas que não tinha reais intenções de combater o problema habitacional. Então o próprio déficit seria uma estratégia falsa de governo, formulada para responder as demandas dos setores econômicos. Elegendo a habitação como problema principal, seria plausível utilizar todas as estratégias econômicas para solucioná-la, relegando a último plano outras carências mais urgentes e, também de primeira necessidade como alimentação e saúde.

O déficit de moradias é real, contudo da maneira como está formulado torna-se uma arena de disputas para a aquisição de dinheiro público, e a reposição habitacional, ou seja, a construção em larga medida não irá solucionar o problema da habitação, por alguns motivos pontuais: primeiro porque as políticas habitacionais não vislumbram acabar com a carência, portanto quando são formuladas políticas habitacionais a proposta teórica de reposição é sempre inferior ao número de famílias residindo de forma precária; segundo porque existem mais de 7 milhões de domicílios não ocupados, de acordo com o censo do IBGE realizado em 2010, contudo a população que necessita de moradia não consegue adquiri-las pelos meios impostos pelo mercado, através da compra (ARAGÃO, 2017).

Tendo em vista o que foi dito, não significa que como indicador de condições precárias de moradia o déficit possa ser descartado, mas que somente em uma gestão que pretenda primordialmente a diminuição das desigualdades, que esse mecanismo estará de acordo com suas formulações teóricas. Por ser um método de medição que pode ser aplicado, e é utilizado para a formulação das políticas habitacionais, ele será definido e utilizado por esse trabalho, por meio de materiais advindos de agentes governamentais.

3.1.1 Conceituação de Déficit Habitacional e Qualidade de Vida urbana

O Déficit pode ocorrer de duas formas distintas, sendo, “a reposição de estoque e o incremento de estoque” (IPEA, 2013). A reposição refere-se a famílias que possuem casas, mas elas são muito precárias e, por isso, necessitam de outra melhor estruturada e o incremento de estoque refere-se às famílias que residem em imóveis com muitos indivíduos ou com aluguéis muito altos e desejam adquirir a casa própria. De forma sintética o Déficit Habitacional pode se resumir a quatro condições: a) Domicílios precários (rústicos ou

déficit habitacional pode ser entendido, portanto, como déficit por reposição de estoque e déficit por incremento de estoque.

improvisados); b) Coabitação forçada, aquela na qual a família convivente deseja constituir novo domicílio, mas não possui condições necessárias para tal; c) Famílias que residem em imóveis locados, com valores que comprometem 30% da renda familiar; d) Adensamento excessivo em imóveis locados, onde existem 3 ou mais moradores utilizando um cômodo como dormitório permanente. Apesar de o item “d” versar sobre o adensamento excessivo estritamente em imóveis locados a Nota Técnica “Déficit Habitacional municipal no Brasil 2010” expõe que essa condição pode ser aplicada para a avaliação de qualquer Domicílio de Propriedade Permanente (DPP) do faixa 1 do programa.

Para responder às questões acerca da qualidade de vida será necessário discorrer sobre alguns termos chave para a discussão que está sendo tecida. São eles: periferização, vulnerabilidade social, qualidade de vida urbana e qualidade de habitação, todos os termos estão em comunicação e alguns são consequências diretas de outros, como será demonstrado na discussão. Um exemplo de dependência é a situação de periferização que incide majoritariamente sobre as construções do MCMV, pois a faixa de renda escolhida como objeto dessa pesquisa (faixa 1) possui como foco da política as famílias mais pobres, portanto, os agentes construtores buscam o barateamento das construções, que pode se dar através da compra de espaços urbanos onde o valor da terra é menos oneroso, ou seja, nas periferias e, residir nesse espaço incidi diretamente sobre a qualidade de vida.

De acordo com Mautner (1999) a periferização é definida pela sociologia como espaço destinado aos pobres, que se localizaria distante dos centros urbanos, e geograficamente pode ser denominado como as "franjas da cidade", então ainda que atualmente existam condomínios de luxo em locais distantes dos centros urbanos eles não são compreendidos como parte da periferia "A periferia é de fato onde vivem os pobres, é socialmente segregada, e o preço da terra é baixo [...]" (MAUTNER, 1999, p.254). As periferias somente passam por movimentos transitórios quando são reformuladas pelo mercado privado e incorporadas ao ambiente urbano, na medida em que a quantidade populacional aumenta gerando um alargamento das fronteiras geográficas, nesse processo outras periferias ainda mais distantes são criadas.

Verificou-se que a vulnerabilidade é discutida pela literatura de forma multidimensional, mas será realizado um recorte tendo em vista os aspectos sociais no que tange à habitação. Possuir condições de adquirir uma casa própria é um dos critérios de minimização da situação de vulnerabilidade social, pois a propriedade privada quando utilizada com fins de moradia e reprodução familiar, representa um espaço onde ocorrem os esgarçamentos dos vínculos privados e renovação das forças individuais. A vulnerabilidade

pode ser definida como "[...] um processo multidimensional que converge no risco ou probabilidade do indivíduo, família ou comunidade de ser lesado, ferido ou prejudicado por mudanças ou permanência de situações externas e/ou internas" (BUSSO, 2001, p. 8- tradução livre) ²².

Então a vulnerabilidade pode ser aplicada a uma diversidade de situações, sendo uma delas a falta de amparo estatal a famílias carentes que necessitam de auxílios para suprir necessidades básicas como, saúde, educação, lazer, moradia dentre outros. Entretanto ao mesmo tempo em que possuir moradia deve ser um critério que diminui os riscos sociais, outras avaliações devem ser realizadas no sentido de averiguar se o morador tem seus direitos básicos assegurados como acesso a trabalho, escola, lazer e integração social, pois somente possuir a moradia não assegura que o indivíduo não esteja em condição de desamparo e fragilidade que o exponham a outros riscos sociais.

Tanto a vulnerabilidade social quanto a qualidade de vida podem ser medidos em índices. No primeiro caso as variáveis consideradas são aquelas relacionadas ao local de moradia como: informações demográficas e tipos de exclusão, tais como, dados acerca da escolarização que relevem a porcentagem de analfabetos, isto indica quantas pessoas estão excluídas do sistema de ensino formal. Já em relação a qualidade de vida as principais variáveis utilizadas são em relação à habitação e infraestrutura urbana (NAHAS, 2000). Para além das formas de medição matemáticas, comumente a qualidade de vida urbana é associada tanto a questões bastante subjetivas ou a uma vivência materialmente luxuosa, isto ocorre quando possuir uma vida com qualidade deixa de ser interpretado como uma necessidade e passa a ser lido como uma comodidade supérflua e, por isso, não pode ser acessada pela população pobre que não possui condições monetárias de adquirir bens não essenciais à sobrevivência.

A qualidade de habitação também influencia na qualidade de vida urbana dos moradores, pois possuir a moradia envolve uma série de fatores emocionais, psicológicos, dentre outros, relacionados ao desenvolvimento pessoal. Existem diversos critérios que podem ser utilizados para avaliar a qualidade da habitação. De acordo com Samora (2010) os itens de avaliação podem estar relacionados ao espaço externo ou interno da habitação, desde a existência de locais destinados a servir de garagem e o serviço periódico de recolhimento de lixo até no que tange a própria construção como ventilação adequada de ar, luz solar,

²² [...] la noción de vulnerabilidad es entendida como un proceso multidimensional que confluye en el riesgo o probabilidad del individuo, hogar o comunidad de ser herido, lesionado o dañado ante cambios o permanencia de situaciones externas y/o internas.

cômodos em que se recomenda a utilização de pisos como banheiro e cozinha, para minimizar riscos de incêndio e proporcionar maior conforto aos moradores. Resumidamente se afirma que a habitação com qualidade é àquela que está adequada às necessidades dos ocupantes, além disso, “[...] o “habitar” é mais do que o espaço da moradia, pois envolve a participação social, o fortalecimento do coletivo e o direito à cidade e à moradia [...]” (PEQUENO, 2017, p.290).

3.2 UMA ANÁLISE DA PESQUISA DE SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO PMCMV

Para responder a questão proposta, o objeto de pesquisa desse trabalho se compõe do Banco de Dados da *Pesquisa de satisfação dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida (2014)*. Essa pesquisa realizou um monitoramento da política habitacional do PMCMV em todo o Brasil, avaliando a satisfação dos beneficiários, todavia, não foi uma avaliação que pretendeu discutir a eficácia, efetividade e eficiência da política.

Apesar de alguns autores demonstrarem que o Brasil ainda não foi capaz de formular políticas públicas (PP) capazes de sanar demandas sociais, talvez em razão de seu subdesenvolvimento, ainda assim, segue um ciclo de formulações das PP. Existem diversas teorias de dissertam sobre o ciclo realizado pelas PP, sendo uma delas: “[...] definição de agenda, identificação das alternativas, avaliação das opções, implementação e avaliação” (MELO, 1998; SOUZA, 2006). Portanto os autores destacam que a avaliação ocupa um importante papel de exercício necessário que deve ser feito após certo tempo de implementação da política.

O PMCMV era composto, no período da pesquisa, por 3 (três) faixas salariais: faixa 1 possui maiores financiamento que pode chegar a 90% e é composto por famílias que recebem até três salários mínimos (R\$1.600,00); as outras duas faixas, do mesmo modo, possuem auxílio do Governo Federal, por intermédio da diminuição das taxas de juros e outras concessões, e são formadas por famílias que recebem de três a seis salários mínimos (R\$3.275,00) para o faixa 2, e de seis a nove salários mínimos (R\$5.000,00) para o faixa 3.

A pesquisa foi lançada no ano de 2014, por isso os valores apresentados são referentes ao salário mínimo da época. Alguns anos depois da publicação houve a criação de uma faixa intermediária entre as três já existentes e, além disso, houve alguns reajustes no salário mínimo. Sem embargo, como a pesquisa restringiu-se a investigação do faixa 1, por se tratar da faixa com maiores subsídios, e os valores utilizados serão todos da época da pesquisa, utilizar-se-á os dados originais. O banco de dados gerado representa uma avaliação amostral

de todo o território nacional cujo universo é composto por 245.205 Unidades Habitacionais (UH). A partir desse universo a amostra representativa é de 7.252 UH.

Segundo a metodologia da pesquisa, para a seleção da amostra definida foram realizadas algumas estratificações. A primeira dividiu as Unidades Federativas (UF) em 16 áreas representativas levando em consideração a quantidade dos conjuntos habitacionais e o tamanho dos mesmos. Dentro de cada uma dessas áreas representativas utilizou-se outra forma de divisão levando em consideração o tamanho dos conjuntos, a saber: conjuntos de pequeno, médio e grande porte. O primeiro agregava até 419 UH, o segundo de 420 a 960 UH e o terceiro todos os conjuntos com mais de 961 UH.

Após as estratificações realizou-se em algumas etapas o cálculo amostral²³ que concluiu que o tamanho representativo seria de 6.241 UH, com erro permissível de 5% e o nível de confiabilidade de 95%, sendo que o erro varia para menos de acordo com as áreas do Brasil, a saber: Norte 5%, Nordeste 1,79%, Sudeste 2,9%, Sul 2,8% e Centro-oeste 3,6%. A amostra seguiu a proporção para cada uma das 16 áreas representativas. Para a escolha dos empreendimentos onde seria aplicada a pesquisa utilizou-se um sorteio seguindo as estratificações realizadas anteriormente. Após essa seleção a última etapa constitui-se da escolha das UH que seriam pesquisadas em cada empreendimento selecionado, que ocorreu por meio de sorteio.

A amostra foi composta por 254 empreendimentos que são distintos, pois alguns são condomínios e outros loteamentos. Quanto à tipologia das UH a maior parte são casas e a segunda maior parcela é de apartamentos, mas alguns empreendimentos também eram formados por casas sobrepostas e mistas. Todas essas tipologias estão presentes tanto em loteamentos quanto em condomínio, ainda que haja a preponderância de alguns tipos tanto em um quanto no outro.

Os organizadores da pesquisa supramencionada similarmente selecionaram um segundo conjunto amostral, pois decidiram que além da pesquisa quantitativa era igualmente necessária a realização de um estudo de caso. Por dois motivos, o primeiro adveio da necessidade de validação dos questionários que seria aplicado a nível nacional e a segunda porque os pesquisadores notaram que:

[...] a pesquisa amostral não seria capaz de capturar algumas dimensões da realidade dessas comunidades, principalmente no que se refere à relação entre cidadão e

²³ Para maiores informações sobre o cálculo ver páginas 33 a 42 da Pesquisa de Satisfação dos Beneficiários do Programa Minha Casa Minha vida, disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=24184>. Último acesso em: 20 de maio de 2018.

Estado, tais como o acesso a serviços públicos (educação, saúde, segurança), à sustentabilidade das famílias e dos empreendimentos e à territorialização das políticas (MCIDADES, SNH, IPEA, 2014, p.41).

A metodologia utilizada foi a realização de entrevistas com questionários estruturados e, concomitantemente aplicou-se, também, uma pesquisa de opinião que pretendia verificar e validar as questões propostas na pesquisa quantitativa. Como nessa parte da pesquisa o questionário fechado também foi aplicado, essas famílias estão contabilizadas no banco de dados, apesar disso a pesquisa de opinião não será objeto dessa dissertação, sendo a amostra final composta por 7.252 UH pesquisadas.

As entrevistas foram realizadas no segundo semestre de 2013, para famílias que estavam residindo há no mínimo seis meses nas UH. Esse tempo foi considerado pelos organizadores suficiente para a criação do primeiro conjunto de percepções acerca da moradia e serviços no entorno, para que assim os moradores pudessem responder com maior confiança a todas as questões (ANEXO 1). A pesquisa foi lançada em 2014 e contém dados referentes ao lapso temporal de 5 anos desde a implementação da política. Dessa forma, o trabalho proposto por essa dissertação teceu inferências, a partir da manipulação do banco de dados, composto por uma amostra representativa do MCMV em todo o Brasil, referente ao intervalo de tempo de meia década desde a criação do programa.

Para responder se o beneficiário do MCMV permanece em situação análoga a que estavam antes do recebimento da moradia utilizou-se variáveis selecionadas do banco de dados já mencionado. Sabe-se que a primeira condição do déficit: (condição a) Domicílio precário foi sanado pelo programa, afinal as famílias não se encontram mais em casas rústicas ou improvisadas, já que a construção das moradias do MCMV segue alguns parâmetros legais básicos de construção, destarte a reposição de estoque não será investigada. A (condição b) “Coabitação forçada” foi avaliada a partir da variável 042 “Quantas famílias residem no seu domicílio atual?” e 077 “Nós pretendemos mudar dessa moradia nos próximos meses”. A partir dessas questões será possível responder quantas famílias estão em condição de coabitação.

Para investigar a (condição c) “Famílias que residem em imóveis locados, com valores que comprometem 30% da renda familiar”, observou-se a variável 017 que questiona sobre a renda bruta familiar mensal e, depois a V055 “Qual é o gasto médio mensal com a prestação ou aluguel no domicílio atual”, dessa forma, foi possível verificar se os gastos mensais comprometem 30% ou mais da renda familiar bruta mensal. Também se averiguou a variável 054 “Qual o gasto médio mensal com água, luz e condomínio, se for o caso no domicílio

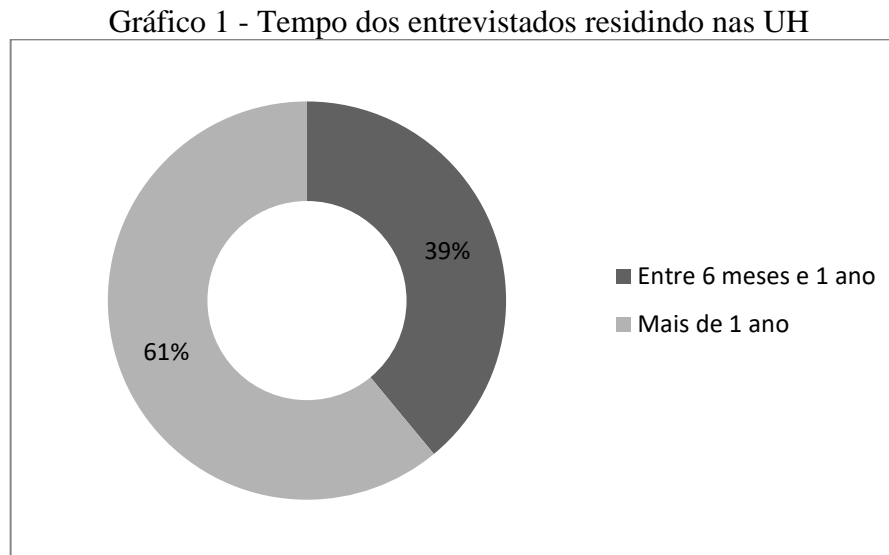
atual” porque apesar da condição se referir somente ao valor do aluguel, o morador que recebe casas em condomínios verticalizados terá um gasto que talvez não tivesse na situação anterior, relativa à taxa que tem como finalidade custear a manutenção de todos os serviços comuns, por ser uma conta fixa e sua inadimplência pode acarretar punições previamente acordadas entre os condôminos ou de acordo com o Código Civil, lei 10.406, art. 1.335, § 1º: O condômino que não pagar a sua contribuição ficará sujeito aos juros moratórios convencionados ou, não sendo previstos, os de um por cento ao mês e multa de até dois por cento sobre o débito.

Portanto o não pagamento dos valores cobrados pode somar-se aos fatores de abandono ou desejo de mudanças das UH, pois representam o acúmulo de dívidas. Apesar de a condição “c” prevista no déficit habitacional averiguar somente o valor gasto com aluguel, por considerar que o dispêndio de uma grande parte da renda familiar para o pagamento mensal da moradia relega aos moradores a uma condição de vulnerabilidade social, por fatores como: cobrança judicial da dívida que pode acarretar na perda de bens (quando houver) ou valores quando assim julgado e diminuição do poder aquisitivo para compra de bens de primeira necessidade como alimentação, vestimenta, saúde e afins. Como o não pagamento do condomínio pode acarretar sanções idênticas ao não pagamento do aluguel, esse trabalho sugere que os valores gastos com condomínio e demais despesas que compõe a variável, também sejam observados em relação ao comprometimento da renda.

Para a análise da (condição d) “Adensamento excessivo”, utilizou-se a variável 018 “Qual o número de moradores no domicílio (parentes e agregados)”. Somente a partir da resposta a essa questão foi possível responder quantas UH estão nessa condição, porque todos os empreendimentos seguem um padrão de formação, com casas construídas de forma uníssona, compostas por dois cômodos destinados a servir como dormitórios. Tendo essa informação em vista, as famílias compostas por seis ou mais membros já estão nessa condição. Sabe-se que é possível que outros cômodos venham a servir para a função supramencionada, inclusive se verificou em quais casos isso se aplica, a partir da variável 046 “Quantos cômodos estão servindo como dormitório para os moradores do seu domicílio atual?”, mas ao utilizar a sala, o banheiro ou a cozinha para dormir isso se enquadra como uma forma de inadequação das casas ao tamanho da família.

3.3 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Os resultados da Pesquisa de satisfação dos beneficiários do *Programa Minha Casa Minha Vida* serão apresentados a seguir. Em primeiro lugar, o perfil dos entrevistados, que conforme já salientado todos residiam há no mínimo seis meses nas casas.



Fonte: Banco de dados da Pesquisa de Satisfação do MCMV, 2014.

Dentre os entrevistados 39% estava residindo de seis meses a um ano nas UH e 61% a mais de um ano. Existem cinco tipos de moradias construídas pelo faixa 1 do MCMV, a saber: casa, casa sobreposta, casa geminada, sobrado e apartamento, cada um desses tipos foi entrevistado de acordo com a tabela:

Tabela 1 - Tipologia da UH (%)

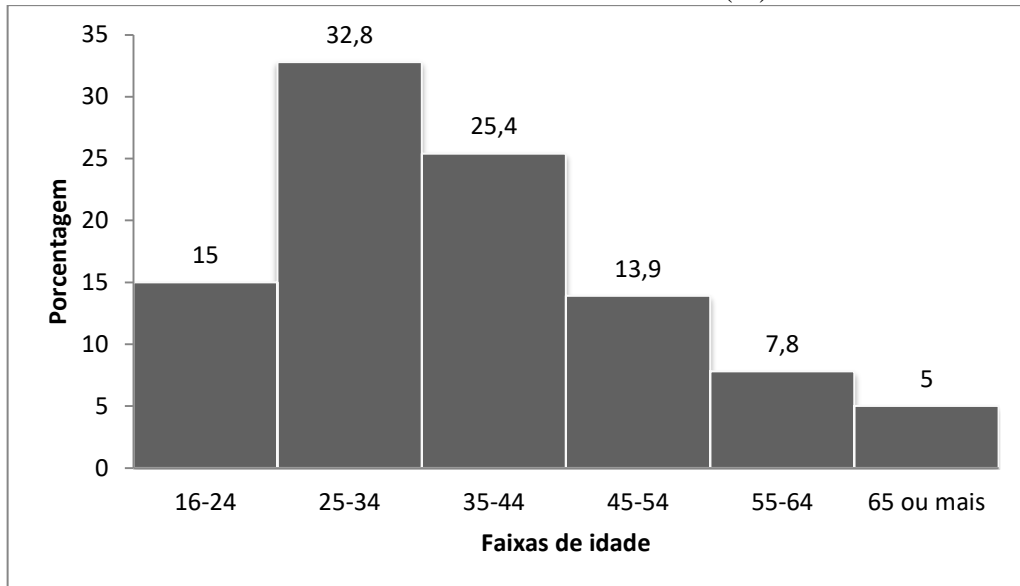
Tipo da Unidade Habitacional	%
CASA	46,2
CASA GEMINADA	9,3
SOBRADO	0,3
CASA SOBREPOSTA	0,3
APARTAMENTO	44
TOTAL	100

Fonte: Banco de dados da Pesquisa de Satisfação do MCMV, 2014.

Em relação à idade dos pesquisados a média nacional foi de aproximadamente 38 anos, tendo variações para mais e para menos de acordo com as áreas representativas. A

pessoa mais nova a ser entrevistada possuía 16 anos e a mais velha 93. A tabela a seguir demonstrará a percentagem de acordo com a faixa²⁴ de idade dos pesquisados.

Gráfico 2 - Idade dos entrevistados (%)



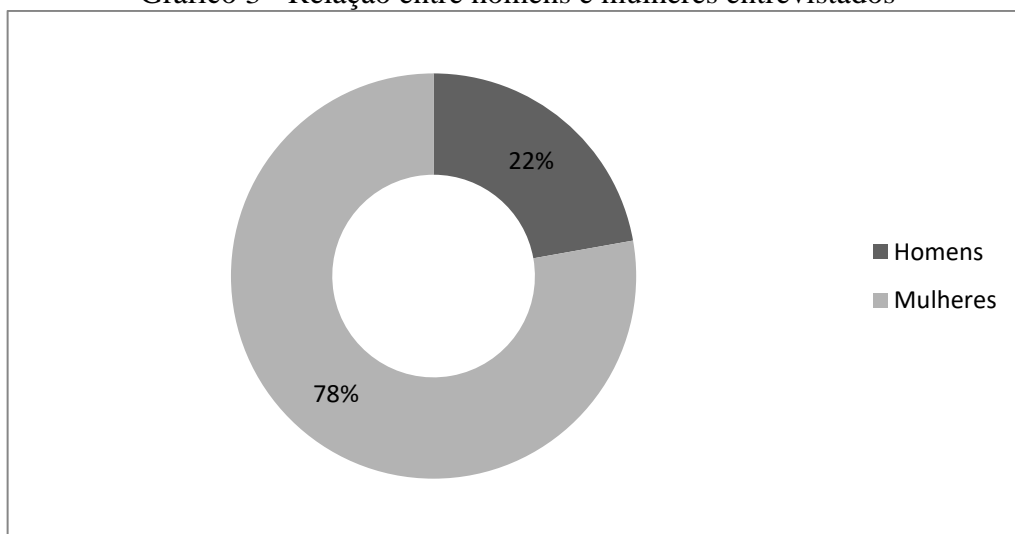
Fonte: Banco de dados da Pesquisa de Satisfação do MCMV, 2014.

A partir do gráfico 2 é possível inferir que a maior parte dos entrevistados possuía entre 25 e 34 anos e a menor mais de 65 anos.

Sexo

Em relação ao gênero, as mulheres formam maioria, 77%, dessas 52,6% são chefes de família.

Gráfico 3 - Relação entre homens e mulheres entrevistados

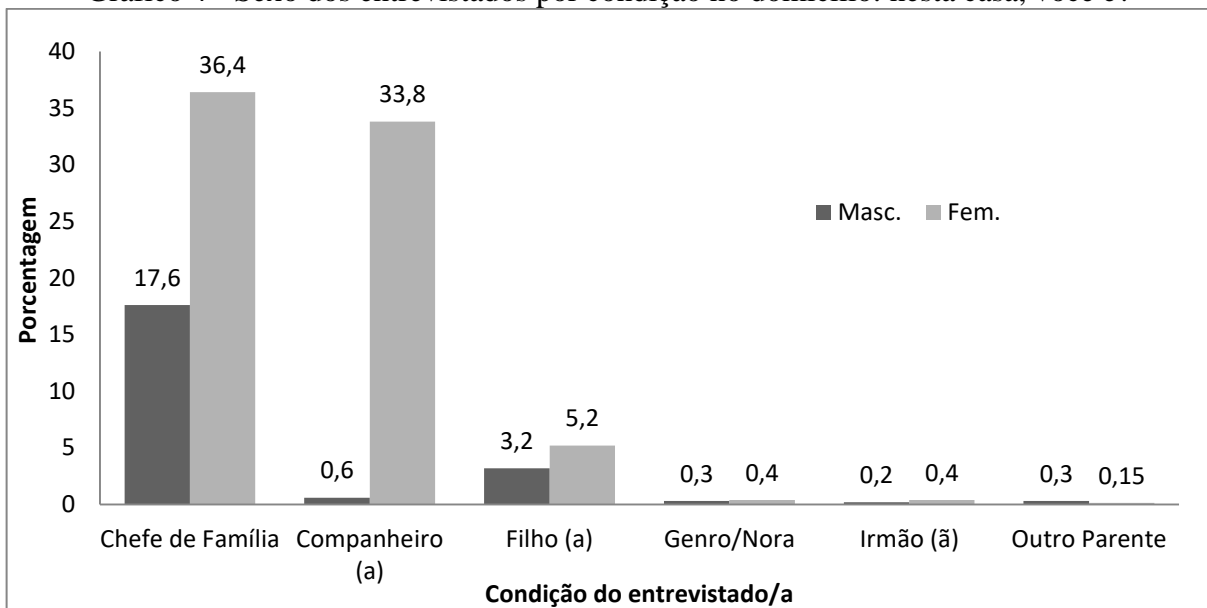


Fonte: Banco de dados da Pesquisa de Satisfação do MCMV, 2014.

²⁴ As faixas de idade foram baseadas no método utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contudo ao invés de utilizar faixas de 4 em 4 anos, somou-se as duas faixas para diminuir o tamanho da tabela.

“Esse dado é condizente com a porcentagem de mulheres que assinaram contrato com a CEF entre os beneficiários da Faixa 1 do PMCMV, que era de 87,1% até 31 de dezembro de 2013” (MCIDADES, SNH, IPEA, 2014, p.64). A partir da análise comparativa entre o sexo do entrevistado, foi possível verificar que a maior parte dos que responderam ser chefe de família são mulheres, 36%, isso significa que elas são as principais provedoras da casa e possuem as maiores responsabilidades para gerir seu núcleo familiar.

Gráfico 4 - Sexo dos entrevistados por condição no domicílio: nesta casa, você é?



Fonte: Banco de dados da Pesquisa de Satisfação do MCMV, 2014.

Como demonstrado no gráfico 4 existem mais mulheres chefes de família que homens. No quesito acesso a cidadania essa política pública pode ser avaliada como positiva, afinal de acordo com Rego e Pinzani (2004, p. 59) as mulheres foram as que mais demoraram a ter acesso a qualquer direito, em alguns países ainda vivem sob a tutela de um homem e, portanto, não podem tomar decisões que tangenciam mesmo que diretamente suas vidas.

A dependência econômica é um critério que minimiza a liberdade de escolha da mulher, já que as relações no atual modo de produção se dão por intermédio da troca por valor monetário. Dessa forma, quando o indivíduo do gênero feminino é privado de adentrar o mercado de trabalho por qualquer motivo ele fica incapacitado de livrar-se da dependência que o aprisiona ao papel socialmente designado a ele. Para que a mulher seja livre é necessário que ela possua uma série de *capability*, esse termo não significa somente capacidades intrínsecas ao indivíduo, são na verdade as possibilidades que realmente estão disponíveis ao sexo feminino. A partir das *capability* será possível escrever os melhores

functionings que são as escolhas tomadas dentro do universo de possibilidades (REGO e PINZANI, 2014).

Tornar-se proprietária de uma UH e, então ser considerada como chefe de família, modifica a situação de dependência, pois torna a mulher um ser autônomo que a partir de um primeiro direito adquirido (a moradia) é capaz de buscar um maior acesso à cidadania por meio do consumo e da participação dos meios tradicionais de se fazer política. Ainda que a independência feminina não fosse um dos objetivos propostos pelo MCMV, pode ser considerado um ganho cívico.

Outra perspectiva, alinhavada por Neves (1985), demonstra que as famílias que possuem as mulheres como chefes de família são ‘matrifocais’, ou seja, não possuem um provedor masculino estável e estar nessa condição de provedora principal da casa pode, de acordo com o estudo antropológico desenvolvido pela autora, relegar a mulher a uma situação de maior precariedade familiar, por não conseguir acessar certos bens e serviços essenciais. Além disso, similarmente tende a causar um sentimento, que pode ser considerado como vexatório pelas mulheres, por haverem inculcido desde a infância a ideia que elas deveriam ser poupadas do trabalho fora do ambiente doméstico.

Cor

Sobre a auto identificação em relação à cor, a maioria respondeu ser parda, a segunda maior parcela é composta por aqueles que se consideram brancos, pretos compõe somente 14% da amostra e a menor parcela encontra-se na somatória entre indígenas e amarelos (0,7%). A porcentagem de pessoas negras e pardas entrevistadas (Gráfico 5) é superior à porcentagem de negros no Brasil, de acordo com os dados do censo de 2015 apenas 8,9% dos brasileiros se autodeclara negro, brancos e pardos formam a maioria da população com 45,2% e 45,1%, respectivamente, o restante enquadram-se como amarelos ou indígenas.

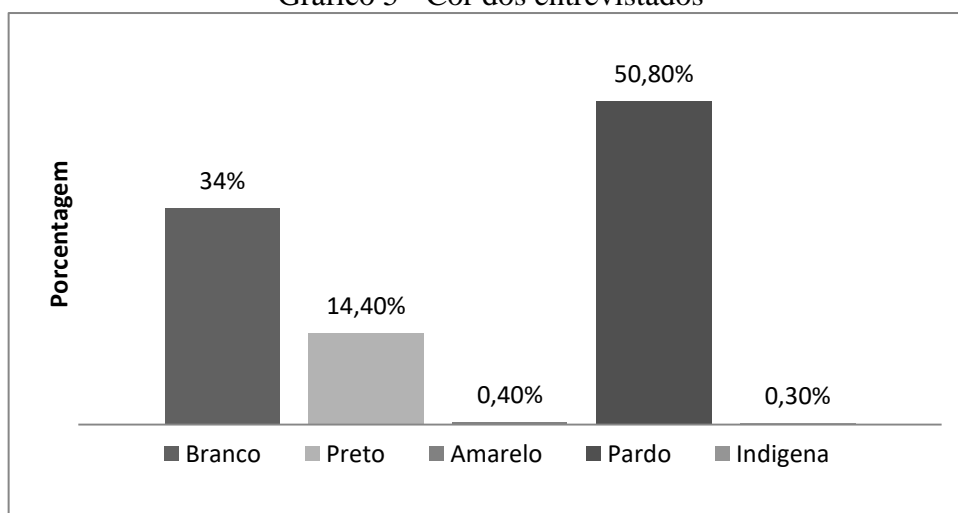
De acordo com Silvia e Leão (2012) a quantidade de negros no Brasil varia segundo os critérios adotados para enquadrar um cidadão de acordo com a cor, dessa forma, podem representar “[...] 5,6% da população se considerarmos o critério de autoclassificação racial, e podem chegar até 62,7% [...]” (p. 118), se for utilizado o critério: ter um dos pais negros ou pardo. Pouco se discute sobre a relação entre cor e consciência racial, visto que são altos os índices de pardos no Brasil que sofrem das mesmas mazelas que os negros, conquanto, não conseguem se auto identificar com a cor, ainda que compartilhem dos mesmos espaços sociais e econômicos. Então a porcentagem de pardos não representa somente a quantidade efetiva de

peças da cor parda, representa primordialmente mudanças de significados sociais imbricados na construção social da cor da pele (SILVIA e LEÃO, 2012).

Os censos começaram a ser aplicados no final do século XIX, e eram os próprios recenseadores que realizavam a classificação dos indivíduos, da seguinte forma: pretos (escravos) ou pardos (escravos alforriados ou filho de escravos nascidos livres). Então a classificação por cor ocorria por uma condição de associação à escravidão. Outro censo bastante significativo no que tangencia a discussão sobre cor é o de 1940 que suprimiu a categoria branca, deixando somente: preto, pardo, amarelo e outro. Devido à carga simbólica que se relegou cor preta, esse censo tendeu ao branqueamento da população. Esse suposto branqueamento populacional era visto com bons olhos por vasta literatura que considerava o mestiço como um agente positivo, pois estava tornando o país menos negro. Devido à rejeição a cor preta a população passou a se identificar cada vez menos com essa cor, em contraposição a porcentagens de brancos aumentou (SILVA e LEÃO, 2012, p. 20).

É possível inferir que os resultados expostos na representação gráfica 5 esteja relacionada a herança associativa realizada nos primeiros censos aplicados no Brasil, em que os sujeitos que compartilham das mesmas situações de vulnerabilidade social não se auto identificam com a cor preta. Ainda assim, os resultados expostos demonstram que há mais pretos (14,4%) e pardos (50,8%) que residem nas UH do faixa 1 do MCMV, que a porcentagem nacional 8,9% e 45,1%, respectivamente. E com a cor branca ocorre o inverso a porcentagem, 34%, é inferior, (45,2%).

Gráfico 5 - Cor dos entrevistados



Fonte: Banco de dados da Pesquisa de Satisfação do MCMV, 2014.

Escolaridade

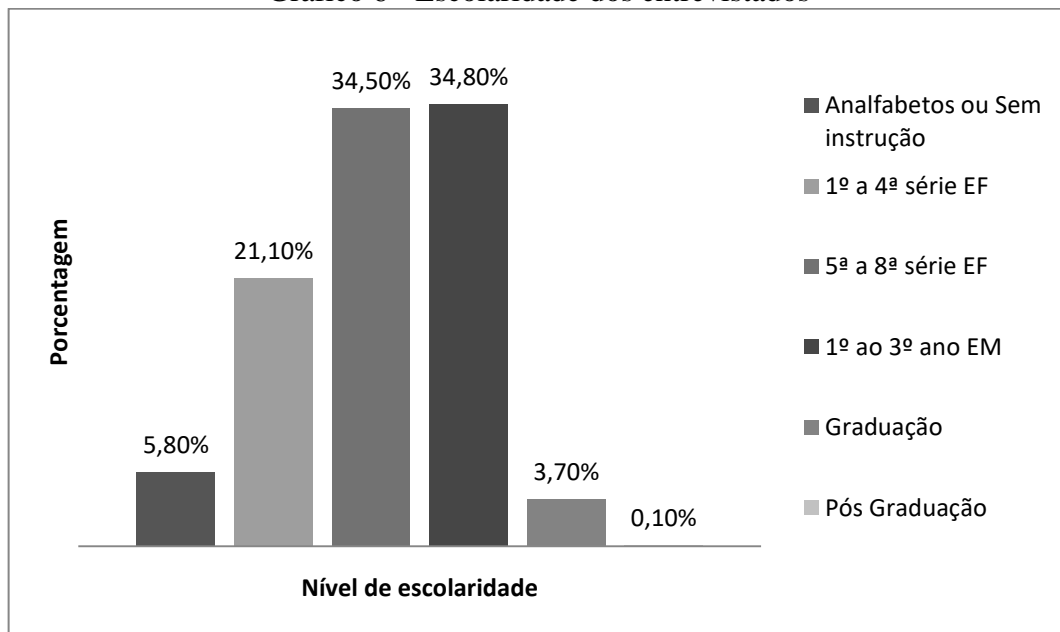
Na Primeira República brasileira, inaugurada pela Constituição de 1891, adotou-se o sistema federalista, de modo que o poder executivo foi descentralizado, isto é, dividido entre os estados e municípios. A educação, deste modo, passou a ser regida de forma mais específica, em níveis municipais e estaduais. Ocorre que, apenas os estados mais desenvolvidos puderam estruturar seus sistemas educativos de forma minimamente satisfatória. Essa situação gerou uma sinuosa disparidade organizacional. Sem uma regência por parte da União, houve fragmentações e rupturas que geraram fortes demandas por reformas educacionais, o que deu ensejo às diversas modificações ocorridas nessa área desde então.

A Constituição Federal de 1988, contudo, estabeleceu pela primeira vez na história do país, regras sociais que contemplassem a população mais pobre, por isso ficou conhecida como “Constituição Cidadã”. Nos trechos que se referem à educação, a cultura e ao desporto, está explícito que todos devem ter direito à educação e, que ela deverá ser promovida integralmente pelo Estado, entendimento que, após dois anos, fora reiterado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Todas as crianças, adolescentes e jovens têm igual oportunidade de adentrar, bem como, de permanecer na escola. Portanto, é necessária a garantia de ampla liberdade para aprender e ensinar das mais diversas formas no ambiente escolar público, gratuito e com ensino de qualidade, com professores formados em áreas específicas para ministrar as disciplinas propostas.

Ainda de acordo com a Constituição, o Estado deverá prover educação às crianças dos 4 aos 17 anos de idade, mas também proporcionar ensino para todos aqueles que não puderam ter acesso na idade adequada, sendo que absolutamente todas as crianças deverão ser contempladas, inclusive as com necessidades especiais dentro de centros de ensino apropriados e, do mesmo modo, no ensino regular. Os alunos impedidos de estudar durante o dia poderão estudar à noite. Esses, também, deverão estar assegurados de todas as possibilidades de manutenção no ambiente escolar como apoio em relação a material didático, uniforme, transporte, alimentação e afins.

Partindo das informações apresentadas sobre o sistema de ensino no país e sua inserção na CF/88, assim como em outros dispositivos legais, analisou-se a escolaridade da amostra, seus dados estão expostos na projeção gráfica 6, que apresenta informações de indivíduos que iniciaram somadas aos indivíduos que também concluíram cada período escolar, na tentativa de organizar os dados em faixas, facilitando, assim, a compreensão.

Gráfico 6 - Escolaridade dos entrevistados



Fonte: Banco de dados da Pesquisa de Satisfação do MCMV, 2014.

A partir do gráfico 6 verifica-se que a maior parcela de entrevistados concluiu o Ensino Médio e a segunda maior parcela possui somente o Ensino Fundamental (EF), e o maior grupo de entrevistados possui Ensino Médio (EM). A porcentagem de analfabetos ou sem instrução é a terceira menor, mas é maior do que aqueles que iniciaram e concluíram a graduação e a pós-graduação.

No Brasil a renda está associada diretamente aos anos de escolaridade do indivíduo, é possível verificar essa relação através da tabela 2 que realizou uma associação entre a faixa de escolaridade e a renda individual. A maior parcela dos entrevistados que respondeu ter concluído o EM possui renda entre 1 a 2 salários mínimos. A maior parcela dos que responderam ser analfabetos ou aqueles que concluíram o EF possuem salários de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo.

Então apesar de a tabela apresentar alguns valores altos para pessoas com baixa instrução, sabe-se que existe uma relação direta entre níveis de escolaridades e faixas salariais, porque no Brasil os trabalhos melhores remunerados são aqueles que exigem maior capacitação específica, àquela que só pode ser alcançada, por intermédio, do estudo. Os trabalhos que solicitam mão de obra menos capacitada, ou seja, que não requerem conhecimentos científicos possuem as menores remunerações.

Isso ocorre porque há uma desvalorização da prestação de serviço não especializado. De acordo com diversas teorias econômicas só será possível modificar a situação de desigualdade de renda, por meio, da oferta educacional de qualidade.

Ampliar o acesso à educação tem dois grandes impactos sobre a desigualdade de renda. Por um lado, maiores oportunidades educacionais tendem a elevar a escolaridade média dos mais pobres, reduzindo, com isso, a desigualdade educacional da força de trabalho e, conseqüentemente, a desigualdade de rendimentos do trabalho (IPEA, 2006, p.23 e 24).

Com a ampla oferta de ensino público e de qualidade os indivíduos podem se instrumentalizar e capacitar, a fim de desenvolver atividades no mercado de trabalho melhor remuneradas. É possível inferir que a maior parte dos beneficiários do MCMV possui baixo nível de escolaridade, ocupam cargos de trabalho desprivilegiados socialmente e são mal remunerados. Todavia os dados analisados demonstram que o grau de escolaridade é superior ao dos pais, portanto é possível inferir que apesar de ainda não possuírem muitos anos de escolaridade o acesso ao direito à UH, auxiliou os moradores na busca por mais anos de estudo que seus antecessores.

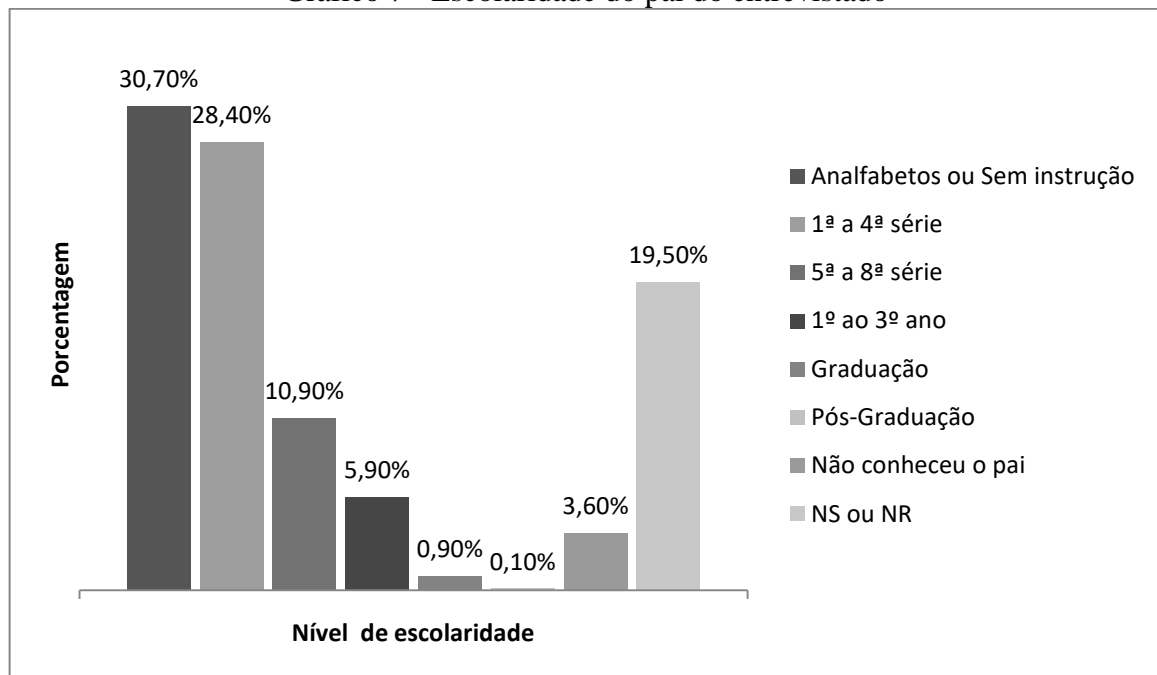
Tabela 2 - Faixa escolaridade por renda individual

Faixa Escolaridade	Renda individual							Total
	0-1/2	1/2 a 1	1-2	2-3	3-6	6-9	9 ou mais	
Analfabeto ou sem instrução	38	287	48	3	1	0	65	442
1ª a 4ª série completa	171	903	325	29	2	1	175	1606
5ª a 8ª série completa	210	1254	772	83	6	2	303	2630
1º a 3º ano completo	142	1019	1048	153	21	0	267	2650
Graduação iniciada e concluída	6	89	111	45	5	2	23	281
Pós-graduação	0	2	1	1	0	0	5	9
Total	567	3554	2305	314	35	5	838	7618

Fonte: Banco de dados da Pesquisa de Satisfação do MCMV, 2014.

Em relação à escolaridade do pai verifica-se, gráfico 7, que a maior parte era analfabeta ou sem instrução (30%), a segunda maior parcela (28%), concluiu somente até a 4ª série. Além de uma grande parcela de entrevistados que desconhecia o nível de instrução do pai, esse desconhecimento pode representar pouca relação com a entidade paterna. E em relação à quantidade de pessoas que não soube responder porque não conheceu o pai é de 3,6%.

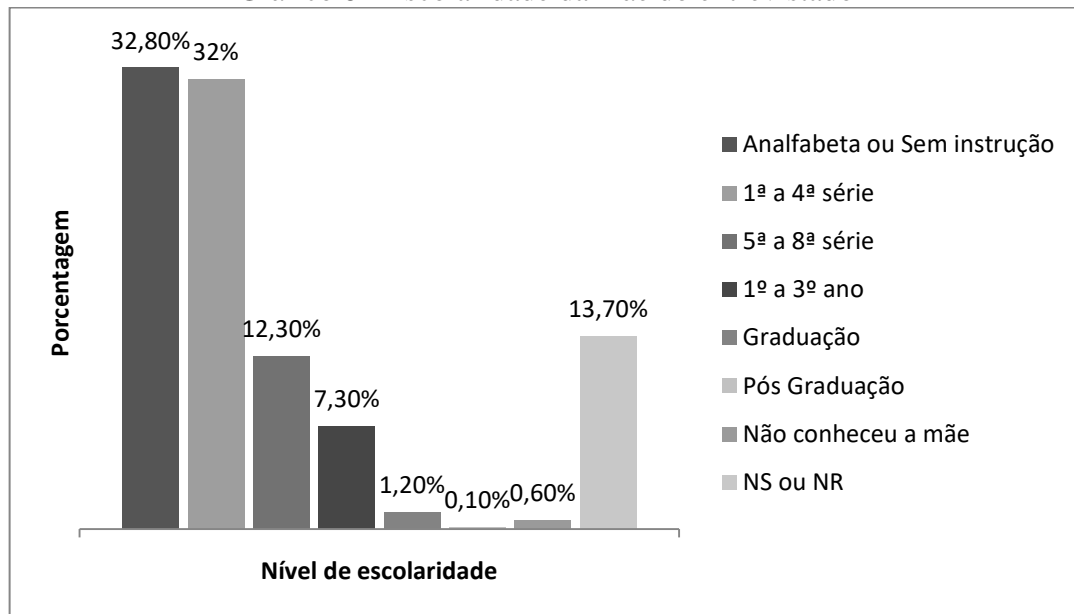
Gráfico 7 - Escolaridade do pai do entrevistado



Fonte: Banco de dados da Pesquisa de Satisfação do MCMV, 2014.

O gráfico 8, demonstra que a escolaridade da mãe é mais parecida com a escolaridade do pai do que com a do filho. A maior parcela das mulheres (32,8%), era analfabeta ou sem instrução e a segunda maior parcela (32%), estudou somente até a 4ª série. Os principais números que diferem do histograma do pai são em relação aos dados dos que não sabem ou não responderam (13%) e os que não conheceram a mãe (0,6%). Ambos são significativamente inferiores aos dados do pai, o que pode demonstrar que a figura materna possui uma relação mais presente com seus descendentes.

Gráfico 8 - Escolaridade da mãe do entrevistado



Fonte: Banco de dados da Pesquisa de Satisfação do MCMV, 2014.

Comparativamente os filhos possuem um nível de escolaridade bastante superior em relação aos pais. Enquanto a maior parte dos entrevistados, 34,8%, respondeu ter concluído o 3º do EM, somente 5,9% dos pais terminou a mesma escolaridade e 7,9% das mães, ou seja, 28,9% dos filhos estudaram mais que seus pais e 26,9% estudaram mais que suas mães. Em relação ao número de entrevistados que realizou uma graduação as porcentagens são baixas, somente 3,9%, contudo, em relação aos pais esse número duplicou e triplicou, pois somente 0,9% dos pais cursaram uma graduação e 1,2% das mães. Então em relação à quantidade de anos de estudo os filhos também possuem uma quantidade significativamente maior que seus pais.

Parte da explicação desses resultados repousa na forma como a educação estava institucionalmente organizada nas constituições até a CF/88. Os dados demonstram que de uma geração para a outra as pessoas mais pobres tiveram maiores condições de acessar o sistema formal de ensino, e que os dispositivos de educação formal passaram a ser efetivados, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e o ECA, que em seu art. 53, *caput* prevê que crianças e adolescentes “[...] têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho [...]”.

3.4 OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS ASSOCIADAS AO MCMV

O programa Bolsa Família (BF)²⁵ foi criado através da Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004. É um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de vulnerabilidade social em todo o País, que tem como objetivo principal a erradicação da pobreza extrema. Atualmente, aproximadamente 13,9 milhões de famílias são atendidas pelo programa. Como a população alvo é composta por famílias que se encontram abaixo da linha da pobreza, ou seja, na extrema pobreza, considera-se nessa situação aquelas que possuem renda mensal de até R\$85,00 por pessoa, as que são classificadas como pobres possuem renda entre R\$85,01 e R\$170,00, essas também podem receber, desde que exista uma gestante na família ou então indivíduo de 0 a 17 anos. Além de outros requisitos exigidos pelo programa (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2017).

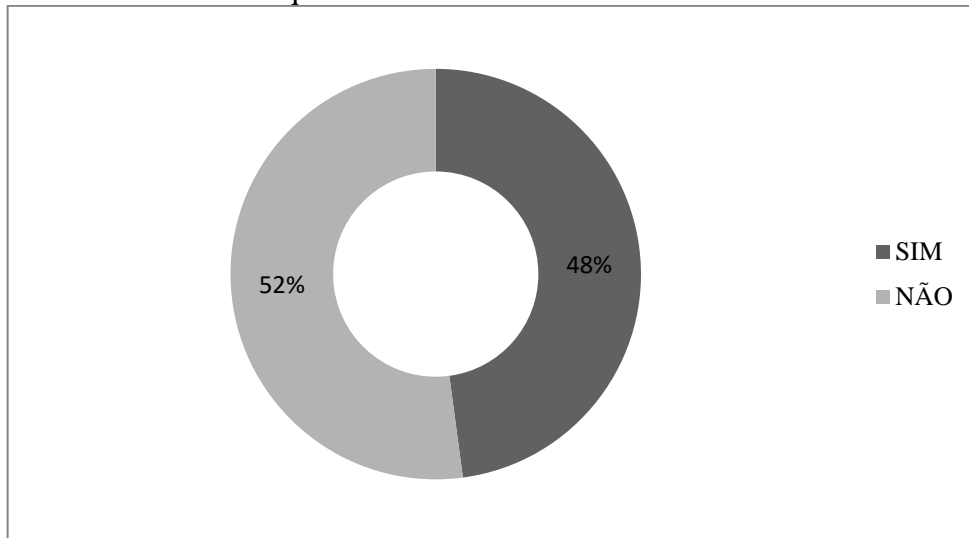
O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) foi criado pelo Governo Federal em 1996, com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para combater o trabalho de crianças e adolescentes. Como o BF, o PETI também é um programa de transferência de renda direta, que dentre suas condições está o acompanhamento escolar dos beneficiários. A população foco do projeto são crianças e adolescentes com até 16 anos que estejam realizando alguma função remunerada, exceto jovem aprendiz (a partir dos 14 anos), é necessário estar matriculado, ter frequência escolar e fazer parte de um núcleo familiar que seja caracterizado como pobre ou extremamente pobre. Os valores recebidos são: R\$25,00 por cada criança que resida no campo e R\$40,00 para aqueles que vivem na cidade. Em 2005 ocorreu a integração do programa BF com o PETI, essa união, segundo o Sistema Único de Assistência Social, buscou verificar questões de duplicidade e aumentar o alcance de ambos os programas (SUAS; MDS).

De acordo com a pesquisa (Gráfico 9) 47,6% das famílias que receberam a casa pelo MCMV também estão recebendo o benefício do BF, assim é essencial que ocorra na área da assistência social o que se denomina como intersetorialidade entre as políticas públicas, especialmente quando se trata de famílias pobres e extremamente pobres, pois somente a casa não é suficiente para a manutenção das mesmas no local de moradia, é necessário que elas possuam meios de adquirir renda.

²⁵ O benefício pode ser de quatro tipos: 1) básico em que a família em extrema pobreza recebe R\$85,00 mensais por pessoa de 0 a 17 anos; 2) variável em que a família pobre ou extremamente pobre recebe por pessoa de 0 a 17 anos ou então a mãe gestante ou que amamenta, o valor de R\$39,00, cada família pode receber um máximo de 5 vezes a quantia citada; 3) variável jovem destinado a famílias com jovens entre 16 e 17 anos, o valor é de R\$46,00, cada família pode receber até dois benefícios e 4) superação da extrema pobreza, destinado a famílias que já recebem algum valor do BF, o valor é calculado tendo como base o valor recebido mensalmente dentre todos os ganhos (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2017).

Além disso, tanto o BF quanto o PETI são programas que visam à manutenção da infância e da adolescência, pois apesar de estar definido na CF/88 que é dever do Estado e da família presar pela proteção e integridade, no que tange a saúde, alimentação e educação dos indivíduos tutelados, muitos são inseridos ainda na infância no mercado de trabalho, principalmente aqueles que advêm de uma unidade familiar pobre ou extremamente pobre. Isso ocorre porque a renda mensal dessas famílias não é capaz de suprir as necessidades básicas, então é necessário que todos os membros sejam inseridos em atividades que gerem renda. A iniciação forçada no mercado de trabalho é uma das maiores causas de evasão escolar, pois a carga horária de trabalho impossibilita a realização de qualquer outra atividade.

Gráfico 9 - Entrevistados que receberam o Bolsa Família ou PETI nos últimos meses



Fonte: Banco de dados da Pesquisa de Satisfação do MCMV, 2014.

4. SÃO MANTIDAS AS CARACTERÍSTICAS DA QUALIDADE DE VIDA URBANA E DO DÉFICIT HABITACIONAL?

No sentido de realizar a análise sobre o programa MCMV, dentro das possibilidades do banco de dados (2014), esse capítulo será destinado a responder se existe relação de manutenção das características que compõe a falta de qualidade de vida urbana e o déficit habitacional, após o recebimento da casa, em uma parcela significativa de beneficiários. Por intermédio do banco de dados da pesquisa de satisfação será possível investigar se o MCMV está retirando as famílias das condições de precariedade que compõe o indicador. Tendo em vista que esse é o objetivo teórico do programa e o desejo das famílias que realizam suas inscrições no CadÚnico do Governo Federal e, em função da eminente necessidade de adquirir novo domicílio, passam a fazer parte do cadastro de espera para o recebimento da UH do MCMV.

Nesse capítulo será realizada a análise do grupo composto por 21 variáveis sobre a percepção dos moradores, necessários para responder sobre a qualidade de vida urbana dos beneficiários levando em consideração a conceituação desse termo realizado no item 3.1.1. As críticas à formulação do Déficit Habitacional como mecanismo criado para fomentar diversos setores econômicos e, que não vislumbrava acabar com o problema da carência habitacional, foi realizado no item 3.1, mas como se demonstrou nesse mesmo item, o déficit é um importante medidor das condições de precariedade das moradias e utilizado para a construção e execução das políticas públicas habitacionais. Por isso, será utilizado por esse trabalho para responder a questão proposta, por intermédio da utilização da metodologia quantitativa de análise do banco de dados da *Pesquisa de Satisfação dos Beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida*.

O déficit habitacional é composto resumidamente por quatro condições que são descritas no item 3.2, mas nossa metodologia define que para que o indivíduo esteja em situação de déficit habitacional é necessário que ele cumpra apenas uma das condições, porque elas não são cumulativas, por isso, estando em uma das quatro já poderá se enquadrar em situação de vulnerabilidade social. Portanto a partir da manipulação do banco de dados será possível verificar cada uma dessas condições, exceto a letra “a- domicílios precários”, porque é sabido que as UH do MCMV possuem projeto arquitetônico prévio, portanto essa condição não se aplica a nenhum caso após o recebimento da casa.

Como o banco de dados utilizado adveio de uma pesquisa que aplicou questionários, compostos por questões estruturadas a uma amostra representativa a nível nacional, e faz

referência ao lapso temporal de meia década desde a implementação do programa, para os beneficiários do faixa 1 (0-3 salários mínimos), será possível realizar inferências nacionais sobre a periodicidade supracitada, bem como, responder se existe uma porcentagem significativa de famílias do pós-ocupação em alguma situação de precariedade análoga a que se encontrava antes do recebimento da moradia, e se a qualidade de vida urbana possui aspectos negativos.

4.1 ANÁLISES SOBRE A PERCEPÇÃO DOS MORADORES

Na sessão 4.2 foram realizadas análises quantitativas a partir do banco de dados (2014), e seus resultados irão demonstrar se ocorrem ou não situações análogas às condições que compõe o Déficit Habitacional após o recebimento da moradia. Todavia o banco de dados, também, é composto por uma questão sobre a quantidade de cômodos utilizados como dormitórios permanentes e 21 questões sobre a percepção dos moradores que serão analisadas para verificar quais são as respostas destes acerca da UH, do entorno da casa e da vizinhança, a fim de averiguar a partir da análise qualitativa dos beneficiários a atual qualidade de vida dos mesmos. Também serão realizadas análises por Unidade Federativa (UF), com a finalidade de verificar as percepções dos moradores de cada grande área, a saber: Norte, Sul, Nordeste, Sudeste e Centro-oeste²⁶. Assim será possível concluir se há distinções na aplicabilidade do programa por área.

Para analisar o grupo de 21 questões, foi necessário subdividir as variáveis em 4 grandes grupos, conforme demonstrado no quadro 1. É necessário salientar que as variáveis não estão em ordem, pois foi necessário reorganizá-las para que respondessem às questões propostas. Além disso, alguns subgrupos durante a realização das análises foram divididos em grupos ainda menores.

Quadro 1 - Questões sobre a percepção dos moradores em 4 grandes grupos

GRUPOS	VARIÁVEIS
Unidade Habitacional	V018 - Qual o número de moradores no domicílio (parentes e agregados)
	V060 - A nossa casa é muito pequena.
	V059 - Os cômodos (peças) da casa são bem distribuídos.
	V056 - A nossa casa é bem iluminada
	V057 - Não temos problemas graves de umidade (ou goteira)
	V058 - A temperatura da nossa casa é desagradável (muito quente ou muito fria)
	V061- Estamos muito satisfeitos com a nossa casa.
Vizinhança	V062 - Nós temos relações muito boas com nossos vizinhos
	V063 - Aqui no bairro tem muito problema de violência.
	V065 - Aqui no bairro teve gente fazendo trabalho social (ações de caráter informativo e educativo, que promovam o exercício da cidadania e favoreçam a organização e a gestão comunitária dos espaços comuns).

²⁶ A Análise por grande área não foi apresentada para as condições do déficit habitacional, pois se constatou que os resultados apresentados por área eram bastante semelhantes aos resultados nacionais.

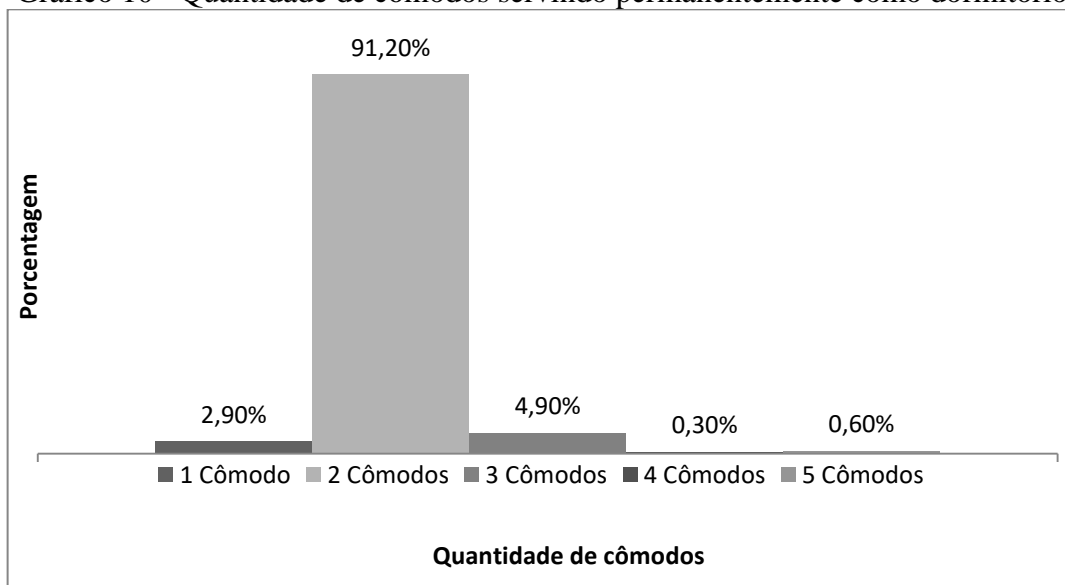
	V066 - Estamos muito satisfeitos com a nossa vizinhança.
Localização	V064 - Aqui perto tem áreas de lazer para as crianças brincarem (quadra esportiva, parque infantil, centro comunitário etc.).
	V067 - Aqui perto tem posto de saúde ou hospital.
	V069 - Aqui perto é fácil de pegar transporte público.
	V068 - É muito difícil conseguir uma vaga numa escola próxima.
	V070 - Nós demoramos muito tempo para ir e voltar do trabalho (ou da escola).
	V071 - Estamos muito satisfeitos com a localização da nossa casa.
Gastos mensais	V072 - Quando mudamos para cá passamos a gastar muito mais com transportes.
	V073 - Nesta nova casa gastamos menos de aluguel (ou prestação) do que gastávamos antes.
	V074 - As contas de água, luz e condomínio são muito altas.
	V075 - Estamos muito satisfeitos com a nova moradia.
	V076 - Mudar para essa nova moradia fez nossa vida melhorar.

Fonte: Banco de dados da Pesquisa de Satisfação do MCMV, 2014.

4.1.1 Unidade habitacional

Em relação às UH que possuem dormitórios adensados é possível que outros cômodos sejam utilizados para dormir, contudo a utilização da cozinha, sala ou banheiro para essa função, revela uma inadequação da moradia. A partir da projeção gráfica 10 é possível verificar que 5,8% das famílias utilizam três ou mais cômodos como quartos, outra possibilidade de interpretação do dado refere-se à autoconstrução. Esta pode ocorrer quando as casas não comportam os moradores e suas necessidades e existe a possibilidade financeira privada de acréscimo da quantidade de cômodos, portanto esse dado pode ser referente às famílias que realizaram reformas em suas casas ou a situação da utilização dos espaços já existentes como quarto ocasionando a inadequação, contudo será levado em consideração a construção inicial das casas e a finalidade específica de seus cômodos.

Gráfico 10 - Quantidade de cômodos servindo permanentemente como dormitório



Fonte: Banco de dados da Pesquisa de Satisfação do MCMV, 2014.

Sobre o tamanho da casa e a percepção dos moradores é possível verificar quantos consideram seus domicílios pequenos e quantos indivíduos há em cada UH, através da variável 060 “A nossa casa é muito pequena” relacionada com a V018 “Quantidade de moradores”. Essa questão foi organizada por meio de uma escada de Likert, ou seja, de 1 para discordo totalmente à 7 para concordo plenamente.

Tabela 3 - Qual o número de moradores no domicílio (parentes e agregados), pelos entrevistados que acreditam que a casa é muito pequena.

Número de moradores no domicílio	Nível de concordância dos entrevistados que acreditam que a casa é muito pequena							Total
	Discordo	2	3	4	5	6	Concordo	
1	142	54	27	31	65	44	84	447
2	280	166	119	85	224	122	313	1309
3	393	221	161	208	363	193	477	2016
4	320	134	141	180	357	237	495	1864
5	172	83	107	122	222	157	263	1126
6	62	36	45	52	99	77	158	529
7	22	14	14	20	27	25	63	185
8	9	11	3	9	16	13	26	87
9	0	1	0	0	0	2	5	8
10	1	0	0	2	0	0	3	6
11	0	0	0	0	0	1	0	1
12	0	0	0	0	0	0	1	1
13	0	0	0	0	0	0	1	1
Total	1401	720	617	709	1373	871	1889	7580

Fonte: Banco de dados da Pesquisa de Satisfação do MCMV, 2014.

A partir da tabela 3 verificou-se que a maior parte dos entrevistados respondeu 7 (sete). Então eles concordam plenamente com a afirmativa de que suas casas são pequenas. A maior quantidade de famílias que respondeu dessa forma é composta por quatro membros, e a segunda maior quantidade é formada por três membros. Então mesmo as famílias que são constituídas por uma quantidade pequena de indivíduos, em que cada quarto estaria comportando de 1 a 2 pessoas, ainda consideram a metragem de suas casas insuficiente. Como se demonstrou na sessão 2, e em função da maximização dos lucros as construtoras desenvolviam as plantas da UH voltadas a baixa renda conforme seus interesses (ANDRADE; DEMARTINI, 2017).

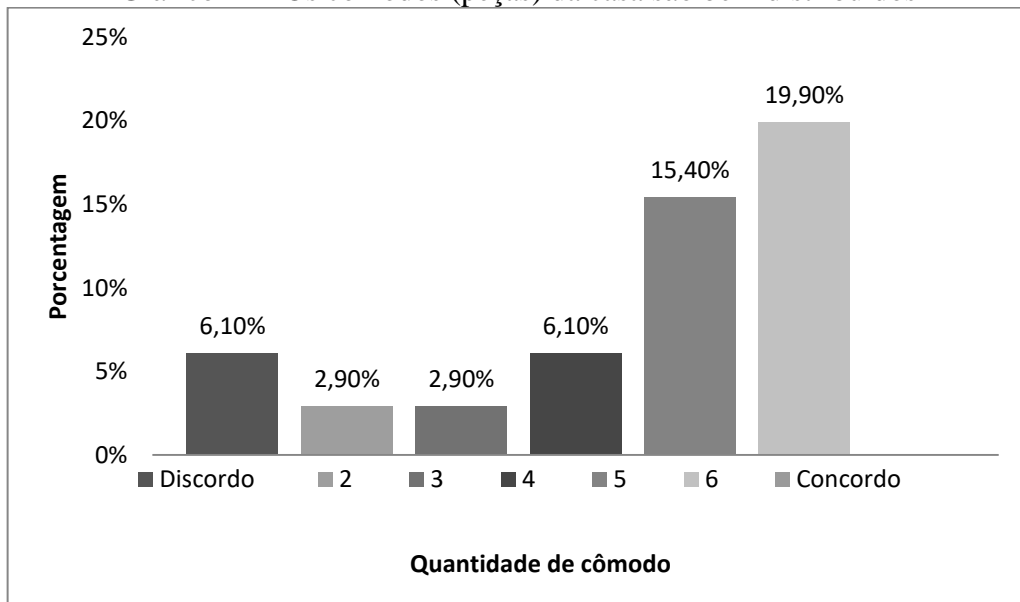
Tabela 4 - Tamanho da casa por região (%) -V060 A nossa casa é muito pequena

Nível de concordância para o tamanho da casa	Região				
	Centro-oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Concorda	81	51	47	50	48
Neutro	3	10	14	9	9
Discorda	16	39	39	41	43
TOTAL	100	100	100	100	100

Fonte: Banco de dados da Pesquisa de Satisfação do MCMV, 2014.

Ao verificar quais regiões os moradores consideram que suas casas são menores é possível, por intermédio da tabela 4, demonstrar que são os moradores do Centro-oeste, 81%. A região em que mais os moradores discordam dessa afirmação, 43%, são os da região Sul. Contudo ainda que essa região se caracterize pelos maiores percentuais de discordância, ou seja, não consideram a casa pequena, a maior parte dos entrevistados concorda com a afirmação. Então em todas as áreas a quantidade de moradores que concorda com a afirmação são superiores àquela que discorda, sendo assim, conclui-se que apesar das casas serem consideradas muito pequenas (mais para uma região do que outra), em todas predomina a consenso de que as casas são pequenas.

Gráfico 11 - Os cômodos (peças) da casa são bem distribuídos



Fonte: Banco de dados da Pesquisa de Satisfação do MCMV, 2014.

Em relação à distribuição dos cômodos da UH a maioria dos moradores, 46,7%, respondeu que concorda plenamente e somados a esses, os que também concordam, representam a maior parte dos beneficiários 82% que estão de acordo com a afirmativa de que os cômodos são bem distribuídos, ou seja, a distribuição é favorável à boa organização do

núcleo familiar. Somente a menor parcela 11,9% acredita que os cômodos sejam mal organizados e 6,1% não concorda e nem discorda.

Também é possível verificar quais são as regiões onde os moradores consideram que os cômodos de suas casas são mais bem distribuídos. Por meio da tabela 5 é possível inferir que são os entrevistados do Norte que consideram os cômodos de suas casas mais bem distribuídos, 90%, enquanto os do Centro-oeste somam a menor porcentagem, 71%, dos que concordam com a afirmativa V059.

Tabela 5 - Região do domicílio por quantidade de cômodos (peças) da casa são bem distribuídos (%)

Região	Os cômodos (peças) da casa são bem distribuídos.							Total
	Discordo	2	3	4	5	6	Concordo	
Centro-oeste	247	10	18	33	217	183	375	1083
Nordeste	44	68	83	184	627	602	1722	3330
Norte	28	3	3	26	29	229	330	648
Sudeste	93	98	87	154	196	252	563	1443
Sul	56	43	27	68	106	250	566	1116
Total	468	222	218	465	1175	1516	3556	7620

Fonte: Banco de dados da Pesquisa de Satisfação do MCMV, 2014.

Através tabela 6 foi possível verificar três variáveis sobre a condição física da UH, a saber: V056 “A nossa casa é bem iluminada”; V057 “Não temos problemas graves de umidade (ou goteira)”; V058 “A temperatura da nossa casa é desagradável (muito quente ou muito fria)”.

Tabela 6 - Percepção dos moradores sobre a iluminação a umidade e a temperatura da UH (%)

Nível de Concordância	Variáveis		
	Iluminação (V056)	Umidade (V057)	Temperatura (V058)
Discordam	1,2	15,7	23,7
2	1,0	5,4	7,7
3	1,3	4,7	7,0
4	3,0	5,1	9,0
5	8,7	12,0	19,5
6	13,6	10,8	11,2
Concordam	71,2	46,2	21,5
TOTAL	100	100	100

Fonte: Banco de dados da Pesquisa de Satisfação do MCMV, 2014.

Na tabela 6 os dados demonstram que na primeira e na segunda variável a maioria dos entrevistados respondeu discordar das afirmativas, somente com a última a maioria concorda. Em relação à iluminação da casa 71,2% respondeu que concorda plenamente e somados aos outros que, também, concordam com essa afirmação o resultado é de 93,5% de moradores que aprovam a iluminação da UH. Somente 3,5% não concordam com essa afirmativa e 3% nem concorda e nem discorda.

Sobre a umidade nas casas 69% dos entrevistados responderam que concordam com a afirmativa, então não existem graves problemas de umidade, 25,8% dos entrevistados discordaram, pois suas casas não apresentavam graves problemas de umidade e goteiras. Em relação à temperatura 52,2% respondeu que concorda com a afirmação, ou seja, a temperatura de suas casas é desagradável, acreditam que é muito fria ou muito quente, ou ambos a depender do período do ano. E 38,4% dos entrevistados discordaram, pois acreditam que a temperatura da casa é agradável.

Todas as variáveis verificadas na tabela 6 também foram observadas segundo cada região (Tabela 7), para verificar quais as casas: são mais bem iluminadas, possuem problemas com umidade e temperatura mais adequada, para isso foi construído um gráfico com as porcentagens dos entrevistados que concordam com cada uma dessas informações.

Tabela 7 - Entrevistados que concordam com as variáveis (%) por região

Nível de concordância	Centro-oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Iluminação (V056)	95	95	87	94	91
Umidade (V057)	86	76	62	55	53
Temperatura (V058)	57	58	48	42	47
TOTAL	100	100	100	100	100

Fonte: Banco de dados da Pesquisa de Satisfação do MCMV, 2014.

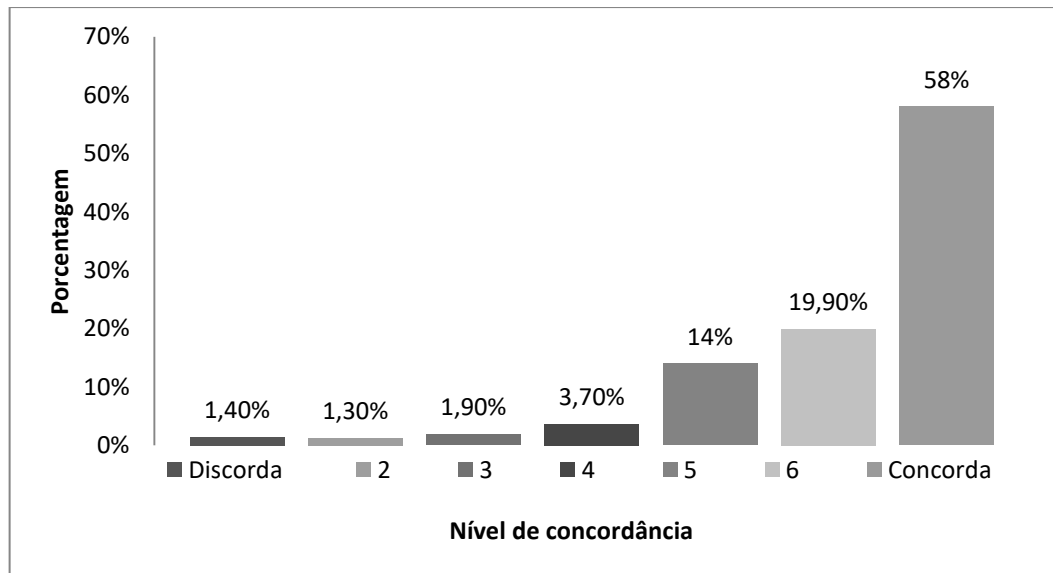
A partir da tabela 7 é possível verificar que em relação à iluminação da casa os moradores do Centro-oeste e do nordeste é que consideram suas casas mais bem iluminadas, em relação aos problemas com umidade e goteiras, são os moradores do Centro-oeste que menos possuem esses problemas estruturais. A questão que versa sobre temperatura demonstrou que são os moradores do nordeste que mais concordaram que suas casas possuem uma temperatura desagradável.

Das variáveis analisadas nesse tópico sobre as UH percebe-se que das cinco, duas apresentam aspectos negativos, segundo a percepção dos moradores a, saber em relação ao tamanho das UH em que mesmo as famílias pequenas formadas por três ou quatro membros consideram o espaço diminuto para adequar com qualidade a todos e a variável sobre a

temperatura em que pouco mais da metade dos entrevistados respondeu não ser adequada. Dessa forma, é possível inferir que os beneficiários do MCMV possuem uma percepção bastante positiva sobre suas casas, todavia existe uma porcentagem que demonstra alguns problemas, apesar disso a maioria está satisfeita com as UH que não possui umidade, goteira, com iluminação adequada e com cômodos bem dispostos.

Corroborando com esses dados gerou-se o gráfico 12, através da variável 061 “Estamos muito satisfeitos com a nossa casa”, concordando com essa afirmação estão à maioria dos entrevistados 91,9%, somente 4,6% não concordaram e, possuem algum motivo de insatisfação com a casa. Os insatisfeitos podem estar descontentes com o tamanho ou a temperatura da casa, pois esses são os problemas que incidem sobre as UH.

Gráfico 12 - Estamos muito satisfeitos com a nossa casa



Fonte: Banco de dados da Pesquisa de Satisfação do MCMV, 2014.

Para verificar qual é a satisfação dos beneficiários com a casa por grandes regiões, realizou-se uma análise de relação. E de acordo com a tabela 8 foi possível verificar que são os moradores da região nordeste que estão mais satisfeitos, 91%. Os que estão menos satisfeitos são os da região Sudeste (83%), e os que mais discordam dessa afirmação, 11%. Contudo ainda é possível inferir que a maior parte está satisfeita com a casa.

Tabela 8 - Relação entre a variável estamos muito satisfeitos com a nossa casa (061) por região (%)

Nível de concordância	Centro-oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Concordam	95	96	91	83	89
Neutros	5	2	7	6	4
Discordam	2	2	2	11	7
TOTAL	100	100	100	100	100

Fonte: Banco de dados da Pesquisa de Satisfação do MCMV, 2014.

4.1.2 Vizinhança

Das variáveis as que tratam exclusivamente sobre vizinhança foram selecionadas para verificar a percepção dos beneficiários nesse quesito. As variáveis são: V062 “Nós temos relações muito boas com nossos vizinhos”, V063 “Aqui no bairro tem muito problema com violência”, V065 “Aqui no bairro tem gente fazendo trabalho social (ações de caráter informativo e educativo, que promovam o exercício da cidadania e favoreçam a organização e gestão comunitária dos espaços comuns)” e V066 “Estamos muito satisfeitos com a nossa vizinhança”.

A tabela 9 foi construída utilizando palavras chaves para abreviar a variável que se refere, e a partir dela é possível inferir que duas variáveis possuem o comportamento crescente, isto significa que os moradores concordam mais do que discordam, são as variáveis 062 e 066. A maioria dos entrevistados respondeu que possui uma boa relação com seus vizinhos e que está satisfeita com os mesmos, foram 89,5% e 86,4% dos moradores que responderam dessa forma, respectivamente. Em relação ao trabalho voluntariado 34,2% dos moradores respondeu que existem pessoas na vizinhança que realizam trabalho voluntário, como descrito na variável 065. A última questão é sobre violência, metade dos moradores, 50%, respondeu que existe muita violência no bairro, por ser uma questão fechada não é possível verificar quem seriam os agentes ativos da violência, mas como se trata da violência no bairro entende-se que advém de parte da vizinhança.

Os dados demonstram que apesar de a metade dos moradores responderem que considera os níveis de violência altos e, de não haver muito trabalho social, como uma boa política de vizinhança, ainda assim, a maior parte demonstrou que está satisfeita com sua vizinhança e que tem boas relações com os vizinhos.

Tabela 9 - Relações boa com os vizinhos; problema com violência; trabalho social; satisfação com a vizinhança (%) mantenha um padrão de formatação para todos os títulos das tabelas

Nível de concordância	V062 Relação	V 063 Violência	V065 Social	V066 Satisfação
Discordo	1	14,90	33,10	2,70
2	1,60	12,60	16,50	2,30
3	2,30	11,10	8,80	2,70
4	4,70	11,40	7,30	5,90
5	10,60	16,20	14	13,80
6	15,60	9,50	6,80	21,90
Concordo	63,30	24,30	13,40	50,70
TOTAL	100	100	100	100

Fonte: Banco de dados da Pesquisa de Satisfação do MCMV, 2014.

Também foi possível analisar a relação da vizinhança por grandes áreas. Através da tabela 10 é possível verificar que são nas áreas Centro-oeste e Nordeste que os moradores possuem melhores relações com seus vizinhos, são 94% e 93%, respectivamente. São nessas áreas, similarmente, que há mais satisfação com relação à vizinhança, 94% e 92%, respectivamente. A área em que os moradores mais discordam dessas afirmações é o Sudeste, sendo que 11% discordaram que possui uma boa relação com seus vizinhos e 16% demonstrou estar insatisfeitos com a vizinhança.

Apesar de os moradores do Centro-oeste possuir as melhores relações com a vizinhança e também serem os mais satisfeitos com a mesma, é nessa região que se concentra os maiores índices de violência no bairro, 85%, mas é, também, onde existem mais pessoas realizando trabalhos sociais, 71%. A região que apresenta a menor percepção de violência é o Nordeste, pois 52% dos entrevistados disseram que não existe muito problema com violência no bairro. E a área com menos pessoas desenvolvendo trabalhos sociais de fomento a organização comunitária é a Norte, com 22% de discordância.

Tabela 10 - Percepção dos entrevistados acerca da vizinhança por Região (%)

Variáveis	Nível de concordância	Centro-oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Relação (V062)	Concorda	94	93	87	80	88
	Neutro	3	3	9	9	4
	Discorda	3	4	4	11	8
	TOTAL	100	100	100	100	100
Violência (V063)	Concorda	85	38	34	51	60
	Neutro	4	10	31	12	10
	Discorda	11	52	35	37	30
	TOTAL	100	100	100	100	100
Social (V065)	Concorda	71	28	22	31	28
	Neutro	5	7	10	8	9
	Discorda	24	65	68	61	63
	TOTAL	100	100	100	100	100
Satisfação (V066)	Concorda	94	92	84	73	80
	Neutro	3	3	12	11	7
	Discorda	3	5	4	16	13
	TOTAL	100	100	100	100	100

Fonte: Banco de dados da Pesquisa de Satisfação do MCMV, 2014.

4.1.3 Localização

Para discorrer sobre localização, as variáveis foram separadas e verificadas em três grupos: o primeiro tratou somente de equipamentos públicos presentes no bairro; o segundo sobre os acessos aos equipamentos públicos, ambos os grupos podem informar sobre a percepção dos moradores e, conseqüentemente sua satisfação. Contudo o terceiro grupo é formado por apenas uma variável e avalia especificamente a satisfação do morador em relação sua localização.

O primeiro grupo trata sobre os equipamentos públicos e, é composto pelas seguintes variáveis: 064 “Aqui perto tem áreas de lazer para as crianças brincarem (quadra esportiva, parque infantil, centro comunitário etc.)”, 067 “Aqui perto tem posto de saúde ou hospital” e 069 “Aqui perto é fácil de pegar transporte público”. A tabela 11 demonstra que a menor parte dos entrevistados respondeu que não existem de parques na vizinhança, a maior parte, 59%, respondeu que não existem áreas de lazer para as crianças brincarem. Em relação à saúde quase a metade dos entrevistados 47,2% respondeu que existem postos médicos como Unidade Básica de Saúde (UBS), hospitais ou outros, mas 46,7% dos entrevistados não possui fácil acesso a equipamentos públicos voltados a saúde.

A última variável sobre a facilidade ou dificuldade de fazer uso do transporte público foi respondida por 70% dos entrevistados como positiva, ou seja, a maior parte dos

entrevistados possui facilidade no uso desse equipamento público. O grupo que não tem facilidade para utilizar o transporte público, pois esse serviço é oferecido muito distante do conjunto habitacional soma 25,7%.

A partir dos resultados encontrados é infere-se que a maior parte, 59%, dos beneficiários do MCMV não possuem acesso a áreas de lazer voltadas a crianças. Em relação à saúde quase metade dos entrevistados não possui acesso a centros médicos. E o transporte público é acessado com facilidade pela maioria dos entrevistados, 70%.

Tabela 11 - Parques; posto de saúde ou hospital; transporte público (%)

Variáveis	Nível de Concordância							TOTAL
	Discordo	2	3	4	5	6	Concordo	
Parque (V064)	35,2	15,4	8,4	7,4	11,9	7,1	14,6	100
Saúde (V067)	30,8	10,6	5,3	6,1	11,1	9,4	26,7	100
Transporte (V069)	12,5	5,5	4,7	6,7	14,9	15,6	40	100

Fonte: Banco de dados da Pesquisa de Satisfação do MCMV, 2014.

A partir da análise por região (Tabela 12) do primeiro grupo de variáveis é verifica-se que a área Centro-oeste é que mais possui equipamentos de lazer para crianças, pouco mais da metade, 57%, respondeu afirmativamente a variável 064. Em todas as demais áreas a maioria dos moradores demonstrou que não existem equipamentos públicos destinados ao lazer das crianças próximos a seus conjuntos habitacionais. No que tange à saúde a área Centro-oeste é a que possui maior quantidade de equipamentos públicos, de acordo com a percepção dos moradores, pois mais da metade, 64%, concordou com a variável 067, já a área que apresenta menor concentração de equipamentos públicos destinados a saúde é o Norte, pois 85% dos entrevistados discordou da afirmação proposta na variável.

Analisando a última variável desse grupo infere-se que é novamente os moradores da região Centro-oeste que possuem mais facilidade em acessar equipamentos públicos destinados ao transporte, 83%. Enquanto a região em que os moradores possuem mais dificuldade em acessar esse serviço é a Sudeste, pois 32% dos moradores discordaram do que foi proposto pela variável 069.

Dessa forma é possível concluir que mais da metade dos entrevistados da região Centro-oeste possuem acesso no local de moradia a equipamentos de saúde, transporte e lazer para crianças. Já para os moradores da região Norte é mais difícil encontrar nas proximidades de suas casas: parquinhos para as crianças e acesso a hospitais e postos de saúde. E o

transporte é acessível a mais da metade dos moradores de todas as regiões, contudo os que moram no Sudeste possuem menos acesso que os demais.

Tabela 12 - Equipamentos públicos por Região (%)

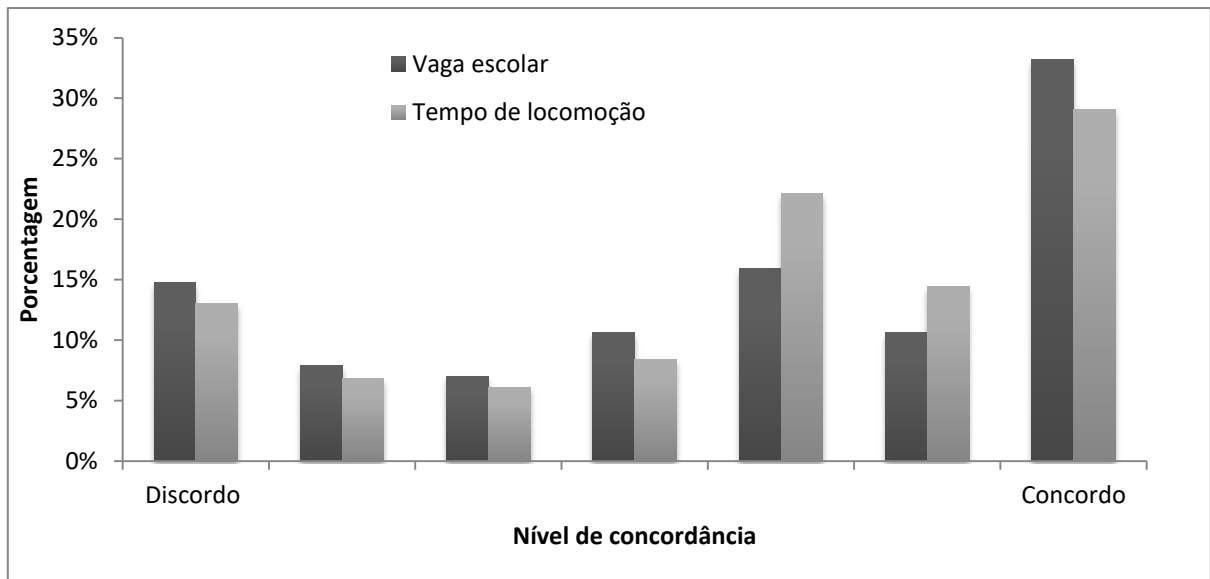
Variáveis	Nível de concordância	Região				
		Centro-oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Parque (V064)	Concordo	57	29	18	31	36
	Neutro	4	7	12	9	7
	Discordo	39	64	70	60	57
	TOTAL	100	100	100	100	100
Saúde (V067)	Concordo	64	42	13	55	53
	Neutro	5	5	2	9	6
	Discordo	31	53	85	36	41
	TOTAL	100	100	100	100	100
Transporte (V069)	Concordo	83	70	61	59	81
	Neutro	3	6	12	9	4
	Discordo	14	24	27	32	15
	TOTAL	100	100	100	100	100

Fonte: Banco de dados da Pesquisa de Satisfação do MCMV, 2014.

O segundo grupo de variáveis escolhidos sobre vizinhança, trata da dificuldade ou facilidade em acessar um equipamento público e o tempo de locomoção. As variáveis são: 068 “É muito difícil conseguir uma vaga numa escola próxima” e V070 “Nós demoramos muito tempo para ir e voltar do trabalho (ou da escola)”.

No gráfico 13 é possível verificar que a maioria dos entrevistados concordam com as duas afirmativas. 59,7% possui dificuldade para encontrar vagas e 65,6% respondeu que demora muito tempo para se transportar. Esses resultados demonstram que grande parte dos conjuntos não possuem escolas com a quantidade de vagas adequadas para a quantidade de moradores residentes na localidade, e que para ir à escola (ou trabalho) os moradores demoram muito, então os conjuntos são distantes daqueles equipamentos que a população necessita no local de moradia.

Gráfico 13 - Relação entre as variáveis: É muito difícil conseguir uma vaga em escola próxima por nós demoramos muito tempo para ir e voltar do trabalho (ou escola).



Fonte: Banco de dados da Pesquisa de Satisfação do MCMV, 2014.

A partir da relação entre as variáveis que discorrem sobre o acesso a equipamentos públicos e a região, foi possível gerar a tabela 13. De acordo com ela infere-se que os moradores da região Norte possuem mais dificuldade em conseguir vagas nas escolas próximas, 80%. Esse resultado pode significar que as escolas próximas não oferecem vagas condizentes com a demanda ou que não existem escolas próximas. E os moradores que possuem mais facilidade são os da região Nordeste, ainda assim é a menor parcela 36% dos entrevistados, que discordaram da variável 068, os resultados demonstram que em nenhuma região a maioria dos moradores consegue com facilidade vagas em escolas na vizinhança.

E sobre o tempo de transporte despendido para ir e voltar da escola (ou trabalho), os moradores que mais demoram são os da região Norte, 80%, e os que menos demoram são os da região Sudeste, todavia ainda compõe a menor parte dos entrevistados 31%. Então a maioria dos moradores de todas as regiões não consegue vaga nas escolas próximas e precisa estudar e trabalhar em lugares distantes, e gasta diariamente muito tempo com o deslocamento.

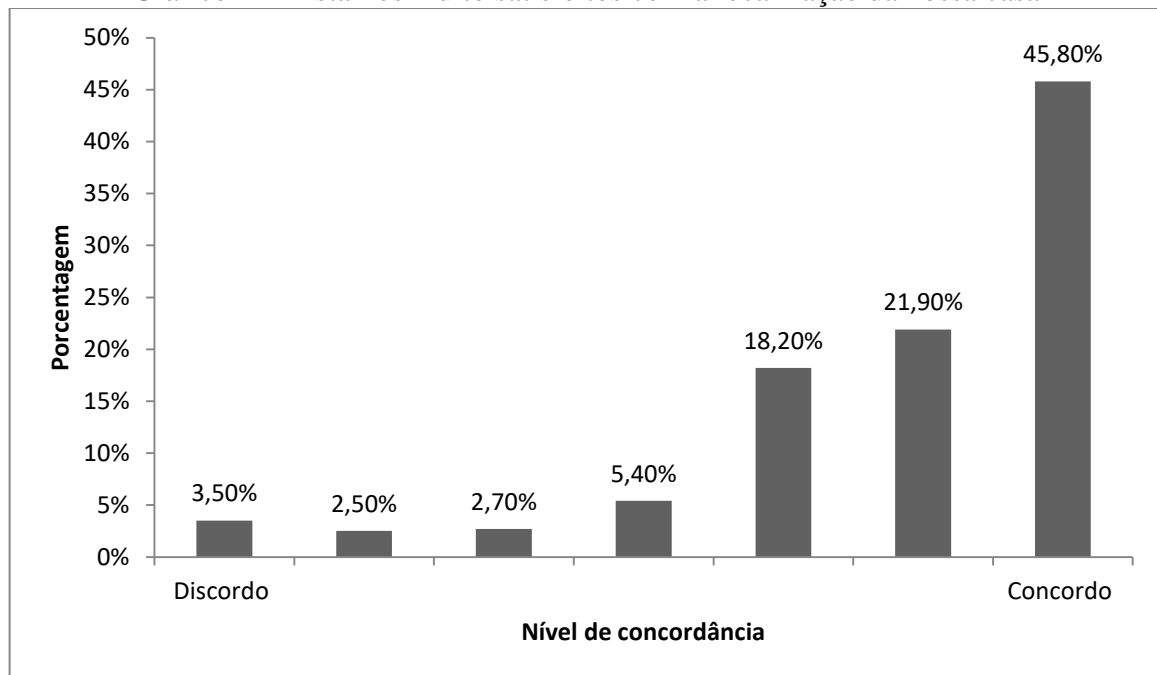
Tabela 13 - Acesso dos entrevistados a equipamentos públicos por Região (%)

Variáveis	Nível de concordância	Região				
		Centro-oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Vaga escolar (V068)	Concordo	79	54	80	53	55
	Neutro	5	11	7	13	12
	Discordo	16	36	13	34	33
	TOTAL	100	100	100	100	100
Tempo de locomoção (V070)	Concordo	76	64	81	59	61
	Neutro	6	7	13	10	9
	Discordo	18	29	6	31	30
	TOTAL	100	100	100	100	100

Fonte: Banco de dados da Pesquisa de Satisfação do MCMV, 2014.

Sobre a satisfação dos beneficiários analisou-se a variável 071 “Estamos muito satisfeitos com a localização da nossa casa”, a partir da projeção gráfica 14 é possível verificar que a maioria dos entrevistados concorda com essa afirmativa, são 85,9% dos moradores satisfeitos, ou seja, levam em consideração todas as demais variáveis descritas nesse item e avaliam como positiva a localização de suas casas.

Gráfico 14 - Estamos muito satisfeitos com a localização da nossa casa

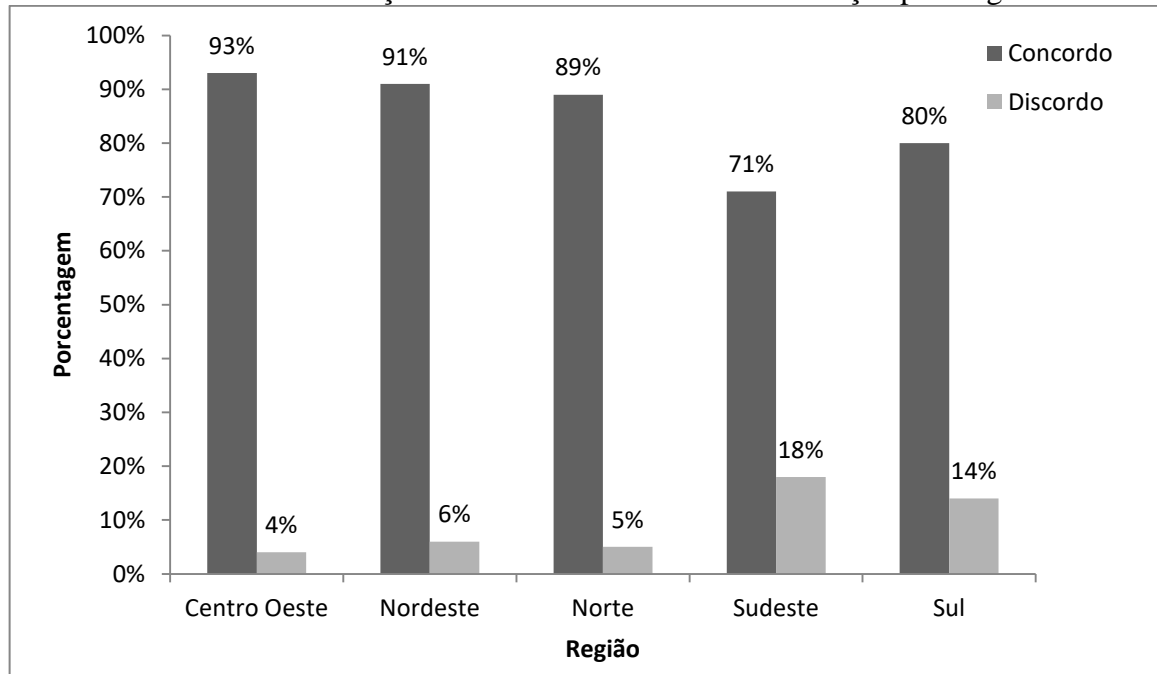


Fonte: Banco de dados da Pesquisa de Satisfação do MCMV, 2014.

Realizando a análise por região foi possível gerar a projeção gráfica número 15, que demonstra que em todas as áreas os moradores sentem-se satisfeitos com sua localização, contudo as áreas em que os entrevistados estão mais satisfeitos é o Centro-oeste, 93%, enquanto que a área com menor satisfação é a Sudeste em que 18% dos entrevistados

responderam que discordam da afirmação da variável 071, mas mesmo nessa região em que mais moradores não se sentem satisfeitos, deste grupo ainda é a menor parcela.

Gráfico 15 - Satisfação dos entrevistados com a localização por Região



Fonte: Banco de dados da Pesquisa de Satisfação do MCMV, 2014.

Considerando todos os itens sobre a localização verifica-se que na primeira parte das variáveis analisadas somente uma apresentou uma resposta positiva para a maioria dos moradores, 70% respondeu que é fácil acessar o transporte público no seu conjunto. Mas as outras duas variáveis desse mesmo grupo demonstraram que majoritariamente não existem nem parques para as crianças e nem postos de saúde e hospitais na proximidade. No outro grupo de variáveis o resultado foi semelhante, a maioria respondeu que não existem vagas disponíveis em escolas próximas e que destinam muito tempo diário no trajeto para outras escolas ou para o trabalho.

Esses resultados demonstram que, exceto em relação ao transporte, todos os outros equipamentos públicos que deveriam ser acessados com facilidade no local de moradia, segundo a percepção dos moradores, não são. Ainda assim, quando questionados sobre o local da sua moradia, a grande maioria (85,9%) respondeu que estava satisfeita. Todavia a respeito do MCMV, Andrade e Damartini (2017, p. 285-286), demonstraram a forma como o programa foi implantado gerou um agravamento dos problemas sociais, tais como “[...] dificuldade com transporte público, inadequação dos empreendimentos habitacionais, insuficiência de equipamentos públicos, dentre outros”.

“O custo das transferências para os locais de trabalho, a inexistência de serviços, escolas, universidades, comércio, são reais problemas cotidianos para os habitantes desses conjuntos habitacionais [...]” (VIGNOLI, 2001, p.113-tradução livre) ²⁷. Segundo Fix (2011) o modelo de financiamento para famílias pobres viabilizava a construção, seguindo as lógicas do mercado, apenas nos subúrbios que muitas vezes ainda não conta com a infraestrutura básica, portanto as casas somente começam a ser construídas após a escolha do local, distante do centro e dos serviços básicos.

4.1.4 Gastos mensais e percepções gerais

Este item desenvolveu uma análise envolvendo gastos, a partir da percepção dos moradores acerca destes e sobre a UH de forma geral. São cinco variáveis, a saber: 072 “Quando mudamos pra cá passamos a gastar muito mais com transportes”; 073 “Nesta nova casa gastamos menos de aluguel (ou prestação) do que gastávamos antes”; 074 “As contas de água, luz e condomínio são muito altas”; 075 “Estamos muito satisfeitos com a nova moradia”; 076 “Mudar para essa nova moradia fez nossa vida melhorar”.

Tabela 14 - Gastos com transporte, aluguel, outras contas, satisfação com a moradia, melhora na condição de vida (%)

	Discordo	2	3	4	5	6	Concordo	TOTAL
V072	17,2	7,6	6,9	9,3	14,1	10,8	34,2	100
V073	6,1	5	3,1	4,8	8,8	10,4	61,9	100
V074	17,7	8,8	6,8	8,2	16,9	13,2	28,4	100
V075	0,9	1,1	1,3	3,7	10,3	16,4	66,4	100
V076	1,3	1,4	1,7	4,4	13,1	17,1	61	100

Fonte: Banco de dados da Pesquisa de Satisfação do MCMV, 2014.

A tabela 14 demonstra que 59,1% das famílias passaram a gastar muito mais com transporte do que gastavam onde moravam anteriormente, enquanto 31,7% passaram a gastar menos. Mas os gastos com aluguel (ou prestação) das casas diminuíram para a maioria dos moradores, pois 81% dos entrevistados respondeu que passou a gastar menos com essas contas após se mudar para a casa atual, 14,2% dos entrevistados respondeu que passou a gastar mais ou igual à antes. Contudo, de acordo com a percepção da maioria, 58,5%, as contas com água, luz e condomínio são muito altas e 33,3% discordam, porque para suas rendas familiares essas contas não são tão caras.

²⁷ Original: El costo de los traslados a los lugares de trabajo, la no-existencia de servicios, escuelas, liceos, universidades, hasta la falta de comercios, son verdaderos problemas cotidianos para los habitantes de estos complejos habitacionales.

Em relação à satisfação sobre a moradia e a melhora na qualidade de vida. Quase a totalidade dos entrevistados 93,1% respondeu que estão satisfeitos com a nova casa, somente 3,3% não estão satisfeitos. Resultado semelhante ao apresentado pelos que responderam que suas vidas melhoraram ao mudar para a nova UH, 91,2%, e 4,4% considera que a vida não melhorou.

Esses resultados são importantes tendo em vista que os moradores passaram a gastar mais para se transportar e para a maioria as contas fixas significam boa parte do rendimento familiar, mas provavelmente porque passaram a gastar menos com aluguel (ou prestação) da UH avaliam (a maioria), nesse sentido, que houve uma melhora em suas vidas e que estão satisfeitos com suas novas casas.

Ao verificar os gastos mensais por área verificou-se, por meio da tabela 15 que os moradores que mais passaram a gastar com transporte foram os do Centro-oeste, 65%, mas a conta com o aluguel (ou prestação) da casa da maioria, 94%, diminuiu, contudo são esses mesmos moradores que compõe a maior porcentagem dos que concordam que as outras contas da casa (água, luz e condomínio) são muito altas. Os entrevistados que mais discordam das afirmações expostas na tabela 15, são os do Sul em relação aos gastos com transporte, que tiveram (43%) aumento dos seus gastos para se transportar. E os do Sudeste com o aluguel, 28%, mas 40% não consideram as outras contas fixas altas. Mesmo observando os maiores índices dos que discordam das afirmações, ainda verifica-se que são a minoria dos moradores.

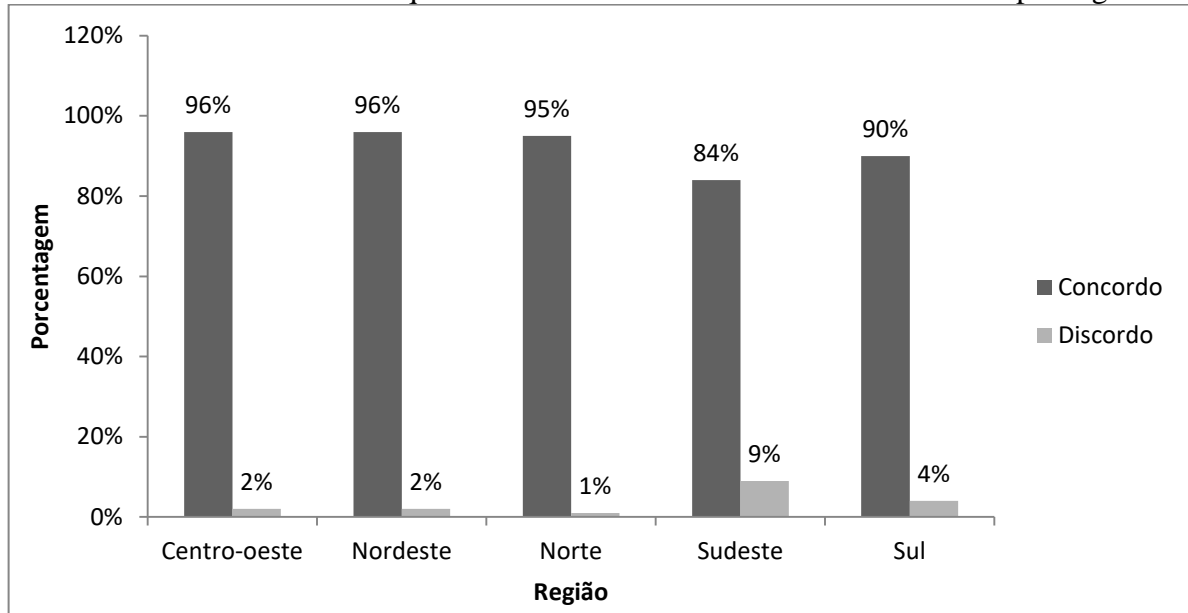
Tabela 15 - Contas mensais dos entrevistados por Região (%)

Variável	Nível de concordância	Região				
		Centro-oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Transporte (V072)	Concordo	65	62	56	58	49
	Neutro	3	10	21	9	8
	Discordo	32	28	23	33	43
	TOTAL	100	100	100	100	100
Alugue/ Prestação da casa (V073)	Concordo	94	87	80	63	74
	Neutro	2	3	8	9	6
	Discordo	4	10	12	28	20
	TOTAL	100	100	100	100	100
Água, luz e condomínio (V074)	Concordo	66	57	56	51	64
	Neutro	5	7	21	9	7
	Discordo	29	36	23	40	29
	TOTAL	100	100	100	100	100

Fonte: Banco de dados da Pesquisa de Satisfação do MCMV, 2014

Verificando a satisfação por grandes áreas notam-se na projeção gráfica 16 que os moradores do Centro-oeste e do Nordeste os mais satisfeitos, e os moradores do Sudeste, 84%, estão menos satisfeitos. Inference-se diante dos resultados expostos que em todas as áreas a maior parcela dos moradores estão satisfeitos.

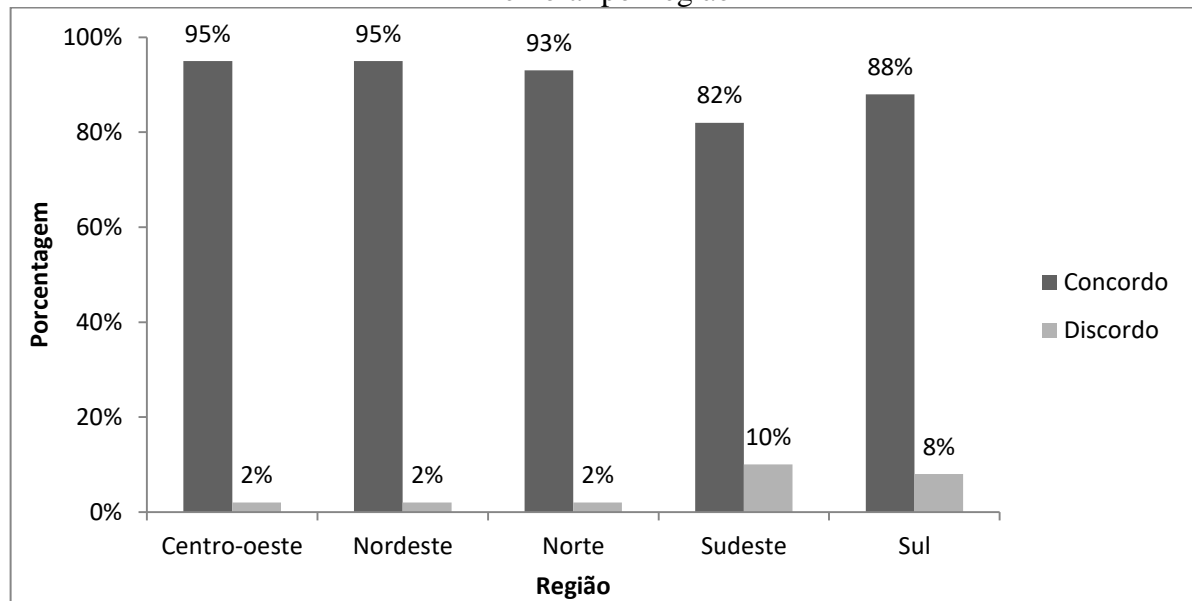
Gráfico 16 - Entrevistados que estão muito satisfeitos com a nova moradia por região



Fonte: Banco de dados da Pesquisa de Satisfação do MCMV, 2014.

Sobre a melhoria em suas vidas, verificou-se que em todas as grandes áreas a maioria dos moradores acredita ter tido uma melhora após a mudança de casa. As áreas que apresentam porcentagens mais altas de concordância são Centro-oeste e Nordeste, ambos com 95%, e a área em que menos moradores concordam é a Sudeste. Resultados semelhantes ao encontrado a partir dos dados de satisfação com a UH.

Gráfico 17 - Entrevistados que acreditam que mudar para essa nova moradia fez nossa vida melhorar por região



Fonte: Banco de dados da Pesquisa de Satisfação do MCMV, 2014.

4.1.5 Algumas conclusões sobre as percepções dos moradores

Para realizar a análise das percepções dos entrevistados as variáveis foram divididas em quatro blocos. O primeiro versava especificamente sobre a UH. A primeira variável analisada discorre sobre o tamanho da UH, foi possível, através dos gráficos, verificar que a maioria dos moradores considera suas casas pequenas, inclusive as famílias que são formadas por poucos membros, como três ou quatro, porque essa quantidade seria a considerada a ideal de acordo com a quantidade de cômodos, porque segundo Andrade e Demartini (2017, p. 288) o MCMV “[...] idealiza o perfil e a organização das famílias considerando-as como aquelas nucleares – pai, mãe e um ou dois filhos.” Contudo mesmo essas famílias consideram as casas muito pequenas.

Ao verificar essa afirmativa por área concluiu-se que em todas as áreas a maioria dos moradores consideram suas casas pequenas, contudo em algumas existem mais moradores com essa percepção, como o Centro-oeste em que 81% responderam concordar, mas em todas as áreas a quantidade dos que concordam é superior do que aqueles que discordam.

A segunda percepção analisada é sobre a distribuição dos cômodos, a maioria dos moradores, 82%, concordam que a distribuição está adequada. Ao verificar essa afirmação por grande área, constatou-se que no Norte é área em que os moradores mais concordam com essa afirmação, 90%, mas em todas as áreas é a maioria dos moradores. Entretanto, segundos as autoras Andrade e Demartini (2017) as casas possuem poucas possibilidades de reformas, pois

sua organização não é flexível e a disposição de apenas 2 (dois) quartos como dormitório não permite a organização das famílias reais.

A fim de analisar as condições físicas da casa, três variáveis foram selecionadas: a primeira questionava sobre a iluminação, a segunda sobre umidades no interior da casa (ou goteira) e a terceira sobre a temperatura das UH. Em relação às duas primeiras variáveis constatou-se que a UH está em uma situação adequada, porque a maioria dos moradores respondeu que a iluminação é boa e que não possuem problemas com umidade (ou goteira) dentro de casa, somente em relação à temperatura que pouco mais da metade, 52%, dos moradores respondeu que não é agradável, porque a casa ou é muito fria ou muito quente.

Ao verificar essas três variáveis por grandes áreas, constatou-se que em todas as regiões mais de 90% dos moradores consideram suas casas bem iluminadas, sobre a umidade da UH é a região Centro-oeste que possui menos problemas com goteiras, 82%. No Sul existem mais casas com umidades, mas a maior parte dos entrevistados, 53%, não possuiu esse problema. Em relação à temperatura, mais moradores concordam que suas casas possuem temperatura inadequada, do que discordam. E a área em que os entrevistados mais possuem problemas com temperatura é o nordeste, 58%. A partir desses resultados infere-se que em relação à estrutura física da casa a maior parte dos beneficiários do MCMV possui casa com iluminação adequada, sem grandes problemas com umidade (ou goteiras), mas que a temperatura não é muito agradável.

É possível agora descrever uma lista com os aspectos positivos e negativos sobre as UH a partir das percepções dos moradores. Do lado negativo está o tamanho das UH que é muito pequena e a temperatura desagradável (muito fria ou muito quente). Do lado positivo está a distribuição dos cômodos adequada, boas condições estruturais como iluminação, poucos problemas com umidade (ou goteiras). Dessa forma, percebe-se que existem três pontos favoráveis contra dois desfavoráveis. Isso indica que os moradores podem estar mais satisfeitos que insatisfeitos com suas casas e esse indicativo é confirmado pela variável que questiona a satisfação dos moradores. A essa questão 91,9% dos entrevistados respondeu concordar, ou seja, estar satisfeita com sua casa.

Ao verificar a satisfação dos beneficiários por região os dados demonstraram que a maioria está satisfeita com suas casas e a maior porcentagem de concordância concentra-se no Nordeste, 96%, apesar de ser a região em que mais os moradores responderam ter problemas com a temperatura, e a menor no Sudeste com 83%. Todavia para que o programa assegure a população mais pobre de moradias de qualidade é necessário, novamente tomando como

pressuposto o texto de Andrade e Demartini (2017), que as casas sejam construídas não somente para satisfazer as necessidades dos setores privados, como a maximização dos lucros.

O segundo bloco de variáveis versa sobre a vizinhança, e os dados demonstraram que metade dos entrevistados considera que existe muita violência em seus bairros, e que a poucas pessoas realizando trabalhos sociais que fomentem a vida em comunidade. Contudo a maior parte dos entrevistados respondeu estar satisfeita com seus vizinhos e possuir uma relação boa com os mesmos. Pequeno et. al. (2017) explica esse resultado demonstrando que a maior parte dos conjuntos do MCMV é formada por uma alta densidade populacional geralmente são constituídos de maneira heterogênea por famílias que possuem como ponto de partida locais distintos do mesmo município, somados a isto, está a falta de espaços coletivos o que inviabiliza a integração entre os moradores agravando os problemas sociais e aumentando a sensação de violência que advém de fora e de dentro dos conjuntos.

Verificando por grandes áreas foi possível aferir que o Centro-oeste se destacou nesse grupo de variáveis, pois essa área apresenta maiores porcentagens de concordância, então são os moradores dessa localidade que possuem uma melhor relação com seus vizinhos e estão satisfeitos com os mesmos, também é a área que mais possui trabalhos sociais, contudo apresenta os maiores índices com problemas de violência no bairro. Em contraposição a área em que os moradores possuem as piores relações com seus vizinhos e estão menos satisfeitos com os mesmos é o Sudeste, mas ainda é a menor parcela da população. A área que possui menos violência, segundo a percepção dos moradores é o nordeste, somente a menor parcela dos entrevistados concordou que existem muitos problemas de violência no bairro, por último a área que possui menos pessoas realizando trabalhos sociais é a Norte.

O terceiro bloco tece considerações sobre a localização das UH, esse bloco por sua vez foi subdividido em mais três partes para analisar diferentes questões acerca da localização. A primeira parte procurou avaliar a percepção dos moradores sobre os equipamentos públicos presentes próximos ao local de moradia, concluiu-se que, de acordo com a maioria, não existem parques infantis, quase metade dos entrevistados respondeu não ter acesso com facilidade a centros médicos, hospitais e afins e, dos equipamentos públicos somente o transporte é acessado pela maioria, 70%, com facilidade. Ao verificar por grandes regiões essas três variáveis aferiu-se que, novamente, os moradores do Centro-oeste estão em uma situação de privilégio em comparação com as demais regiões, pois apresenta percentuais de concordância superiores a todas as demais áreas e, também, dos moradores que discordam. Já os moradores da região Norte possuem muita dificuldade em acessar parques infantis e centros médicos.

A segunda parte das variáveis investigou o acesso a equipamentos de educação (e local de trabalho), concluiu-se que a maioria dos moradores não tem escolas próximas ao local de moradia ou que as escolas existentes não possuem quantidade de vagas suficiente para sanar a demanda, em função disso os moradores precisam se locomover por longas distâncias para estudar (ou trabalhar). Verificando essas percepções por UF percebeu-se que em todas as áreas o que acontece na ordem macro ocorre também sobre a micro, porque em todas as áreas a maioria dos entrevistados respondeu que não possui vagas nas escolas próximas e que demora muito tempo para se transportar até a escola (ou trabalho), os que possuem menos dificuldade são o que moram no Sudeste, mas ainda é a minoria da população.

Sobre a localidade, também é possível verificar quais são os pontos positivos e negativos, como foi realizado com as condições das UH. Considerou-se como um ponto negativo o fato de a maioria dos entrevistados não possuir equipamentos de lazer para as crianças, e quase a metade dos moradores não ter acesso com facilidade a equipamentos de saúde, contudo a outra metade tem acesso, e o outro ponto positivo é o acesso ao transporte público pela maior parte dos entrevistados. Em relação à educação a maioria tem dificuldade em ter acesso a esse equipamento no local de moradia, além disso, demoram muito no trajeto de suas casas para a escola (ou trabalho).

Tendo em vista esse resultado existe a possibilidade de os moradores não estarem satisfeitos com as localidades de sua casa, mas de acordo com a variável que mediu a satisfação em relação a esse quesito, a maioria, 85%, está satisfeita. E ao verificar a satisfação por área os moradores do Centro-oeste são o que estão mais satisfeitos e os menos satisfeitos concentram-se na região Sudeste, 71%. Esse resultado pode ser explicado por Andrade e Damartini (2017), elas dizem que:

[...] a casa própria é um valor quase inquestionável na sociedade brasileira, particularmente entre a população remediada e mais pobre, por representar uma espécie de garantia de segurança em períodos de instabilidade econômica da família ou do país (ANDRADE; DAMARTINI, 2017).

Então mesmo que a moradia apresente aspectos negativos no que tange a localização, por ser afastada ou distante dos serviços que as pessoas precisam, ainda assim esses empecilhos tornam-se menos significantes diante da importância de possuir uma propriedade privada registrada em seus nomes, porque para além de um espaço que representa a moradia e local de abrigo, também é um bem garantidor em momentos de instabilidades.

O último grupo de variáveis analisa a percepção dos moradores acerca dos gastos familiares. Em relação ao transporte a maioria respondeu que passou a gastar mais depois de se mudar, mas os gastos com aluguel (ou prestação) da casa diminuíram, contudo consideram as outras contas como, água, luz e condomínio muito oneroso. Então são dois pontos negativos para os gastos e um positivo, mas a grande maioria, 93%, está satisfeita com a nova casa e a maioria também acredita que suas vidas estavam melhor depois da mudança. Ao verificar os gráficos de satisfação e melhora de vida por UF verificou-se que em todos os casos as áreas em que os moradores mais concordaram com essas afirmativas são o Centro-oeste e o Nordeste e a área em que menos pessoas concordaram é o Sudeste.

4.2 CONDIÇÕES QUE COMPÕE O DÉFICIT

4.2.1 Coabitação familiar

Os arranjos familiares vêm passando por profundas modificações ao longo dos anos, acarretado por mudanças políticas econômicas e, também, sendo os causadores dessas mudanças. Entre os censos de 2000 e 2010 é possível verificar que aumentaram o número de diversificação familiar para modelos menos tradicionais. Como a crescente quantidade de divórcios o que acarreta duas principais consequências: i) crianças em famílias monoparentais e ii) crianças filhas consanguíneas de apenas um dos conjugues quando há formação de nova família.

Com o avanço tecnológico voltado às áreas médicas e remodelação social sobre formas de manutenção da saúde aumentou-se a quantidade de anos vividos. Há, também, outros elementos que propiciaram o aumento da expectativa de vida, como maior acesso das classes baixas a saúde pública. Em compensação houve uma diminuição das taxas de natalidade, causado por dois coeficientes principais: políticas voltadas ao acesso de métodos contraceptivos femininos e ingresso no mercado de trabalho. Em decorrência do ingresso no mundo do trabalho as mulheres passaram a destinar mais tempo a preparação profissional e a participação do espaço público e menos tempo à constituição familiar e procriação.

Com o aumento da expectativa de vida e diminuição dos índices de fecundidade, as pessoas passaram a viver mais e, por sua vez, a ficarem mais velhas. Portanto, o país tende a ser composto por uma maior quantidade de velhos e, menor quantidade de crianças e jovens. Outra modificação ocorrida entre a década de 2000 e 2010 é o aumento ou decréscimo em porcentagem das variáveis utilizadas no recenseamento. As famílias, compostas por apenas 1 (um) membro aumentaram de 9,2% para 12,1% e o mesmo ocorreu com as famílias compostas por 2 ou mais indivíduos sem laços de parentesco, aumentaram de 0,3% para

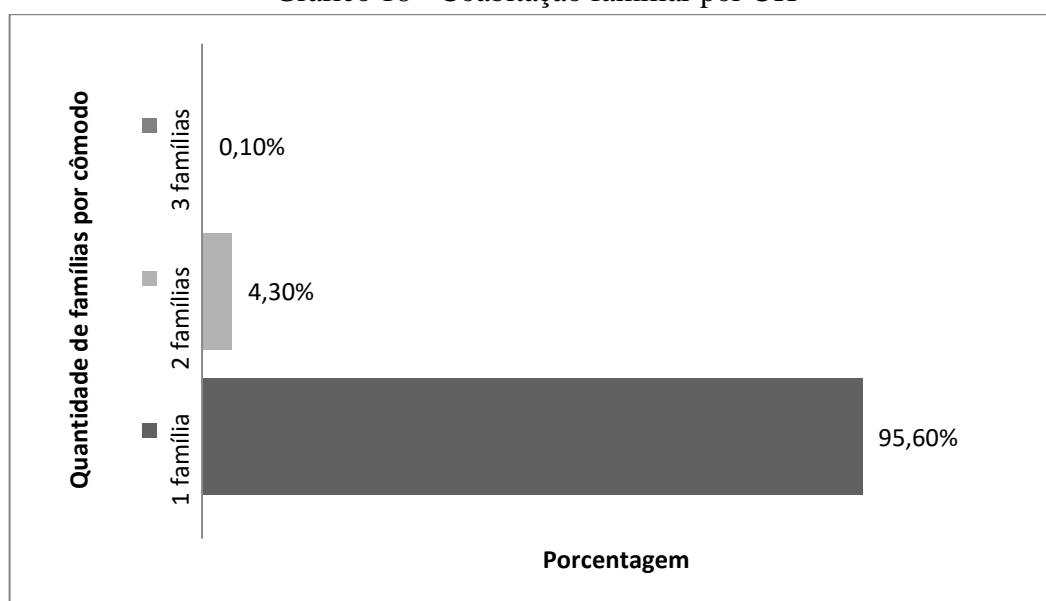
0,7%, já as famílias formadas por 2 ou mais indivíduos com laços de parentescos diminuiram de 90,5% para 87,2% (CENSO, 2000/2010).

Com as mudanças estruturais na formação familiar as definições para o que se considera como família, vêm passando por modificações no campo teórico, entretanto, os métodos utilizados para os recenseamentos sofreram poucas modificações e permanecem levando em consideração menos variáveis do que aquelas que estão surgindo ao longo dos anos. Como uma família composta por avós, pais e filhos que ainda são contabilizados pelo IBGE como mais um núcleo familiar residindo em coabitação, mesmo nos casos em que nenhum indivíduo tenha interesse, na época do recenseamento, de constituir novo domicílio.

Conclui-se então que os métodos utilizados pelos órgãos governamentais não abrangem todas as possibilidades existentes de formação familiar, portanto em relação à coabitação é possível que existam famílias que residem estrategicamente com familiares ou amigos por decisão consensual sem que haja o desejo de mudança para outra UH. Entretanto é de salutar importância levar em consideração que o banco de dados se trata de uma pesquisa realizada somente com moradores do faixa 1 do programa MCMV, cujas casas são formadas por um tamanho pré-determinado em m² que independente da formação familiar não ultrapassa 40m², mesmo nos casos em que as casas são adaptadas para deficientes físicos e idosos, essas são as únicas que possuem uma metragem um pouco maior. Pois majoritariamente as UH, independente da tipologia varia entre 36m² e 38m², com os seguintes cômodos: dois quartos, sala, banheiro e cozinha.

Para analisar a (condição b) sobre coabitação utilizou-se a variável 042 que questiona quantas famílias residem no domicílio a partir, dessa variável foi possível gerar o gráfico número 18 que demonstrou que somente 4,3% das UH possuem 2 famílias e somente 0,1% das UH possui 3 famílias. Então somente ao analisar essa variável é possível inferir que a menor parcela dos entrevistados possui uma ou mais famílias conviventes no domicílio, contudo não é possível verificar quantas famílias utilizam a coabitação como uma estratégia de moradia e quantas desejam constituir novo domicílio, mas não possuem condições financeiras para isto.

Gráfico 18 - Coabitação familiar por UH



Fonte: Banco de dados da Pesquisa de Satisfação do MCMV, 2014.

Através do cruzamento de dados entre as variáveis 042 “Quantas famílias residem no domicílio atual” e 077 “Nós pretendemos mudar de moradia nos próximos meses” avaliada em uma escala de Likert de 1 para discordo plenamente e 7 concordo plenamente, é possível verificar a condição da coabitação forçada.

Tabela 16 - Relação entre as variáveis - Quantas famílias residem no seu domicílio atual? Por nós pretendemos mudar dessa moradia nos próximos meses

Quantas famílias residem no seu domicílio atual?	Nós pretendemos mudar dessa moradia nos próximos meses.						
	Discordo	2	3	4	5	6	Concordo
1	6039	745	245	68	51	48	92
2	266	40	11	2	1	0	6
3	4	1	1	0	0	0	0

Fonte: Banco de dados da Pesquisa de Satisfação do MCMV, 2014.

A partir da tabela 16 foi possível verificar que existem poucas famílias em situação de coabitação, 4,4%, e somente 7 famílias que estão nessa situação responderam que pretendem se mudar. Dessa forma é possível inferir que através da análise realizada a (condição b) que compõe o Déficit Habitacional não ocorre, após o recebimento da UH, pois os índices de famílias que residem com outras conviventes são baixos e ainda menores é quantidade de famílias nessa situação que pretende se mudar nos próximos meses. E mesmo em relação a

essas famílias que pretendem se mudar não é possível inferir que o motivo da mudança seja a coabitação.

4.2.2 Renda e gastos mensais

Os gastos mensais serão feitos por porcentagem tendo como base o salário mínimo do período da pesquisa, R\$678 reais, já que esse é o tipo de medida utilizado pelo Déficit Habitacional.²⁸ Utilizou-se a variável 016 que versa sobre a renda total familiar, a partir dessa variável foi possível gerar a tabela 17 que demonstrou que existe uma porcentagem de 6,6% de entrevistados que não sabem ou preferiram não responder qual é a renda total familiar.

Tabela 17 - Renda bruta mensal por família

Salário mínimo por faixas	Valores	Porcentagem (%) de famílias
0 a 1/2	R\$0 a R\$339,00	5,6
1/2 a 1	R\$340,00 a R\$ 678,00	32,8
1 a 2	R\$679,00 a R\$1.356,00	43,2
2 a 3	R\$1357,00 a R\$2.034,00	9,9
3 a 6	R\$2.035 a R\$ 4.068,00	1,7
6 a 9	R\$ 4,069 a R\$6.102,00	0,1
9 ou mais	R\$ 6.103 ou mais	0
TOTAL		93,4

Fonte: Banco de dados da Pesquisa de Satisfação do MCMV, 2014.

De acordo com a tabela apresentada a maior parte das famílias, 43,2%, possui renda bruta mensal de 1 a 2 salários mínimos, ou seja, recebem até R\$ 1.356,00 somando os ganhos de todos os moradores. A segunda maior porcentagem, 32,8%, recebe de 1/2 a no máximo 1 salário, ou seja, R\$678,00. Ao realizar a manipulação dessa variável foi possível verificar qual é a renda familiar mensal dos entrevistados, contudo a leitura dessa variável isolada torna a análise sobre a condição financeira das famílias insuficiente, tendo em vista, que não é possível identificar se essas médias salariais referem-se a famílias com poucos ou muitos membros. Essa informação é relevante, afinal quanto maior a quantidade de pessoas para consumir, maior deve ser a renda, pois quando inexistente essa relação direta as famílias com mais membros possuem mais dificuldade de consumir itens básicos. Portanto realizou-se uma

²⁸ As faixas serão 0 a 5%, de 5% a 10%, de 10% a 15%, de 15% a 30%, de 30% a 50%, e de 50% ou mais, dessa forma será possível verificar quantos por cento do salário mínimo é despendido para o pagamento das contas mensais.

análise de relação entre as variáveis V018 “Qual o número de moradores no domicílio” e V016 sobre a renda bruta familiar.

Tabela 18 - Qual o número de moradores no domicílio (parentes e agregados): por renda bruta familiar

Qual o número de moradores no domicílio (parentes e agregados):	Renda bruta familiar							Total (%)
	0-1/2	1/2 a 1	1-2	2-3	3-6	6-9	9 ou mais	
1	36	256	109	12	1	0	0	5,8
2	85	459	519	147	22	1	1	17,4
3	108	660	887	218	31	4	0	26,9
4	98	541	878	183	35	1	1	24,5
5	56	339	498	121	23	1	0	14,7
6	25	149	257	49	10	0	0	6,9
7	14	53	82	17	2	0	0	2,4
8	3	31	40	8	1	0	0	1,2
9	0	5	1	0	1	0	0	0,1
10	0	1	3	0	0	0	0	0,1
11	0	0	1	0	0	0	0	0
12	0	0	1	0	0	0	0	0
Total	425	2494	3276	755	126	7	2	100

Fonte: Banco de dados da Pesquisa de Satisfação do MCMV, 2014.

Através da análise supracitada gerou-se a tabela número 18, que demonstra que a média salarial onde se encontram a maioria das famílias, 1 a 2 salários mínimos, é composta majoritariamente por até três moradores e a segunda maior média salarial, 1/2 a 1 salário mínimo, é composta por quatro moradores. Então com essa relação tem-se não somente a média salarial dos entrevistados, como também a quantidade de indivíduos que formam os núcleos familiares das respectivas médias.

Após verificar qual é a média familiar e a composição numérica das famílias com essas médias, foi possível repousar os estudos sobre as variáveis que podiam responder a questão principal desse item, ou seja, se existem famílias que dispõem de 30% ou mais de suas rendas mensais para gastos com alugueis ou prestação da casa, após o recebimento da moradia, para tanto, utilizou-se a variável V055 “Qual é o gasto médio mensal com prestação ou aluguel no domicílio atual?”.

Tabela 19 - Gastos familiares com aluguel mensalmente

Valores gastos em reais e porcentagem (%)	Porcentagem (%) de famílias
R\$ 0 a R\$ 33,90 (até 5%)	23,3
R\$ 34,00 a 67,80 (até 10%)	45,2
R\$ 68,00 a 101,00 (até 15%)	15,5
R\$ 102,00 a 203,40 (até 30%)	9,6
R\$ 204,00 a 339,00 (até 50%)	0,7
R\$ 340,00 ou mais (50% ou +)	0,6
TOTAL	95

Fonte: Banco de dados da Pesquisa de Satisfação do MCMV, 2014.

A tabela 19 demonstra que a maior parte das famílias, 68,5%, gasta mensalmente até 10% da receita total, ou seja, possui um gasto que varia entre aproximadamente R\$ 0 reais até aproximadamente R\$67 reais. Para que as famílias estivessem em situação análoga àquela anterior ao recebimento da UH do MCMV a maior parte das famílias deveria ter um gasto superior a R\$204 reais, mas essa situação não ocorre. Famílias que gastam até no máximo 30% da renda mensal com o aluguel estão em 4º lugar, compondo 9,6%. Somente 1,3% das famílias gastam 31% ou mais de suas receitas mensais com aluguel.

Tabela 20 - Gastos familiares com água, luz e condomínio mensal

Gastos	F	%
Gasta até 30%	6472	92,9
Gasta mais de 30%	495	7,1
Total	7620	100

Fonte: Banco de dados da Pesquisa de Satisfação do MCMV, 2014.

Apesar de o resultado expostos na tabela 19 demonstrarem que a (condição c) que verifica se os gastos com aluguel não são superiores, ou seja, não ultrapassam 30% da renda familiar então, tal como a (condição b), não se aplica as famílias que receberam as UH. Como fora proposto, também se analisou os gastos referentes à água, luz e condomínio, por se tratar de taxas, em especial a última, em que o não pagamento pode acarretar prejuízos semelhantes a inadimplência da taxa do aluguel e ao realizar o seguinte cálculo:

$$Gastos = \frac{Gasto\ com\ luz,\ água\ e\ aluguel}{Renda\ bruta\ familiar\ mensal} * 100$$

Gerou-se a tabela 20, mas os dados demonstraram que majoritariamente as famílias gastam menos de 30% de suas receitas mensais com água, luz e condomínio. Outra análise

realizada foi em relação (somatória) entre os gastos com aluguel e os gastos mensais com água, luz e condomínio, pois com esse cálculo foi possível verificar se os gastos principais das famílias, quando somados, ainda permaneciam inferiores aos 30% dos gastos familiares.

Tabela 21 - Gastos mensais com água, luz e condomínio por gastos com aluguel

Gastos mensais com Água, Luz e Condomínio (em frequência e porcentagem)	Gastos com aluguel						Total	
	R\$0 a R\$33,90	R\$34 a R\$ 67,80	R\$68,00 a R\$ 101,00	R\$102,00 a R\$203,00	R\$204,00 a R\$339,00	R\$340,00 ou mais		
R\$0 a R\$33,90	f	126	198	29	33	1	0	387
	%	1,7	2,7	0,4	0,5	0,0	0,0	5,3
R\$34 a R\$ 67,80	f	587	851	196	111	7	0	1752
	%	8,1	11,8	2,7	1,5	0,1	0	24,2
R\$68,00 a R\$ 101,00	f	461	1042	340	201	12	8	2064
	%	6,4	14,4	4,7	2,8	0,2	0,1	28,5
R\$102,00 a R\$203,00	f	534	1156	471	300	21	26	2508
	%	7,4	16,0	6,5	4,1	0,3	0,4	34,7%
R\$204,00 a R\$339,00	f	61	173	121	74	14	5	448
	%	0,8	2,4	1,7	1,0	0,2	0,1	6,2
R\$340,00 ou mais	f	9	22	26	14	2	5	78
	%	0,1	0,3	0,4	0,2	0	0,1	1,1
Total	f	1778	3442	1183	733	57	44	7237
	%	24,6	47,6	16,3	10,1	0,8	0,6	100,0

Fonte: Banco de dados da Pesquisa de Satisfação do MCMV, 2014.

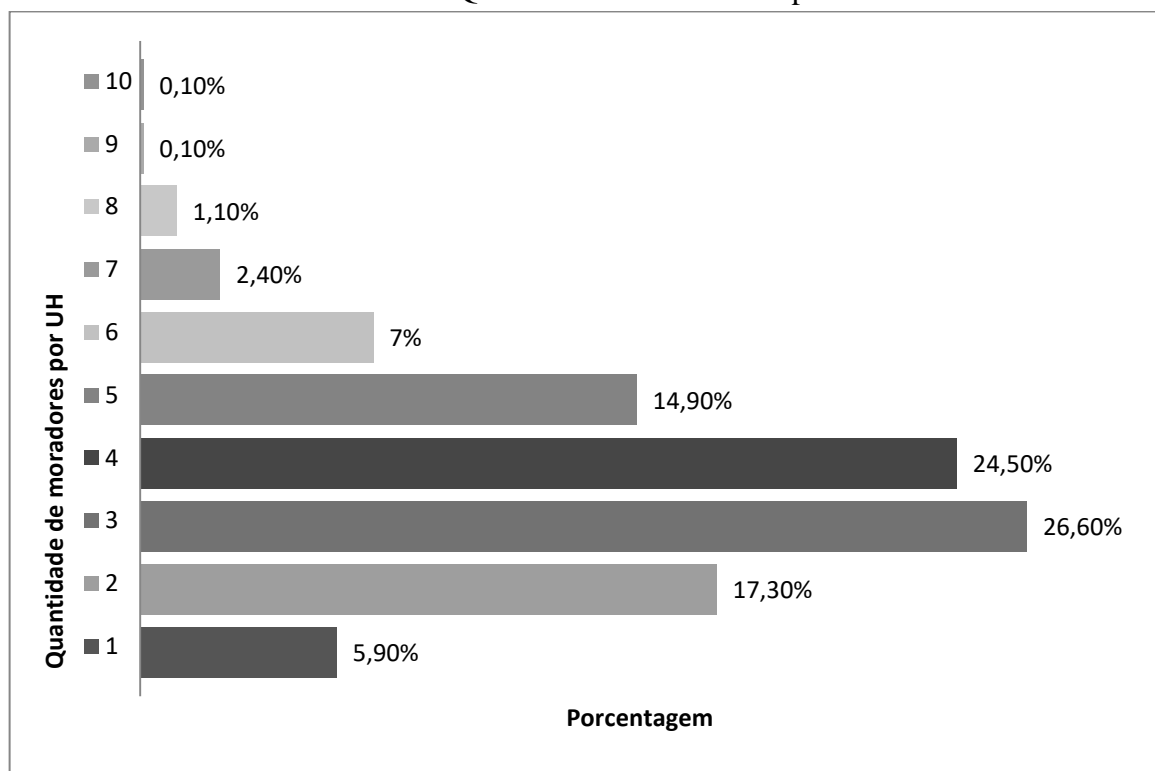
Através da tabela 21 de relação entre os valores gastos com alugueis e os valores gastos com condomínio, água e luz, demonstrou que a maior porcentagem dos moradores, 16%, possui um gasto médio que pode variar entre aproximadamente R\$136,00 e aproximadamente R\$270,00. Já a segunda maior porcentagem de famílias, 14,4%, possui um gasto que varia entre R\$102,00 a aproximadamente R\$169,00. Ambas as somatórias utilizam os valores mínimos e máximos de cada taxa. A partir da somatória desses valores infere-se que a segunda maior quantidade de moradores que possui mais gastos ainda encontra-se abaixo dos 30% utilizado como marcador pelo Déficit Habitacional. E somente parte dos 16% pode estar utilizando até 50% das receitas totais da família com aluguel, condomínio, água e luz.

Então mesmo aferindo críticas aos métodos de medição do déficit habitacional e levando em consideração que existem outras despesas que tangenciam a vida dos

beneficiários da mesma forma que os gastos com aluguel (mas não são contabilizadas para verificar a vulnerabilidade social das famílias) ainda sim, essas outras despesas quando somadas aos gastos já previstos pelo Déficit Habitacional não ultrapassam o marcador 30% das receitas mensais de cada família, pelo menos para a grande maioria dos beneficiários.

4.2.3 Adensamento excessivo

Gráfico 19 - Quantidade de moradores por UH



Fonte: Banco de dados da Pesquisa de Satisfação do MCMV, 2014.

Para responder a (condição d) que considera três ou mais moradores utilizando permanentemente como dormitório um mesmo cômodo, como uma condição do Déficit Habitacional, gerou-se o gráfico da variável 018 que investiga a quantidade de moradores por UH e concluiu-se (gráfico 19) que 25,6% dos moradores estão em situação de adensamento excessivo, ou seja, as casas possuem cinco ou mais moradores. Esse cálculo foi feito levando em consideração que as casas possuem um padrão pré-determinado com dois cômodos destinados a função de dormitório. A maior parte das famílias entrevistadas, 74,3%, possui uma quantidade de moradores que é considerado ideal²⁹ para as residências com 1 a 4 membros.

²⁹ Utiliza-se esse termo porque o déficit habitacional considera como adensamento excessivo famílias que precisam utilizar o mesmo cômodo para servir como dormitório a 3 ou mais moradores, permanentemente, então segundo esse critério as Unidades Habitacionais (UH) com até 2 membros por cômodo seria a quantidade ideal,

Dessa forma, segundo as análises foi possível inferir que as famílias beneficiárias do MCMV em sua grande maioria não estão em situação análoga à que estavam antes da mudança em nenhuma das quatro condições que formam o índice do Déficit Habitacional. A primeira condição não analisada pelos motivos já descritos, a segunda e a terceira são compostas por porcentagens muito pequenas, somente a última condição é que possui uma quantidade expressiva de moradores em déficit habitacional, mas ainda é a menor parcela dos beneficiários. Então existem casos de famílias que ainda vivem em situações precárias, mas compõe as menores porcentagens dos entrevistados, portanto não é possível inferir que essa é a condição dos beneficiários.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação demonstrou que dentre os processos de aumento da taxa de urbanização brasileira, a II Revolução Industrial (1850), a Lei de Terras no mesmo ano, o fim da escravidão (1888) e Proclamação da República (1889) foram os principais propulsores do processo de êxodo rural que inchou as malhas urbanas, então ainda não projetadas para receber grandes contingentes populacionais. Doravante o crescente aumento das cidades brasileiras, ocorre os primeiros processos de periferização, compostos do exército de mão de obra excedente e, também, dos trabalhadores que não conseguiam adquirir moradia através dos meios oferecidos pelo mercado imobiliário. Surgem então os cortiços e, depois as favelas, alastrando por todas as cidades os meios precários de moradia, sem infraestrutura, higienização, isto é, sem as condições mínimas de habitabilidade.

É nesse espaço marcado pela desigualdade econômica e geográfica, regulado pelo Estado e pelos setores privados, que os indivíduos ainda que formalmente inseridos no mercado de trabalho, não conseguem adquirir suas casas próprias. Diante disso, o Estado, no exercício de sua função de proporcionar as condições mínimas de reprodutibilidade da força de trabalho e, perpetuação da vida urbana, cria políticas habitacionais, a fim de oportunizar a aquisição de domicílios a quem não consegue comprar. Entretanto, essas políticas se demonstraram ineficientes na minimização do déficit habitacional, porque em todos os casos não incidiu prioritariamente sobre as camadas sociais em maior vulnerabilidade social. Além disso, a análise dos resultados apresentou taxas de inadimplência em todos os programas mais recentes demonstrando que algumas famílias não conseguiam pagar taxas obrigatórias e, por isso e outros motivos, abandonavam seus domicílios, retornando assim, às condições de habitabilidade ainda mais precária.

Vários dos programas criados possuíram como parâmetro de criação os resultados alcançados por programas anteriores. Esse foi o caso do MCMV, que previa em sua organização teórica (referente a primeira fase) a criação de 1 milhão de moradias. Entretanto, somente a menor parcela das casas (400 mil unidades) foi destinada ao atendimento do grupo que mais precisava de habitação, que são as famílias que possuem renda bruta mensal de até 3 salários mínimos e que compõe 90% do Déficit Habitacional. O outro cenário de criação e implementação do Programa MCMV foi a crise do *subprimes* que teve início em 2007 e, em 2008 começou a afetar a economia nacional brasileira.

Diante do histórico alinhavado pelas políticas habitacionais, foi possível a análise do MCMV e, posterior, manipulação do banco de dados gerados pela *Pesquisa de Satisfação dos*

Beneficiários do programa Minha Casa Minha Vida (2014), tendo como parâmetro de avaliação a Qualidade de Vida urbana e o Déficit Habitacional dos beneficiários. Utilizou-se o método quantitativo, por intermédio das variáveis escolhidas que pudessem auxiliar no cumprimento dos objetivos definidos. Isso se deu da seguinte forma: o Déficit Habitacional é um método de medição governamental que analisa quantas famílias necessitam de reposição de moradias ou melhoras na habitação e nas imediações, contudo para que as famílias sejam enquadradas no índice do Déficit é necessário que cumpra ao menos uma das quatro condições que o compõe, que foram descritas detalhadamente no capítulo 3.

A partir da seleção das variáveis que poderiam analisar as condições que compõe o déficit gerou-se uma série de tabelas e gráficos que demonstraram o seguinte resultado: a primeira condição, não foi investigada, pois ela tratava de pessoas residindo em casas construídas com materiais precários e improvisadas. A segunda condição, coabitação familiar, que ocorre quando existe mais de uma família convivente residindo na mesma UH, os números revelaram que essa situação ocorre com uma porcentagem muito pequena dos beneficiários, são 4,3% que vivem com mais uma família e 0,1% vive com mais duas famílias. Então é possível inferir que após o recebimento da UH do MCMV a maioria das famílias não vive em situação de coabitação. Sobre a pequena parcela que vive com uma formação familiar secundária, ainda existem mais uma série de questões que podem ser discutidas para interpretar a situação das famílias conviventes como foi apontado no capítulo 3, por exemplo, filhos que se casam e permanecem residindo com os pais, após terem seus próprios filhos, constituindo assim uma formação familiar secundária na mesma UH.

Para responder a terceira condição que classifica como Déficit Habitacional as famílias que utilizam 30% ou mais de suas rendas totais para o pagamento do aluguel, realizou-se uma série de análises e, constatou-se a partir dos gráficos gerados sobre a renda bruta familiar que a maioria ainda se encontra na faixa de renda mais baixa, recebendo até no máximo 2 salários mínimos, a segunda maior parcela de entrevistados recebe de 1/2 a no máximo 1 salário mínimo e a maior quantidade de famílias nessa faixa salarial é composta por 3 ou 4 membros.

As análises demonstraram que os ganhos das famílias são baixos em relação ao custo de vida, contudo não é possível verificar se após o recebimento da moradia houve alguma mobilidade social de acréscimo ou decréscimo. Mas pode-se inferir que a maior parte dos moradores ainda se enquadra no faixa 1 do MCMV, recebem até no máximo 3 salários mínimos. Mas essa condição também não incide sobre as famílias após o recebimento da UH do MCMV, porque a grande maioria, 93,6%, gasta com aluguel até no máximo 30% da renda

familiar. Como esse trabalho considerou o indicador de avaliação "c" impreciso para avaliar a condição dos gastos familiares, por levar em consideração somente o valor do aluguel, foi proposto que os valores gastos com: condomínio, água e luz fossem avaliados similarmente, porque são gastos mensais em que o não pagamento acarreta sanções semelhantes à inadimplência do aluguel. Ao gerar as tabelas desses gastos verificou-se que eles também não comprometem mais que 30% da renda, pois a maior parcela, 92,6%, compromete no máximo essa porcentagem de 30% com os gastos descritos. E mesmo com a análise associativa entre os gastos mensais com aluguel somados ao de água, luz e condomínio ainda não ultrapassam 30% das receitas totais para a maior parte das famílias.

A última condição analisada, sobre adensamento excessivo, segundo a FJP as famílias que estão nessa situação são aquelas que possuem três ou mais membros utilizando o mesmo cômodo como dormitório permanente. Essa foi a única condição que os valores encontrados são mais expressivos, constatou-se que 25,6% das famílias encontram-se nessa situação, entretanto a maior parcela, 74,3%, possui uma quantidade de membros que é considerada ideal para a quantidade de cômodos já dispostos para ser usados como dormitório, ou seja, de 1 a 4 membros.

Optou-se por utilizar o termo qualidade de vida urbana, pois como se demonstrou na nota de rodapé n.14 e no item 3.1.1, apesar de se tratar de um termo abstrato, por intermédio da manipulação das 21 variáveis que analisam a percepção dos moradores é possível dar materialidade a esse termo. Para que os cálculos e análises descritivas pudessem ser realizadas foi necessário dividir as variáveis em três categorias menores que foram denominadas como: i) qualidade da habitação; ii) qualidade urbana e iii) vulnerabilidade social.

Através das questões que versam sobre a percepção em relação à estrutura física da UH, da vizinhança, da localidade e do acesso a equipamentos públicos, as análises de todas essas variáveis foram realizadas. Sobre a UH constatou-se que as casas são pequenas, mas os cômodos são bem distribuídos. A iluminação é boa e não há muitos problemas com umidade (ou goteiras), mas que a temperatura não é adequada, porque ou a casa é muito fria ou muito quente. Apesar disso a maioria dos moradores estão satisfeitos com suas casas. No que tange a vizinhança constatou-se uma grande porcentagem de percepção de violência no bairro e, pouco trabalho social realizado por pessoas com a intenção de fomentar a vida em comunidade. Contudo a maioria dos entrevistados sente-se satisfeito com seus vizinhos e comunga de uma boa relação com os mesmos.

Ao analisar as variáveis sobre a localidade constatou-se que faltam alguns equipamentos públicos como, parque infantil e centros médicos para grande parte dos

moradores, entretanto o transporte público é acessado pela maioria com facilidade. Por falta de escola ou por pouca quantidade de vagas oferecidas em cada instituição os moradores têm dificuldade para matricular seus filhos em escolas próximas a suas casas, por isso gastam muito tempo cotidianamente para ir estudar ou trabalhar. Todavia a grande maioria está satisfeita com a localidade de suas casas.

Sobre os gastos familiares mensais os dados demonstraram que a maioria dos moradores passou a gastar mais com transporte, em contraposição passaram a gastar menos com aluguel (ou prestação) da casa. E em relação às outras contas fixas da casa (água, luz e condomínio) responderam que são custos altos, mas que estão felizes e satisfeitos com a nova casa. Outro dado relevante para a pesquisa é que ao investigar cada grupo de percepção os dados demonstraram que os moradores da UF Centro-oeste gozam de condições melhores em relação à maioria das questões relacionadas à localidade, condições da casa e vizinhança.

Conclui-se, a partir da percepção dos próprios moradores que suas vidas melhoraram após o recebimento da UH do Programa MCMV, pois eles não vivem mais em casas construídas de forma precária. Em relação à casa o único ponto negativo apontado pela maioria é a temperatura das UH e o tamanho. Não vivem em situação de coabitação familiar e, as poucas famílias que vivem com outros grupos familiares, não possuem a intenção de constituir novo domicílio. Sobre os gastos, apesar de as contas fixas da casa ser consideradas altas, elas não ultrapassam 30% da renda familiar, além disso, os moradores passaram a gastar menos com aluguel (ou prestação) da casa, o que levou a um aumento do poder aquisitivo para as famílias de classe baixa.

Apesar de terem facilidade de acessar o transporte público, passaram a gastar mais para se transportar. Isso indica que os conjuntos estão afastados dos serviços que os moradores necessitam no local de moradia, grande parte dos entrevistados respondeu não ter acesso a parques de lazer para as crianças, centros médicos e escolas. Por isso gastam cotidianamente muito tempo para se transportar indo para escola ou para o trabalho. Ainda assim, sobre a localidade a grande maioria dos entrevistados demonstra estar satisfeita. Apesar de considerarem as UH pequenas, a maior parte das famílias não vive em situação de adensamento excessivo, além disso, consideram os cômodos bem distribuídos, então estão satisfeitos com as condições da nova casa, e sentem-se mais felizes após terem sido beneficiados pelo MCMV.

Apesar das percepções positivas dos beneficiários verificou-se uma **falta de qualidade da habitação** através dos dados que demonstram que as casas são pequenas e que possuem temperaturas inadequadas e uma **baixa qualidade urbana** de acesso aos

equipamentos públicos, como escolas, equipamentos de lazer para as crianças, centros de saúde para grande parte dos entrevistados, além disso, a maioria respondeu que demora muito tempo para ir trabalhar ou estudar, isso caracteriza uma situação de **periferização**, na medida em que os indivíduos não conseguem emprego próximo a suas moradias. Dentre os objetivos secundários analisados constatou-se, também, uma situação de **vulnerabilidade social** quando os dados demonstraram que os moradores percebem um alto nível de violência em seus bairros.

Conclui-se então que ao receber a casa do MCMV as famílias deixam de estar em condições semelhantes às que estavam antes, no que tange ao Déficit Habitacional, pois se constatou que nenhuma das condições do indicador ocorre na maioria da amostra, somente a última condição, sobre adensamento excessivo ocorre em uma quantidade substancial de moradores. Contudo constitui-se bastante inferior à metade dos beneficiários. Mas em relação à qualidade de vida urbana constatou-se falta de qualidade de habitação, baixa qualidade urbana, situação de periferização e vulnerabilidade social.

Isso ocorre porque como se demonstrou no decorrer da dissertação o PMCMV está associado ao Programa de Aceleração Econômica (PAC), e ao ser implementado deixou de tomar como eixo central as discussões relacionadas ao acesso a moradia pela população mais pobre e voltou-se a resolução de uma crise de caráter internacional. Diante da crise o programa apresentou resultados positivos e gerou uma quantidade massiva de unidades habitacionais. Todavia seguindo a lógica de produção do mercado que possui como eixo primordial a maximização dos lucros, em função disso, houve sacrifícios que recaíram sobre as famílias beneficiárias, no que tange o direito à habitação, no sentido mais amplo que essa palavra compreende, como espaço que não serve somente a moradia, pois está incumbida da função de fomentar a vida social e do coletivo, possibilitando assim o direito à cidade de maneira ampla.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz; LOUREIRO, Maria Rita. **Finanças públicas, democracia e accountability debate teórico e o caso brasileiro**, São Paulo: Anpocs, 2005.

AMORE, Caio Santo. “Minha Casa Minha Vida” para iniciantes. In: RUFINO, Maria Beatriz Cruz; SHIMBO, Lucia Zanin; AMORE, Caio Santo, **Minha Casa...E a Cidade?**, Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p.11-28.

ANDRADE, Luciana da Silva; DAMARTINI, Juliana. Repensando a prática arquitetônica no contexto de moradia popular. In: ARAGÃO, Thêmis Amorim; ADAUTO, Lucio Cardoso; JAENISCH, Samuel Thomas. **22 anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise**. Rio de Janeiro: Letras Capital: Observatório das Metrópoles, 2017

ARAGÃO, Thêmis Amorim; ADAUTO, Lucio Cardoso; JAENISCH, Samuel Thomas. **22 anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise**. Rio de Janeiro: Letras Capital: Observatório das Metrópoles, 2017.

ARANTES, Pedro Fiori; FIX, Mariana. **Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação: alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa, Minha Vida**. São Paulo: Boitempo 2009.

AZEVEDO, Sérgio. Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-86): Criação, trajetória e extensão do BNH. **Rev. Administração Pública.**, Rio de Janeiro, 22 (4): 107-119, out/dez. 1988

AZEVEDO, Sérgio; RIBEIRO, Luiza Cezar de Queiroz. A produção da moradia nas grandes cidades: dinâmica e impasses. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; AZEVEDO, Sérgio. (org.) **A Crise da Moradia nas Grandes Cidades: da questão da habitação à reforma urbana**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p. 13-32.

AZEVEDO, Paulo Roberto. **Passageiros da ilegalidade: história de uma luta pela moradia**. Cascavel: Uduioeste, 2002.

BOLAFFI, Gabriel. Habitação e Urbanismo: O Problema e o Falso Problema. In: MARICATO, Ermínia. **A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979, p. 37-70.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. 4. Ed. São Paulo: Estação da Liberdade, 2014.

BORÇA, Gilberto Rodrigues; TORRES, Ernani Teixeira. Analisando a Crise do Analisando a Crise do *Subprime*. **Revista Do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 30, p. 129-159, dez. 2008.

BRASIL, **LEI N. 10.406. DE 10 DE JANEIRO DE 2002**, Código Cível. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Último acesso: 07 de jan. de 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Projeto de Lei N. 775**, de 1983 (do Senado Federal). Situação: arquivada. Dispõe sobre os objetivos e a promoção do desenvolvimento urbano e da outras providencias, Brasília, 04 de maio de 1983. Acesso em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=182231>> Último acesso em: 16 de jul de 2017.

BUSSO, Gustavo. **La vulnerabilidad social y las políticas sociales a inicios del siglo XXI: una aproximación a sus potencialidades y limitaciones para los países latinoamericanos**. Santiago do Chile: CEPAL/CELADE, 2001.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL. **Minha casa minha vida**. (Cartilha). Brasília, 2009.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL. **Bolsa Família. Brasília, 2017**. Disponível em:< <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>>. Último acesso em 15 de dez. de 2017.

CARNEIRO, Dionísio Dias; VALPASSOS, Marcus Vinicius Ferrero. **Financiamento à habitação e instabilidade econômica: Experiências passadas, desafios e propostas para a ação futura**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados: O Rio de Janeiro e a república que não foi**. São Paulo: Companhia de Letras, 1987.

CARVALHO, Sonia Nahas de. A política Nacional de Habitação e Ação do Estado. **São Paulo em Perspectiva**, 5(4). Outubro/dezembro de 1991. P. 50-59.

CENSO DEMOGRAFICO 2010. **Domicílios recenseados, por espécie, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e a situação do domicílio**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: < <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=16&uf=00>> . Último acesso em: 14 de dez. de 2017.

FIX, M. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2011.

FREITAG, Barbara. **Teorias da Cidade**. 4º ed. São Paulo: Papirus, 2012.

Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e informações. **Déficit Habitacional no Brasil 2011-2012**. Belo Horizonte: Centro de Estatística e Informações, 2015.

FURTADO, Bernardo Alves, NETO, Vicente Correia Lima, KRUSE, Cleandro. **Nota Técnica: Estimativas do Déficit Habitacional brasileiro (2007-2011) por municípios (2010)**, IPEA, n. 1, Brasília, maio de 2013.

INÁCIO, Magna. Poderes de Agenda do Presidente. In: AVRITZER, Leonardo e ANASTASIA, Fátima. **Reforma política no Brasil**. UFMG, 2006, p. 170-174.

Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE). **Cor ou Cor, Brasil-2015**. Disponível em <<https://teen.ibge.gov.br/sobre-o-brasil/populacao/cor-ou-raca.html>>. Último acesso: 18 de dez. de 2017.

IPEA- **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. BARROS, Ricardo Paes; FOGUEL, Miguel Nathan, ULYSSEA, Gabriel. (Org.). Brasília: Ipea, 2006.

JEIFETZ, Nestor. Uma sola ciudad para todos. In: SOUZA, Marcos (org). **Mejor Hábitat y Ciudad para Todos**. Programa Iberoamericano de Ciencia y Tecnología para el Desarrollo: Mandarin, 2001

LAGO, Luciana Corrêa. A produção autogestionária do habitat popular e a requalificação da vida urbana. In: ARAGÃO, Thêmis Amorim; ADAUTO, Lucio Cardoso; JAENISCH, Samuel Thomas. **22 anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise**. Rio de Janeiro: Letras Capital: Observatório das Metrôpoles, 2017.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De Perto e De Dentro: Notas para uma etnografia urbana. **Brasileira de ciências sociais**- vol. 17 n.49, p.11-29, jun. 2002.

MARICATO, Ermínia. **Política Habitacional no Regime Militar: Do milagre brasileiro à crise econômica**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

_____. Urbanismo na periferia do mundo globalizado. **São Paulo perspectiva**. Vol. 14. n.4. São Paulo, 2000.

MAUTTNER, Yvonne. A periferia como fronteira de expansão do capital. In: DÉAK, Csaba & SCHIFFER, Sueli Ramos (orgs). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1999; p. 244 – 259.

MELO, Marcos André: As sete vidas da agenda brasileira. In: RICO, Elizabeth Melo (org). **Avaliação das Políticas públicas sociais: uma gestão em debate**. São Paulo: CORTEZ-Instituto de Estudos Especiais, 1998, p.11-28.

Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). **Programa de Erradicação do Trabalho infantil-PETI**. Brasília, 2015. Disponível em <<http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/peti>>. Último acesso em: 15 de dez. de 2017.

NAHAS, Maria Inês Pedrosa. **Metodologia de Construção de Índices e Indicadores Sociais como Instrumentos Balizadores da Gestão Municipal da Qualidade de Vida Urbana: uma síntese da experiência de Belo Horizonte**. São Paulo: UNICAMP, 2000.

NEVES, Delma Pessanha. Nesse terreiro galo não canta. Estudo do caráter matrifocal de unidades familiares de baixa renda. **Anuário Antropológico**, Fortaleza, UFCE/Tempo Brasileiro, n.83, p.199-221, 1985.

OLIVEN, RG. Urbanização e mudança social no Brasil [online]. Rio de Janeiro: Dentro Edelstein, 2010. **A cidade como categoria sociológica**. P. 7-23. Disponível em: Scielo Books <<http://books.scielo.org>>. Último acesso em: 15 de fev. de 2018.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestão para a investigação do comportamento humano no meio urbano, 1916 trad. Sérgio Magalhães Santeiro. in: VELHO, Otávio Guilherme (org.) **O fenômeno Urbano**, Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

PEQUENO, Renato; ROSA, Sara Vieira, SILVA, Henrique Alves da Silva. In: ARAGÃO, Thêmis Amorim; ADAUTO, Lucio Cardoso; JAENISCH, Samuel Thomas. **22 anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise**. Rio de Janeiro: Letras Capital: Observatório das Metrôpoles, 2017.

Pesquisa de satisfação dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida – Brasília, DF: MCIDADES, SNH; SER-PR; IPEA, 2014.

PICCINI, Andrea. **Cortiços na cidade: Conceito e preconceito na reestruturação do centro urbano de São Paulo**. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2004.

PINZANI, Alessandro; REGO, Walquiria Leão. **Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2014.

RIBEIRO, Luiz Cesar, **Dos cortiços aos condomínios fechados: As formas de Produção da Moradia na Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

ROSA, Júniar Santa Rosa. **Déficit Habitacional municipal no Brasil 2010**, fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e informação. Belo Horizonte, 2013.

RUSSO, Endyra de Oliveira. A função política do indicador déficit habitacional. In: ARAGÃO, Thêmis Amorim; ADAUTO, Lucio Cardoso; JAENISCH, Samuel Thomas. **22 anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise**. Rio de Janeiro: Letras Capital: Observatório das Metrôpoles, 2017

SALLUM JR, Brasílio, O Brasil Sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo, tempo social; **Sociologia**, São Paulo: USP, vol. 11, n.2, p. 23-47, 1999.

SAMORA, Patricia Rodrigues. **Projeto de habitação em favelas: especificidades e parâmetros de qualidade**. 2010. Tese (Doutorado em Habitat) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. doi:10.11606/T.16.2010.tde-27042010-151732. Último aceso em: 15 de maio de 2018.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental, 1902 trad. Sérgio Marques dos Reis. in: VELHO, Otávio Guilherme (org.) **O fenômeno Urbano**, Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SOUZA, Celina. Políticas públicas. Uma revisão da literatura. **Sociologia**, Porto Alegre, ano 8, n. 16. Jul/ dez. 2006, p.20-45.

Sistema Único de Assistência Social (SUAS). **Integração PETI e Bolsa Família**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/suas/guia_creas/media-complexidade/peti/integracao-peti-e-bolsa-familia>. Último acesso: 15 de dez. de 2017.

SILVA, Graziella Moreaes; LEÃO, Luciana T. de Souza. O PARADOXO DA MISTURA: Identidades, Desigualdades e percepção de discriminação entre brasileiros pardos*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 27, n. 80, outubro de 2012. p. 119-133.

SOUZA, Celina, Políticas Públicas: Uma revisão da literatura, **Sociologia**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

VIGNOLI, Ricardo Daniel Muttoni. Acciones Masivas em el território a través de muchas, pequenas y diversas intervenciones. In: SOUZA, Marcos (org). **Mejor Hábitat y Ciudad para Todos**. Programa Iberoamericano de Ciencia y Tecnología para el Desarrollo: Mandarin, 2001

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva**. Trad.Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Vol. 2. São Paulo: UnB, 2004.

_____. Conceito e Categoria de Cidade, 1921. trad. Antônio Carlos Pinto Peixoto. in: VELHO, Otávio Guilherme (org.) **O fenômeno Urbano**, Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

WIRTH, Louis. O Urbanismo Como Modo de Vida, 1938 trad. Marina Corrêa Treuherz. in: VELHO, Otávio Guilherme (org.) **O fenômeno Urbano**, Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

ANEXO 1

Instrumento que compõe o Banco de Dados aplicado na Pesquisa de satisfação dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida, com exceção das questões que pessoais.

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO
REGIÃO	Número da Entrevista
UF	Unidade Federativa
MUNICÍPIO	Município do domicílio
v001 Há quanto tempo a família reside no domicílio?	Entre seis meses e 1 ano Mais de 1 ano
v002 Idade:	Qual a sua idade (em anos completos)
v010 Tipologia do imóvel	1.Casa 2.Casa geminada 3.Sobrado 4.Casa sobreposta 5.Apartamento
v011 Sexo	1.Masculino 2.Feminino
v012 Qual a sua cor ou raça?	1.Branca 2.Preta 3.Amarela (origem japonesa, chinesa, coreana, etc.) 4.Parda 5.Indígena
v013 Qual foi a última série escolar que você concluiu com aprovação?	1.Analfabeto ou sem instrução 2.Primeiro ano do primário 3.Segundo ano do primário 4.Terceiro ano do primário 5.Quarto ano do primário incompleto 6.Quarto ano do primário/Primário completo 7.Quinta série/1º ano ginásio 8.Sexta série/2º ano ginásio 9.Sétima série/3º ano ginásio 10.Oitava série incompleta 11.Oitava série/4º ano ginásio/Primeiro grau completo 12.Primeiro ano do 2º grau 13.Segundo ano do 2º grau 14.Terceiro ano do 2º grau incompleto 15.Terceiro ano do 2º grau/Segundo grau completo 16.Iniciou a faculdade/universidade mas não se formou 17.Graduação/faculdade 18.Especialização (pós-graduação lato sensu) 19.Mestrado
v014 Até que série o seu pai estudou?	1.Analfabeto ou sem instrução 2.Primeiro ano do primário 3.Segundo ano do primário 4.Terceiro ano do primário 5.Quarto ano do primário incompleto 6.Quarto ano do primário/Primário completo 7.Quinta série/1º ano ginásio 8.Sexta série/2º ano ginásio 9.Sétima série/3º ano ginásio 10.Oitava série incompleta 11.Oitava série/4º ano ginásio/Primeiro grau completo 12.Primeiro ano do 2º grau 13.Segundo ano do 2º grau 14.Terceiro ano do 2º grau incompleto 15.Terceiro ano do 2º grau/Segundo grau completo 16.Iniciou a faculdade/universidade mas não se formou

	<p>17.Graduação/faculdade 18.Especialização (pós-graduação lato sensu) 19.Mestrado 20.Doutorado 21.Não conheceu 22.NR 23.NS</p>
v015 Até que série a sua mãe estudou?	<p>1.Analfabeto ou sem instrução 2.Primeiro ano do primário 3.Segundo ano do primário 4.Terceiro ano do primário 5.Quarto ano do primário incompleto 6.Quarto ano do primário/Primário completo 7.Quinta série/1º ano ginásio 8.Sexta série/2º ano ginásio 9.Sétima série/3º ano ginásio 10.Oitava série incompleta 11.Oitava série/4º ano ginásio/Primeiro grau completo 12.Primeiro ano do 2º grau 13.Segundo ano do 2º grau 14.Terceiro ano do 2º grau incompleto 15.Terceiro ano do 2º grau/Segundo grau completo 16.Iniciou a faculdade/universidade mas não se formou 17.Graduação/faculdade 18.Especialização (pós-graduação lato sensu) 19.Mestrado 20.Doutorado 21.Não conheceu 22.NR 23. NS</p>
v016 Considerando todas as suas fontes de renda, qual foi a renda total obtida no último mês? Considerar o rendimento líquido total. Devem ser somadas todas as fontes de renda (salário, aposentadoria, pensão, programas sociais, aluguel, remuneração financeira, etc.).	
v017 Considerando todos os moradores (parentes e agregados) que vivem nesta casa e todas as suas fontes de renda, qual foi a renda total obtida no último mês? Considerar o rendimento líquido total da família e agregados. Devem ser somadas todas as fontes de renda (salário, aposentadoria, pensão, programas sociais, aluguel, remuneração financeira, etc.).	
v018 Qual o número de moradores no domicílio (parentes e agregados):	
v019 No último mês, alguma pessoa deste domicílio recebeu rendimentos do programa Bolsa Família ou Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)?	<p>1.Sim 2.Não NA. NR 88. NS</p>
v020 O item: '1. Acesso a alimentos de qualidade' é um dos 6 itens mais importantes para você e sua família?	1-Sim, 0-Não
v021 O item: '2. Governo honesto e atuante' é um dos 6 itens mais importantes para você e sua família ?	1-Sim, 0-Não
v022 O item: '3. Apoio às pessoas que não podem trabalhar' é um dos 6 itens mais importantes para você e sua família ?	1-Sim, 0-Não
v023 O item: '4. Educação de qualidade' é um dos 6 itens mais importantes para	1-Sim, 0-Não

v024	O item: '5. Melhoria nos transportes e estradas' é um dos 6 itens mais importantes para você e sua família ?	1-Sim, 0-Não
v025	O item: '6. Proteção a florestas, rios e oceanos' é um dos 6 itens mais importantes para você e sua família ?	1-Sim, 0-Não
v026	O item: '7. Liberdades políticas' é um dos 6 itens mais importantes para você e sua família?	1-Sim, 0-Não
v027	O item: '8. Combater as mudanças climáticas' é um dos 6 itens mais importantes para você e sua família ?	1-Sim, 0-Não
v028	O item: '9. Melhoria dos serviços de saúde' é um dos 6 itens mais importantes para você e sua família?	1-Sim, 0-Não
v029	O item: '10. Acesso ao telefone e à internet' é um dos 6 itens mais importantes para você e sua família ?	1-Sim, 0-Não
v030	O item: '11. Eliminação do preconceito e da discriminação' é um dos 6 itens mais importantes para você e sua família ?	1-Sim, 0-Não
v031	O item: '12. Acesso à água potável e ao saneamento' é um dos 6 itens mais importantes para você e sua família ?	1-Sim, 0-Não
v032	O item: '13. Igualdade entre homens e mulheres' é um dos 6 itens mais importantes para você e sua família ?	1-Sim, 0-Não
v033	O item: '14. Acesso à energia em sua casa' é um dos 6 itens mais importantes para você e sua família?	1-Sim, 0-Não
v034	O item: '15. Proteção contra o crime e a violência' é um dos 6 itens mais importantes para você e sua família ?	1-Sim, 0-Não
v035	O item: '16. Melhores oportunidades de trabalho' é um dos 6 itens mais importantes para você e sua família ?	1-Sim, 0-Não
v036	Condição No Domicílio: Nesta casa, você é?	1.Chefe da família 2.Companheiro(a) 3.Filho(a) 4.Genro/Nora 5.Netto (a) 6.Pai/Mãe 7.Sogro(a) 8.Avô(ó) 9.Irmão(ã) 10.Outro parente
v042	Quantas famílias residem no seu domicílio atual?	
v043	Qual o número de idosos (com mais de 60 anos) que vivem no domicílio atual?	
v044	Qual o número de crianças (com menos de 14 anos) que vivem no domicílio atual?	
v045	Qual o número de pessoas com deficiência que vivem no domicílio atual?	
v046	Quantos cômodos estão servindo de dormitório para os moradores do seu domicílio atual?	
v047	Na área onde você morava antes, já ocorreu inundação?	1. Sim 0. Não 77. NR

	88. NS
v048 Na área onde você morava antes, já ocorreu alagamento?	1. Sim 0. Não 77. NR 88. NS
v049 Na área onde você morava antes, já ocorreu deslizamento de encostas ?	1. Sim 0. Não 77. NR 88. NS
v050 A área onde você morava antes estava na proximidade de lixões ou de esgoto a céu aberto?	1. Sim 0. Não 77. NR 88. NS
v051 Na área onde você morava antes, não ocorria qualquer das situações anteriores?	1. Sim 0. Não 77. NR 88. NS
v054 Qual é o gasto médio mensal com água, luz e condomínio, se for o caso, no domicílio atual?	
v055 Qual é o gasto médio mensal com prestação ou aluguel no domicílio atual?	
v056 a v077:	De 7 a 1 onde “7” significa concordo plenamente ou totalmente e “1” significa discordo plenamente qual a sua percepção quanto:
v056 A nossa casa é bem iluminada.	
v057 Não temos problemas graves de umidade (ou goteira).	
v058 A temperatura da nossa casa é desagradável (muito quente ou muito fria).	
v059 Os cômodos (peças) da casa são bem distribuídos.	
v060 A nossa casa é muito pequena.	
v061 Estamos muito satisfeitos com a nossa casa.	
v062 Nós temos relações muito boas com nossos vizinhos.	
v063 Aqui no bairro tem muito problema de violência.	
v064 Aqui perto tem áreas de lazer para as crianças brincarem (quadra esportiva, parque infantil, centro comunitário etc.).	
v065 Aqui no bairro teve gente fazendo trabalho social (ações de caráter informativo e educativo, que promovam o exercício da cidadania e favoreçam a organização e a gestão comunitária dos espaços comuns).	
v066 Estamos muito satisfeitos com a nossa vizinhança.	
v067 Aqui perto tem posto de saúde ou hospital.	
v068 É muito difícil conseguir uma vaga numa escola próxima.	
v069 Aqui perto é fácil de pegar transporte público.	
v070 Nós demoramos muito tempo para ir e voltar do trabalho (ou da escola).	
v071 Estamos muito satisfeitos com a localização da nossa casa.	
v072 Quando mudamos para cá passamos a gastar muito mais com transportes.	

v073	Nesta nova casa gastamos menos de aluguel (ou prestação) do que gastávamos antes.	
v074	As contas de água, luz e condomínio são muito altas.	
v075	Estamos muito satisfeitos com a nova moradia.	
v076	Mudar para essa nova moradia fez nossa vida melhorar.	
v077	Nós pretendemos mudar dessa moradia nos próximos meses.	
v078	Se alguém neste imóvel tem intenção de mudar nos próximos 12 meses, quais seriam as principais razões que o levariam a desejar sair desse imóvel? Primeiro Motivo.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não tem intenção de mudar 2. Família quer constituir domicílio exclusivo 3. Falta de vagas em creches e escola fundamental 4. Falta de atendimento nos serviços básicos de saúde 5. Segurança pública insuficiente: falta de policiamento, área violenta, muitos assaltos e furtos, etc 6. Dificuldade de uso de transporte e locomoção 7. Gastos com a moradia: pagamento de IPTU, contas de água e luz, condomínio 8. Gastos com transporte 9. Problemas de relacionamento com vizinhos/falta de entrosamento no bairro 10. Outro motivo 77. NR 88. NS
v079	Se alguém neste imóvel tem intenção de mudar nos próximos 12 meses, quais seriam as principais razões que o levariam a desejar sair desse imóvel? Segundo Motivo.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não tem intenção de mudar 2. Família quer constituir domicílio exclusivo 3. Falta de vagas em creches e escola fundamental 4. Falta de atendimento nos serviços básicos de saúde 5. Segurança pública insuficiente: falta de policiamento, área violenta, muitos assaltos e furtos, etc 6. Dificuldade de uso de transporte e locomoção 7. Gastos com a moradia: pagamento de IPTU, contas de água e luz, condomínio 8. Gastos com transporte 9. Problemas de relacionamento com vizinhos/falta de entrosamento no bairro 10. Outro motivo 77. NR 88. NS
v080	Se alguém neste imóvel tem intenção de mudar nos próximos 12 meses, quais seriam as principais razões que o levariam a desejar sair desse imóvel? Segundo Motivo.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não tem intenção de mudar 2. Família quer constituir domicílio exclusivo 3. Falta de vagas em creches e escola fundamental 4. Falta de atendimento nos serviços básicos de saúde 5. Segurança pública insuficiente: falta de policiamento, área violenta, muitos assaltos e furtos, etc 6. Dificuldade de uso de transporte e locomoção 7. Gastos com a moradia: pagamento de IPTU, contas de água e luz condomínio 8. Gastos com transporte 9. Problemas de relacionamento com vizinhos/falta de entrosamento no bairro 10. Outro motivo 77. NR 88. NS